BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

25
ANOS COOPERAÇÃO

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE

2014 | 2015

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE

2014|2015

BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Lisboa, 2015 • www.bportugal.pt

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE • Banco de Portugal Av. Almirante Reis, 71 | 1150-012 Lisboa • www.bportugal.pt • Edição e conteúdos Departamento de Relações Internacionais • Design, impressão e acabamento Departamento de Serviços de Apoio | Serviço de Edições e Publicações • Tiragem 150 exemplares • ISSN 1646-2807 (impresso) • ISSN 2182-3189 (*online*) • Depósito Legal n.º 235642/05

Índice

ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL | **7**

Desenvolvimentos recentes e perspetivas | **9**

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE | **11**

1. Angola | **13**

2. Cabo Verde | **29**

3. Guiné-Bissau | **45**

4. Moçambique | **59**

5. São Tomé e Príncipe | **75**

6. Timor-Leste | **91**

RELAÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS DE PORTUGAL
COM OS PALOP E TIMOR-LESTE | **105**

Nota prévia

Através da *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste*, publicação disponibilizada desde 1994, o Banco de Portugal procura contribuir para um melhor conhecimento da realidade económica dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste, não apenas no que diz respeito aos dados macroeconómicos fundamentais como também em relação às respetivas relações económicas e financeiras com Portugal.

Esta edição, inserida nas comemorações dos *25 anos de cooperação*, apresenta-se como uma versão renovada, mais focada e concisa. Com exceção do Enquadramento internacional, os textos foram elaborados com base em informação recebida até ao final de julho do corrente ano, a qual, em alguns casos, corresponde a estimativas ou valores preliminares, eventualmente passíveis de revisão.

Tal como sempre tem acontecido, a colaboração das várias entidades contactadas – nomeadamente, os bancos centrais de Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e a Direção Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental para a Guiné-Bissau – revelou-se fundamental para a obtenção dos elementos necessários à elaboração do presente relatório.

Setembro de 2015

ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Desenvolvimentos recentes e perspetivas

O ritmo de expansão da **economia mundial** deverá abrandar em 2015, ao contrário do que era inicialmente esperado. As **economias avançadas** prosseguem a sua lenta recuperação, prevendo-se uma modesta aceleração este ano. Em sentido contrário, as **economias emergentes e em desenvolvimento** deverão registar – pelo quinto ano consecutivo – um arrefecimento do ritmo de crescimento económico.

Para esta evolução confluíram um conjunto de fatores, quer transversais, quer nacionais, que nos últimos meses resultaram num **aumento dos riscos de uma deterioração do panorama macroeconómico**, em particular para as economias emergentes e em desenvolvimento.

Desde logo, a **transição económica da China**, passando de um modelo baseado no investimento e orientado para as exportações para um suportado pelo consumo, com taxas de crescimento mais baixas, embora em linha com o previsto, teve efeitos transnacionais inesperados. A quebra generalizada dos preços das matérias-primas, em especial dos metais, será em parte reflexo destes desenvolvimentos.

O último ano ficou também marcado pela acentuada **quebra do preço do petróleo**. A "revolução do petróleo de xisto" nos EUA e a determinação da OPEP – principalmente da Arábia Saudita – em não ceder quota de mercado pressionaram negativamente o preço deste bem, particularmente no atual contexto de pouco dinamismo do lado da procura. Mais recentemente, o acordo nuclear com o Irão veio alimentar a expetativa de um novo aumento da oferta, o que deverá continuar a deprimir os preços desta matéria-prima.

Simultaneamente, o caráter (altamente) acomodatício da **política monetária nas economias avançadas** – o Banco Central Europeu introduziu, pela primeira vez, medidas não-convencionais de política monetária em março deste ano – tem apoiado a recuperação em curso nestes países. Contudo, a previsão do início de um ciclo de aperto das condições monetárias, liderado pelos EUA (e seguidos pelo Reino Unido), tem sido um fator de perturbação nos mercados, fazendo lembrar a reação que se seguiu ao anúncio da retirada gradual dos estímulos monetários pelo Fed, no verão de 2013.

Perante este ambiente particularmente desafiante, as economias emergentes e em desenvolvimento têm sofrido uma considerável depreciação cambial, conjugada com um aperto das condições financeiras.

Gráfico 1 • PIB real

Taxas de variação anual, em percentagem | Economias selecionadas

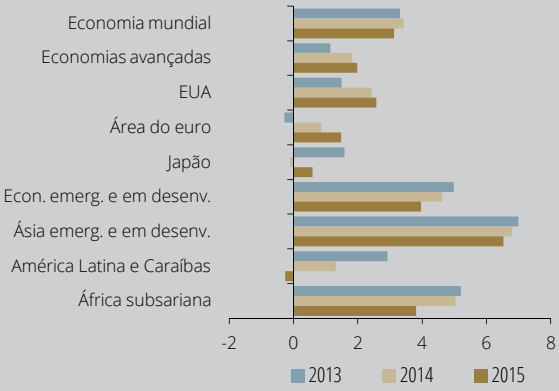
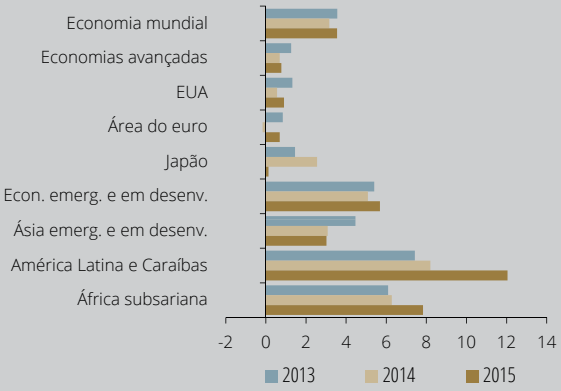


Gráfico 2 • Inflação

Taxas de variação homóloga do IPC, em percentagem | Economias selecionadas



Fonte: FMI, *World Economic Outlook Database*, outubro 2015.

Deste modo, espera-se para este ano um enfraquecimento do ritmo de crescimento na **Ásia emergente e em desenvolvimento**, devido essencialmente ao abrandamento da China e à deterioração nos termos de troca para algumas das maiores economias da região. A Índia, que beneficia de um recente impulso reformista e da descida nos preços das matérias-primas, deverá contrariar este destino.

A região da **América Latina e Caraíbas** deverá continuar a desacelerar significativamente, prevendo-se mesmo uma ligeira contração este ano. Os desenvolvimentos desfavoráveis nos mercados das matérias-primas penalizam a generalidade das economias, que na última década foram das maiores beneficiadas com o *commodities boom*. O Brasil, a maior economia do agrupamento, ressente-se, num quadro de acumulação de desequilíbrios, da difícil situação política e da quebra na confiança de consumidores e empresários, com consequentes implicações no nível de investimento, pelo que deverá entrar em recessão no presente ano.

Relativamente ao desempenho económico na **África Subsariana**, espera-se que este seja também condicionado pela queda do preço das matérias-primas – particularmente do petróleo – e pela redução das trocas comerciais com a China, o principal parceiro da região. O abrandamento previsto para este agrupamento não deverá, contudo, ser transversal – a maioria dos países importadores de petróleo deverão continuar a apresentar ritmos de crescimento sólidos, beneficiando assim dos efeitos da redução das respetivas faturas energéticas.

Gráfico 3 • Balança corrente externa
Em percentagem do PIB | Economias selecionadas

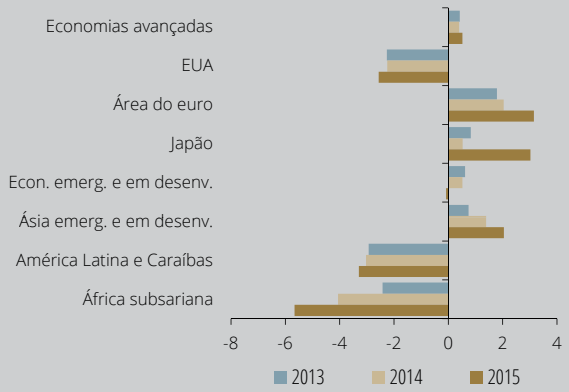
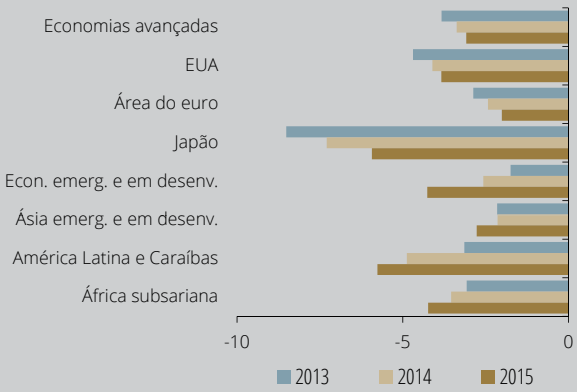


Gráfico 4 • Saldo orçamental
Em percentagem do PIB | Economias selecionadas



Fonte: FMI, *World Economic Outlook Database*, outubro 2015.

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE

1. Angola
2. Cabo Verde
3. Guiné-Bissau
4. Moçambique
5. São Tomé e Príncipe
6. Timor-Leste

1. ANGOLA

Área: 1 246 700 Km^2

Capital: Luanda

População: 24,2 milhões
(2014; fonte: ONU)

Moeda: Kwanza

A acentuada queda do preço do petróleo nos mercados internacionais, iniciada na segunda metade de 2014, fez-se sentir duramente na economia angolana. Nesse ano, o ritmo de expansão da atividade interrompeu o crescendo evidenciado desde 2009, devendo abrandar ainda mais significativamente em 2015. Pela segunda vez na última década, a economia apresentou défices gémeos, um reflexo da preponderância das receitas petrolíferas no equilíbrio das contas públicas e externas. Perante estas adversidades, o kwanza depreciou, provocando pressões inflacionistas que interromperam o processo de desinflação iniciado em meados de 2011.

O elevado peso do setor petrolífero na economia angolana condiciona consideravelmente a evolução da atividade económica aos desenvolvimentos nos mercados internacionais para aquela matéria-prima. Apesar de ter vindo a diminuir no passado mais recente, o peso deste setor terá ainda representado perto de 40 por cento do produto interno bruto em 2013 (estimativas preliminares apontam para 35,4 por cento em 2014).

Assim, a queda muito acentuada no preço do petróleo iniciada na segunda metade de 2014 (o preço médio do barril de petróleo era, em junho de 2015, cerca de 43 por cento inferior ao registado no mesmo mês do ano anterior) provocou ondas de choque que se fizeram sentir um pouco por toda a economia.

Tal como já acontecera em 2013, a riqueza criada pelas atividades ligadas à exploração petrolífera diminuiu em 2014 (-3,5 por cento), contração que se ficou a dever em grande medida a uma quebra na produção resultante de trabalhos de manutenção e reparação nalguns blocos de produção levados a cabo entre janeiro e maio (não será de excluir o contributo da queda do preço do petróleo para este resultado, como efeito de segunda ordem). Não obstante o desempenho negativo deste setor, a economia registou um crescimento de 4,4 por cento (um abrandamento de 2,4 pontos percentuais face a 2013), suportado principalmente pela expansão registada nas atividades agrícola e de produção de energia. O ajustamento nos setores da construção, indústria e serviços, decorrente da redução do consumo privado e dos cortes no investimento público, obrigou a uma revisão em baixo das projeções de crescimento para 2015, para 3,5 por cento.

As contas externas também se agravaram em consequência do choque no preço do petróleo. A diminuição do valor do petróleo exportado (-13,8 por cento em 2014) explica mais de 3/4 da redução do saldo da balança corrente, que entrou em terreno negativo (-2,9 por cento do PIB) pela primeira vez desde 2009 – ano também marcado por um choque decorrente da crise financeira internacional. A persistência do preço do petróleo em mínimos de mais de cinco anos tem agravado a situação externa em 2015, projetando-se um défice corrente de 17,6 por cento do PIB. É contudo esperado que o impacto deste desequilíbrio externo seja atenuado pela entrada de capitais no país, que deverão atingir 10 por cento do PIB, o que, refira-se, representará uma rutura significativa com o verificado nos últimos anos, caraterizados pela saída líquida de capitais do país.

A deterioração das condições externas e o maior pessimismo face às perspetivas futuras para a economia angolana têm colocado a cotação do kwanza sob pressão. Em resposta, as autoridades angolanas têm permitido uma desvalorização gradual da moeda, sensivelmente desde finais de setembro de 2014, consumindo reservas cambiais para suavizar o ajustamento na cotação. Contudo, no início de junho deste ano, o Banco Nacional de Angola permitiu um movimento mais brusco na cotação do kwanza, que encerrou o dia 5 de junho a desvalorizar um pouco mais de 6 por cento face ao dólar, elevando a desvalorização acumulada desde setembro de 2014 para mais de 16 por cento (no mesmo período, a depreciação face ao euro – cuja cotação tem também deslizado na sequência do forte estímulo monetário promovido pelo Banco Central Europeu – foi menos acentuada, situando-se ainda assim em cerca de 7,5 por cento).

Esta tendência de desvalorização cambial (conjuntamente com, na primeira metade de 2015, condições monetárias acomodatícias) repercutiu-se no comportamento dos preços, que interromperam o processo de desinflação iniciado em meados de 2011. Desde o início de 2015 que se verifica uma aceleração da cadência inflacionária, reavivando o espetro de taxas de inflação de dois dígitos. Essa ameaça acabaria por se materializar em julho, mês em que a taxa de inflação homóloga se situou em 10,4 por cento, um aumento de 2,9 pontos percentuais face ao valor registado em dezembro de 2014 e já acima do projetado para o final do ano, 9 por cento.

O choque no preço do petróleo teve ainda repercussões profundas nas finanças públicas,

que em 2014 se saldaram num **défice de 2,8 por cento do PIB**, situação que, tal como no caso do défice corrente externo, não se verificava desde 2009 (a única outra ocorrência de **défices gémeos** da última década). A expectável quebra na arrecadação de receitas fiscais sobre a atividade petrolífera, que nos últimos anos têm representado cerca de 75 por cento do total da receita pública, levou as autoridades angolanas a **rever o Orçamento Geral do Estado para 2015** logo em fevereiro. Nesta nova versão, destaca-se a revisão em baixa da previsão para o preço médio do barril de petróleo em 2015, que passou de 81 para 40 dólares, e também para o aumento da inflação prevista, de 7 para 9 por cento, justificado principalmente pelo efeito da já referida depreciação do kwanza.

A receita total prevista para 2015 é agora 35,7 por cento inferior ao inicialmente orçamentado, devendo quedar-se em 22,5 por cento do PIB, o que compara com 34,3 por cento em 2014. O necessário ajustamento da despesa perante a **maior exigência da restrição orçamental** será feito sobretudo à custa do investimento público (que recua mais de 50 por cento), da racionalização dos subsídios aos combustíveis (iniciada ainda em 2014) e de uma redução dos encargos com a aquisição de bens e serviços. Apesar destes esforços de contenção, as autoridades esperam **para 2015 um défice público de 6,8 por cento do PIB**.

Por sua vez, a deterioração das contas públicas deverá resultar num **aumento considerável da dívida pública em 2015** que, segundo projeções do Fundo Monetário Internacional, deverá atingir um valor próximo de 57 por cento do PIB (estimativas preliminares colocam o valor de 2014 em 37,9 por cento). Também numa trajetória ascendente nos últimos anos, a dívida externa ter-se-á situado em 28,1 por cento do PIB em 2014, esperando-se um aumento de 8 pontos percentuais em 2015.

Os dados mais recentes relativos ao sistema financeiro angolano, referentes a maio de 2015, revelam **níveis de solvabilidade adequados**, num contexto de **diminuição da rendibilidade** e de **aumento do crédito em incumprimento** (desde 2011). O ano de 2014 ficou marcado pela aplicação de medidas extraordinárias de saneamento ao Banco Espírito Santo Angola (BESA), em agosto, na sequência de problemas relacionados com a carteira de crédito dessa instituição e da não concretização da recapitalização pretendida pelo regulador. O **elevado nível de dolarização do sistema bancário** – ainda que em trajetória descendente – num ambiente de depreciação do kwanza coloca também alguns **riscos para a estabilidade financeira**, que se poderão traduzir num aumento dos níveis de crédito em incumprimento.

A contínua desvalorização do kwanza resultou num **ganho expressivo de competitividade** na primeira metade de 2015, quando aferida pelo índice de taxa de câmbio efetiva. Em julho deste ano, a **depreciação nominal** e real foi de, respetivamente, 17,3 e 12,2 por cento.

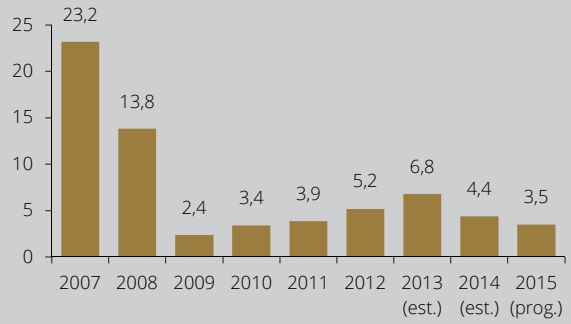
Quadro 1 • Principais indicadores económicos

	2011	2012	2013	2014	2015
	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.
PIB real (taxa de variação anual)	3,9	5,2	6,8	4,4	3,5
Inflação (taxa de variação homóloga)	11,4	9,0	7,7	7,5	9,0
Massa monetária (taxa de variação anual)	34,6	5,7	13,2	16,2	–
Balança corrente (% do PIB)	12,6	12,2	6,7	-2,9	-17,6
Saldo orçamental (% do PIB)	10,2	6,7	0,3	-2,8	-6,8
Dívida pública externa (% do PIB)	20,2	19,9	22,7	28,1	36,1

Fontes (também dos gráficos seguintes): Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Gráfico 5 • PIB real

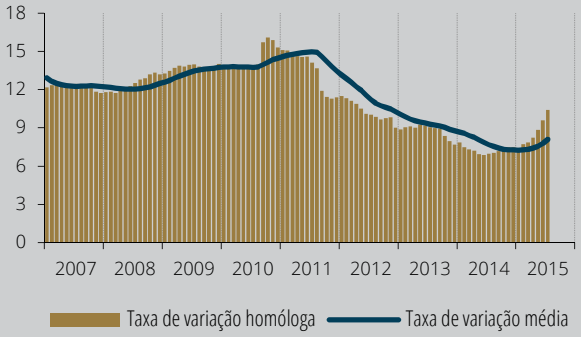
Taxas de variação anual, em %



A desaceleração no ritmo de crescimento em 2014 ficou a dever-se sobretudo ao contributo negativo do setor petrolífero (-3,5 por cento), em larga medida em resultado de constrangimentos provocados por trabalhos de manutenção nalguns blocos de produção no primeiro semestre.

Gráfico 6 • Inflação

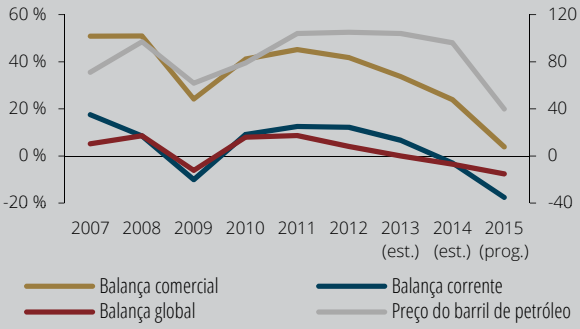
Variação anual do IPC, em %



A cadência inflacionária, que vinha abrandando paulatinamente desde 2011 (estabelecendo sucessivos mínimos históricos de modo quase contínuo), inverteu a tendência no início de 2015, em grande medida como consequência da significativa desvalorização do kwanza.

Gráfico 7 • Contas externas

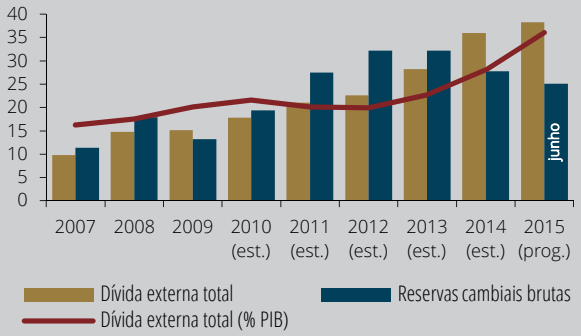
Em % do PIB, preço médio do barril de petróleo em USD



A acentuada quebra do preço do petróleo, desde a segunda metade de 2014, redundou numa forte deterioração das contas externas, cuja evolução continua muito dependente do desempenho do setor petrolífero.

Gráfico 8 • Dívida pública externa e reservas cambiais

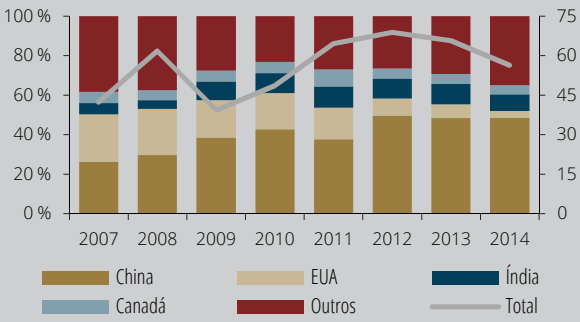
Em mil milhões de USD



Os desenvolvimentos externos têm também colocado pressão no nível de reservas cambiais, que forçaram mesmo a imposição de limites à importação de alguns bens. A dívida externa segue uma trajetória ascendente.

Gráfico 9 • Exportações de petróleo bruto

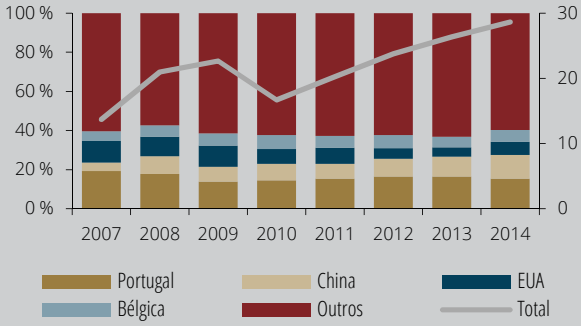
Destinos em %, total em mil milhões de USD



As exportações de petróleo representam mais de 95 por cento do total de bens vendidos ao exterior. A China continua a ser o principal cliente mas o grande destaque vai para a diminuição do peso dos EUA, para o qual terá contribuído a "revolução do petróleo de xisto" nesse país.

Gráfico 10 • Importações de mercadorias

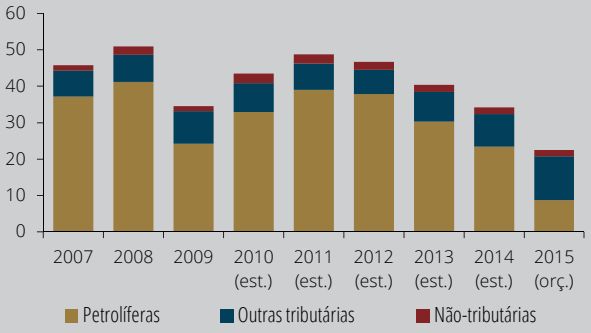
Origens em %, total em mil milhões de USD



A quota (conjunta) dos principais fornecedores tem-se mantido relativamente constante, sendo Portugal o principal fornecedor de Angola. Porém, nos últimos anos tem-se assistido a um aumento do peso dos produtos procedentes da China.

Gráfico 11 • Receitas públicas

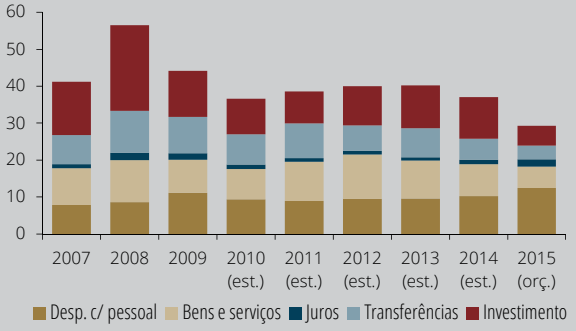
Em % do PIB



O montante de receitas públicas arrecadado, em contração nos últimos anos, deverá registar uma forte redução em 2015, mercê da acentuada diminuição prevista das receitas petrolíferas (-64,9 por cento), as quais representavam habitualmente cerca de 3/4 do total das receitas públicas.

Gráfico 12 • Despesas públicas

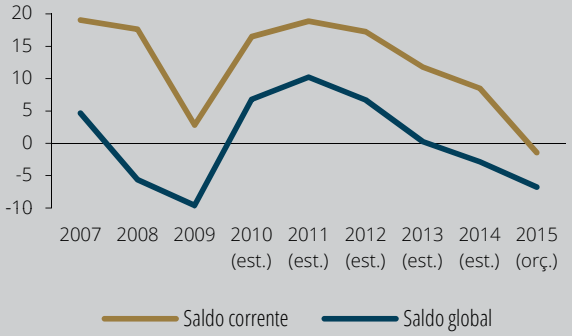
Em % do PIB



A menor arrecadação de receitas impôs a necessidade de um ajustamento significativo da despesa pública, que em 2015 deverá ser conseguido sobretudo à custa do investimento público (prevê-se que se reduza para menos de metade do valor de 2014).

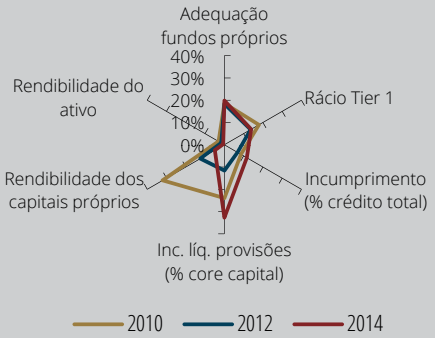
Gráfico 13 • Contas públicas

Em % do PIB



Apesar do assinalável esforço de contenção, os excedentes orçamentais que vinham sendo apresentados nos anos que se seguiram ao despoletar da crise financeira internacional não se repetiram em 2014 e deverão dar lugar a um défice de quase 7 por cento do PIB em 2015.

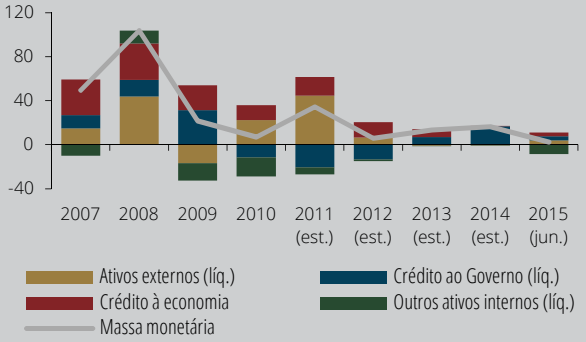
Gráfico 14 • Estabilidade financeira



Os dados disponíveis revelam um aumento significativo do nível de incumprimento nos últimos anos, acompanhado de uma redução da rendibilidade. Apesar disso, o sistema financeiro parece adequadamente capitalizado.

Gráfico 15 • Fatores de variação da liquidez

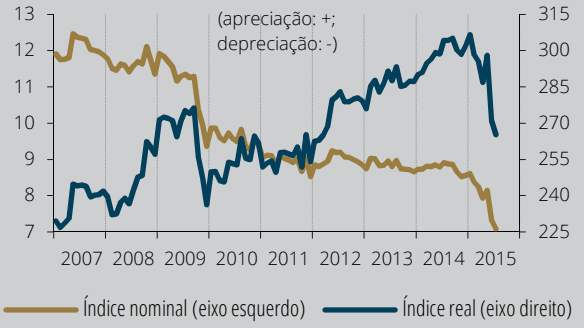
Variações em % do valor inicial da massa monetária



Na primeira metade de 2015, o ritmo de expansão da massa monetária abrandou significativamente. A expansão da liquidez ficou a dever-se à evolução do crédito interno e dos ativos externos líquidos (ainda que o valor em dólares destes últimos tenha diminuído cerca de 10 por cento).

Gráfico 16 • Taxa de câmbio efetiva

Índices base 100: 2000, médias mensais



No início de junho de 2015, o kwanza desvalorizou cerca de 6 por cento face ao dólar, como resposta à pressão resultante da deterioração das perspetivas económicas (um pouco à semelhança do que já ocorrera em 2009/2010).

Quadro 2 • Indicadores económicos

		2010	2011	2012	2013	2014		2015	
		Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços									
PIB nominal	mil milhões de AOA	7580	9780	10 830	11 984	12 767	12 621	11 942	
	mil milhões de EUR	62,5	73,9	88,2	93,5	–	97,1	–	
	mil milhões de USD	82,4	104,2	113,5	124,1	130,3	127,9	106,1	
PIB real	tx. variação anual	3,4	3,9	5,2	6,8	3,9	4,4	3,5	
Setor petrolífero	tx. variação anual	-3,0	-5,4	4,5	-1,1	-3,5	-3,5	–	
Outros setores	tx. variação anual	7,6	9,5	5,5	10,8	7,3	8,2	–	
Inflação (IPC-Luanda)	tx. v. homóloga	15,3	11,4	9,0	7,7	[7,0-9,0]	7,5	9,0	10,4 jul.
	tx. v. média anual	14,5	13,5	10,3	8,8	–	7,3	–	8,1 jul.
Finanças públicas									
Receitas totais	% do PIB	43,5	48,8	46,7	40,5	37,2	34,3	22,5	
Receitas petrolíferas	% do PIB	33,0	39,0	37,9	30,3	26,0	23,5	8,7	
Despesas totais[a]	% do PIB	36,7	38,6	40,0	40,2	42,1	37,1	29,3	
Despesas correntes	% do PIB	27,0	29,9	29,4	28,7	28,8	25,8	24,0	
Despesas de investimento	% do PIB	9,7	8,6	10,6	11,5	13,3	11,3	5,3	
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	6,8	10,2	6,7	0,3	-4,9	-2,8	-6,8	
Saldo global (base caixa)	% do PIB	5,8	11,8	9,4	3,0	-4,9	3,1	-6,8	
Moeda e crédito									
Ativos externos líquidos	tx. variação anual	50,4	71,7	8,2	-1,2	9,8	-0,6	–	6,5 jun.
Crédito à economia	tx. variação anual	25,8	27,4	23,9	10,5	7,8	0,7	–	5,6 jun.
Massa monetária (M3)	tx. variação anual	7,1	34,6	5,7	13,2	23,4	16,2	–	2,6 jun.
Taxas de juro									
Crédito em moeda nac.[b] (180 d)	taxa anual	19,0	18,1	15,3	15,1	–	17,4	–	18,5 jun.
Depósitos em moeda nac. (180 d)	taxa anual	10,0	6,7	4,7	3,9	–	4,3	–	3,9 jun.
Depósitos em moeda estr. (180 d)	taxa anual	7,2	2,7	2,3	2,2	–	2,3	–	2,1 jun.
Títulos do Banco Central (63 d)	taxa anual	10,0	7,2	4,1	4,0	–	–	–	–
Bilhetes do Tesouro (182 d)	taxa anual	11,6	4,8	3,7	4,6	–	7,1	–	5,0 jun.
Obrigações do Tesouro[c] (3 anos)	taxa anual	7,0	7,0	7,3	7,3	–	7,3	–	7,3 jun.
Estabilidade financeira									
Adequação dos fundos próprios	percentagem	18,6	18,5	18,3	19,5	–	19,8	–	20,4 mai.
Incumprimento	% crédito total	8,6	2,4	6,8	9,8	–	11,7	–	11,7 mai.
ROE - Rendibilidade dos capitais próprios	percentagem	32,1	21,6	12,5	10,9	–	4,9	–	5,6 mai.
Balança de pagamentos									
Exportações (em USD correntes)	tx. variação anual	23,9	33,0	5,6	-4,0	4,7	-13,3	-52,7	
Importações (em USD correntes)	tx. variação anual	-26,4	21,4	17,2	11,1	7,5	8,5	-16,4	
Balança comercial	% do PIB	41,2	45,2	41,7	33,8	33,1	23,9	3,9	
Balança corrente	% do PIB	9,1	12,6	12,2	6,7	2,2	-2,9	-17,6	
Reservas cambiais (brutas)	mil milhões de USD	19,3	27,5	32,2	32,2	33,9	27,7	–	25,0 jun.
Dívida pública externa									
Valor total	mil milhões de EUR	13,5	14,9	17,5	21,2	–	27,3	–	
	mil milhões de USD	17,8	21,0	22,6	28,2	29,6	35,9	38,3	
	% do PIB	21,6	20,2	19,9	22,7	22,7	28,1	36,1	
Taxas de câmbio									
Taxa bilateral EUR/AOA	taxa média	121,3	132,4	122,8	128,2	–	130,0	–	137,2 jul.
Taxa bilateral USD/AOA	taxa média	92,0	93,9	95,4	96,6	–	98,6	–	125,8 jul.
ITCE nominal (apreciação: +)[d]	tx. variação anual	0,4	-9,2	3,7	-2,1	–	-1,1	–	-17,3 jul.
ITCE real (apreciação: +)[d]	tx. variação anual	10,9	-3,0	9,9	2,8	–	5,2	–	-12,2 jul.

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Inclui, para todos os anos apresentados, despesas correntes e de capital que tinham sido efetuadas por empresas públicas (essencialmente a Sonangol) e foram agora incluídas no perímetro orçamental, sendo consideradas operações quase-fiscais (*quasi-fiscal operations*); (b) Crédito concedido a empresas; (c) Obrigações emitidas em AOA mas indexadas à taxa de câmbio USD/AOA; (d) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE), calculado a partir das taxas de câmbio praticadas para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais no período 2010/2014.

Quadro 3 • Produto interno bruto

Preços correntes, em mil milhões de Kwanzas

	2010	2011	2012	2013	2014		2015
				Est.	Prog.	Est.	Prog.
Setor primário	4213	5638	5936	–	–	–	–
Agricultura, pescas e derivados	746	909	1138	–	–	–	–
Indústria extrativa	3467	4730	4798	–	–	–	–
Petróleo e gás	3396	4641	4709	–	–	–	–
Outros (incl. Diamantes)	71	89	89	–	–	–	–
Setor secundário	1075	1346	1587	–	–	–	–
Indústria transformadora	464	584	685	–	–	–	–
Eletricidade e água	10	11	15	–	–	–	–
Construção	602	751	888	–	–	–	–
Setor terciário	2103	2565	3062	–	–	–	–
Comércio e serviços transacionáveis	1555	1896	2294	–	–	–	–
Serviços não-transacionáveis	548	669	767	–	–	–	–
Produto interno bruto (custo de fatores)	7392	9549	10 584	–	–	–	–
Impostos indiretos e subsídios	188	231	246	–	–	–	–
Produto interno bruto (preços de mercado)	7580	9780	10 830	11 984	12 767	12 621	11 942
Para memória:							
PIBpm nominal (em mil milhões de EUR)	62,5	73,9	88,2	93,5	–	97,1	–
PIBpm nominal (em mil milhões de USD)	82,4	104,2	113,5	124,1	130,3	127,9	106,1
PIBpm nominal (em AOA, variação anual em %)	26,6	29,0	10,7	10,7	6,5	5,3	-5,4
PIB real (variação anual em %)	3,4	3,9	5,2	6,8	3,9	4,4	3,5
Setor petrolífero	-3,0	-5,4	4,5	-1,1	-3,5	-3,5	–
Outros setores	7,6	9,5	5,5	10,8	7,3	8,2	–

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 4 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]	[4]
2000	Dezembro		268,4	268,4	325,0
2001	Dezembro		116,1	116,1	152,6
2002	Dezembro		105,6	105,6	109,0
2003	Dezembro		76,6	76,6	98,2
2004	Dezembro		31,0	31,0	43,5
2005	Dezembro		18,5	18,5	23,0
2006	Dezembro		12,2	12,2	13,3
2007	Dezembro		11,7	11,7	12,2
2008	Dezembro		13,2	13,2	12,5
2009	Dezembro		14,0	14,0	13,7
2010	Dezembro		15,3	15,3	14,5
2011	Dezembro		11,4	11,4	13,5
2012	Dezembro		9,0	9,0	10,3
2013	Dezembro		7,7	7,7	8,8
2014	Dezembro		7,5	7,5	7,3
2013	Janeiro	0,6	0,6	8,9	10,1
	Fevereiro	0,8	1,4	9,1	9,9
	Março	0,7	2,1	9,1	9,7
	Abril	0,6	2,7	9,0	9,6
	Maio	0,9	3,6	9,2	9,5
	Junho	0,6	4,3	9,2	9,4
	Julho	0,5	4,8	9,0	9,3
	Agosto	0,5	5,4	9,0	9,2
	Setembro	0,5	5,9	8,9	9,2
	Outubro	0,4	6,3	8,4	9,1
	Novembro	0,5	6,9	7,9	8,9
	Dezembro	0,7	7,7	7,7	8,8
	Dezembro (prog.)			9,0	
2014	Janeiro	0,8	0,8	7,8	8,7
	Fevereiro	0,5	1,2	7,5	8,6
	Março	0,5	1,8	7,3	8,4
	Abril	0,5	2,3	7,2	8,3
	Maio	0,6	2,9	7,0	8,1
	Junho	0,6	3,5	6,9	7,9
	Julho	0,6	4,1	7,0	7,7
	Agosto	0,6	4,8	7,1	7,5
	Setembro	0,6	5,4	7,2	7,4
	Outubro	0,7	6,1	7,5	7,3
	Novembro	0,5	6,7	7,5	7,3
	Dezembro	0,7	7,5	7,5	7,3
	Dezembro (prog.)			[7,0-9,0]	
2015	Janeiro	0,7	0,7	7,4	7,2
	Fevereiro	0,8	1,5	7,7	7,3
	Março	0,6	2,1	7,9	7,3
	Abril	0,9	3,0	8,2	7,4
	Maio	1,2	4,2	8,9	7,6
	Junho	1,3	5,5	9,6	7,8
	Julho	1,3	7,0	10,4	8,1
	Dezembro (prog.)			9,0	

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / dezembro anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 5 • Balança de pagamentos

Em milhões de USD

	2010	2011	2012	2013	2014		2015
				Est.	Prog.	Est.	Prog.
Balança Corrente	7506	13 085	13 853	8348	2823	-3722	-18 665
Mercadorias	33 928	47 082	47 376	41 903	43 132	30 583	4088
Exportações (f.o.b.)	50 595	67 310	71 093	68 247	71 450	59 170	27 980
Setor petrolífero	49 351	65 591	69 716	66 902	69 513	57 642	26 745
das quais: Petróleo bruto	48 629	64 539	68 871	65 611	68 180	56 364	–
Diamantes	976	1205	1159	1167	1331	1335	–
Outras	267	514	218	177	606	193	–
Importações (f.o.b.)	-16 667	-20 228	-23 717	-26 344	-28 318	-28 587	-23 892
Serviços e rendimentos	-25 984	-32 635	-31 761	-31 431	-40 084	-32 096	-21 359
Serviços (líq.)	-17 897	-22 938	-21 339	-21 531	-27 375	-23 246	-17 245
Créditos	857	732	780	1316	802	1681	1406
Débitos	-18 754	-23 670	-22 119	-22 846	-28 177	-24 928	-18 651
dos quais: Transportes e viagens	-3237	-3810	-4597	-4926	–	-5630	-4539
Construção	-4643	-7932	-6230	-5049	–	-6673	-3586
Assistência técnica	-6158	-9173	-8908	-9265	–	-10 050	-7856
Rendimentos (líq.)	-8087	-9697	-10 422	-9900	-12 709	-8850	-4114
dos quais: Débito de juros	-392	-534	-662	-1090	–	-1066	-858
Dividendos e lucros	-7525	-9040	-9722	-9331	–	-7850	-3744
Transferências correntes (líq.)	-438	-1362	-1762	-2123	-225	-2209	-1394
Balança de Capital e Financeira	-1137	-3979	-8884	-8209	-1539	-961	10 659
Transferências de capital (líq.)	1	2	0	0	2	0	0
Investimento direto estrangeiro (líq.)	-4568	-5116	-9639	-13 164	-1755	-2331	6534
No interior (líq.)[a]	-3227	-3024	-6222	–	-1000	–	–
No exterior (líq.)	-1340	-2093	-3417	–	-755	–	–
Outros capitais líq.	3430	1135	755	4955	214	1370	4125
Erros e omissões	240	-17	-326	-55	0	266	0
Balança Global	6609	9088	4643	84	1284	-4417	-8005
Financiamento	-6609	-9088	-4643	-84	-1284	4417	8005
Variação das Reservas oficiais (líq.) (aumento: -)	-6101	-9054	-4642	-90	-1284	4418	8005
Financiamento excecional[b]	-508	-34	-1	6	0	-1	0
Diferencial de Financiamento	0	0	0	0	0	0	0
Para memória:							
Balança comercial (em percentagem do PIB)	41,2	45,2	41,7	33,8	33,1	23,9	3,9
Balança corrente (em percentagem do PIB)	9,1	12,6	12,2	6,7	2,2	-2,9	-17,6

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Os valores negativos posteriores a 2010 (desinvestimento em Angola) refletem sobretudo o maior peso da componente que corresponde à recuperação do investimento anteriormente feito por empresas petrolíferas estrangeiras; (b) Essencialmente variação de atrasados e perdão ou reescalonamento de dívida.

Quadro 6 • Exportações de mercadorias

Produtos, em milhões de USD | Países, em % do total

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2007 a 2014
							Est.	Est.	Est.
Exportações totais	44 396	63 914	40 828	50 595	67 310	71 093	68 247	59 170	
Petróleo bruto	42 352	61 666	39 271	48 629	64 539	68 871	65 611	56 364	
Prod. refinados de petróleo e gás	652	792	532	722	1052	845	1291	1278	
Diamantes	1182	1210	814	976	1205	1159	1167	1335	
Outros	211	247	212	267	514	218	177	193	
Exportações por destino[a]									
África do Sul	3,9	4,1	3,2	3,1	2,6	4,2	2,7	3,4	3,4
Canadá	5,9	5,2	5,4	5,8	8,7	5,0	5,0	4,6	5,7
China	26,4	29,7	38,5	42,8	37,7	49,6	48,3	48,5	40,9
EUA	24,0	23,3	19,0	18,1	15,9	8,7	7,0	3,5	14,3
França	5,2	5,0	7,6	3,7	3,2	1,6	2,0	3,5	3,7
Índia	5,5	4,3	9,4	10,1	10,7	10,1	10,3	8,3	8,7
Portugal	1,0	0,8	0,5	1,8	2,4	2,5	4,7	3,4	2,3
Taiwan	4,2	2,5	2,9	4,8	8,2	6,1	5,3	4,6	5,0
Outros	24,0	25,1	13,5	9,8	10,6	12,2	14,6	20,1	16,1

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Nota: (a) Apenas exportações de petróleo bruto.

Quadro 7 • Importações de mercadorias

Produtos, em milhões de USD | Países, em % do total

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2007 a 2014
							Est.	Est.	Est.
Importações totais	13 661	20 982	22 660	16 667	20 228	23 717	26 344	28 587	
das quais: SNA[a]	8590	14 828	22 548	16 667	20 228	23 717	26 344	28 587	
Importações por origem									
África do Sul	6,6	3,6	3,9	4,0	3,8	3,8	3,7	3,6	3,9
Bélgica	5,0	5,7	6,4	7,3	6,0	6,7	5,5	6,0	6,1
Brasil	7,7	5,1	6,2	5,1	4,2	4,4	4,3	4,4	4,9
China	4,3	9,1	7,4	8,5	7,6	9,2	10,1	12,2	9,1
EUA	11,0	10,0	10,7	7,4	8,2	5,5	4,7	6,8	7,6
Portugal	19,3	17,7	14,0	14,5	15,4	16,4	16,4	15,3	15,8
Reino Unido	4,8	4,1	4,4	5,1	2,9	2,4	3,4	4,0	3,8
Outros	41,3	44,7	46,9	48,1	52,0	51,7	51,8	47,7	48,8

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Nota: (a) Dados do Serviço Nacional das Alfândegas de Angola.

Quadro 8 • Dívida pública externa e reservas cambiais

Em milhões de USD

	2010	2011	2012	2013	2014		2015
	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
1. Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior	18 326	30 601	32 927	31 923	31 289	30 052	–
das quais: Reservas cambiais (brutas)	19 339	27 514	32 155	32 213	33 931	27 739	–
2. Dívida Pública Externa (incluindo Atrasados)	17 829	20 992	22 583	28 178	29 578	35 933	38 286
Comercial	10 676	13 125	13 786	18 143	–	26 474	–
Banca	9882	12 105	12 813	16 590	–	24 005	–
Empresas	794	1020	974	1553	–	2470	–
Oficial bilateral	5816	6221	6978	8433	–	7788	–
Oficial multilateral	1328	1640	1813	1598	–	1666	–
Comissões	8	5	6	4	–	4	–
Para memória:							
DLX (em % do PIB)	22,2	29,4	29,0	25,7	24,0	23,5	–
Reservas cambiais brutas (em % do PIB)	23,5	26,4	28,3	26,0	26,0	21,7	–
Dívida externa total (em % do PIB)	21,6	20,2	19,9	22,7	22,7	28,1	36,1

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 9 • Operações financeiras do Estado

Em mil milhões de Kwanzas

	2010	2011	2012	2013	2014			2015
	Est.	Est.	Est.	Est	Orç.	Est.	g.e.[a]	Orç.
1. Receitas Totais	3295	4776	5054	4849	4745	4323	91,1	2693
Receitas tributárias	3094	4528	4826	4602	4540	4090	90,1	2476
Receitas petrolíferas	2500	3817	4103	3630	3313	2962	89,4	1039
Receitas não-petrolíferas	594	711	723	972	1227	1128	92,0	1437
Receitas não-tributárias	199	246	226	245	205	231	113,0	215
Donativos	2	2	2	2	0	1	–	2
2. Despesas Totais[b]	2780	3774	4329	4816	5375	4682	87,1	3499
Despesas correntes	2046	2928	3184	3437	3674	3250	88,5	2862
Despesas com o pessoal	714	877	1031	1155	1369	1295	94,6	1488
Bens e serviços	619	1031	1297	1228	1431	1094	76,4	692
Juros da dívida	90	95	105	99	128	142	111,4	231
Internos	27	56	68	59	69	80	117,2	138
Externos	63	38	37	40	59	62	104,6	94
Transferências e subsídios	624	926	752	955	746	719	96,4	451
Despesas de investimento	733	846	1145	1379	1701	1432	84,2	637
3. Saldo Global (base compromissos) (1. - 2.)	516	1002	725	32	-630	-360		-807
4. Variação de Atrasados (líq.)	-73	150	289	324	0	753		0
Internos[c]	-73	150	289	324	0	–		0
Juros externos	-0	0	0	0	0	–		0
5. Saldo Global (base caixa) (3.+ 4.)	443	1153	1014	356	-630	393		-807
6. Financiamento	-443	-1153	-1014	-356	630	-393		807
Financiamento Externo (líquido)	16	51	218	183	733	254		713
Desembolsos	154	186	384	380	1036	548		1106
Amortizações	-138	-135	-166	-197	-303	-294		-393
Financiamento Interno (líquido)	-459	-1203	-1231	-539	-103	-647		94
Financiamento bancário	-324	-826	-432	-597	116	–		–
Financiamento não-bancário (inc. erros e omissões)	-135	-378	-800	58	-219	–		–
Para memória:								
Saldo global, base compromissos (% do PIB)	6,8	10,2	6,7	0,3	-4,9	-2,8		-6,8

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado (em %); (b) Inclui, para todos os anos apresentados, despesas correntes e de capital que tinham sido efetuadas por empresas públicas (essencialmente a Sonangol) e foram agora incluídas no perímetro orçamental (operações quase-fiscais – *quasi-fiscal operations*); (c) Valores líquidos da variação de atrasados a fornecedores (despesas) e da variação de atrasados da Sonangol para com o Tesouro (receitas).

Quadro 10 • Síntese monetária

Em mil milhões de Kwanzas

	2010	2011	2012	2013	2014		2014/2013		2015	Jun. 2015/2014	
		Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	[1]	[2]	Jun.	[1]	[2]
Ativos Externos Líquidos	1698	2916	3155	3116	3422	3097	-0,6	-0,4	3299	6,5	3,9
Em mil milhões de USD	18	31	33	32	31	30	-5,9	–	27	-10,1	–
Banco Nacional de Angola	1683	2589	3017	3097	3252	2904	-6,2	-4,4	3134	7,9	4,5
Reservas internacionais líquidas	1605	2508	2954	3041	3499	2806	-7,7	-5,4	3024	7,8	4,3
Reservas brutas	1792	2622	3081	3145	–	2859	-9,1	-6,5	3060	7,0	3,9
Em mil milhões de USD	19	28	32	32	34	28	-13,9	–	25	-9,7	–
Responsabilidades de curto prazo	-186	-114	-127	-103	–	-53	-48,4	1,1	-36	-32,4	0,3
Outros ativos externos (líquidos)	78	81	63	56	-247	99	77,8	1,0	110	11,6	0,2
Bancos Comerciais	14	327	138	19	170	193	891,0	3,9	165	-14,6	-0,6
Ativos Internos Líquidos	1031	757	728	1280	2005	2013	57,2	16,7	1942	-3,5	-1,4
Crédito Interno (líquido)	1782	1682	1705	2260	3047	3016	33,4	17,2	3374	11,9	7,0
Crédito ao Governo Geral (líquido)	106	-454	-943	-666	-108	69	–	16,7	264	281,4	3,8
Crédito à economia	1676	2136	2648	2926	3155	2947	0,7	0,5	3111	5,6	3,2
Outros ativos internos (líquidos)	-751	-925	-977	-980	-1042	-1003	-2,4	-0,5	-1432	-42,7	-8,4
Ativos Totais	2728	3673	3883	4397	5427	5110	16,2	–	5241	2,6	–
Massa Monetária (M3)	2728	3673	3883	4397	5427	5110	16,2	–	5241	2,6	–
Moeda e Quase-Moeda (M2)	2626	3521	3749	4395	5375	5103	16,1	–	5233	2,5	–
Moeda	1700	2156	2272	2585	–	3097	19,8	–	3082	-0,5	–
Circulação Monetária	172	208	244	276	–	340	23,3	–	290	-14,6	–
Depósitos à ordem	1528	1947	2028	2309	–	2757	19,4	–	2792	1,3	–
em moeda nacional	733	959	1062	1470	–	1905	29,6	–	2044	7,3	–
em moeda estrangeira	795	988	966	839	–	852	1,6	–	748	-12,2	–
Quase-Moeda	926	1365	1477	1810	–	2007	10,9	–	2152	7,2	–
Depósitos a prazo em moeda nacional	409	602	721	902	–	1167	29,3	–	1177	0,9	–
Depósitos a prazo em moeda estrangeira	517	763	756	908	–	840	-7,5	–	974	16,0	–
Outros Instrumentos Financeiros	102	152	134	2	52	7	242,6	–	8	15,7	–

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: [1] Variação percentual face ao final do ano anterior; [2] Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária (fatores de expansão / contração da liquidez).

Quadro 11 • Taxas de juro

Taxas anuais, em percentagem

	2010	2011	2012	2013	2014				2015	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.
Depósitos										
(em Moeda Nacional)										
Depósitos à ordem	2,4	5,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Depósitos a prazo										
Até 90 dias	8,2	4,3	3,1	3,3	3,4	3,9	4,1	4,0	3,3	3,2
91-180 dias	10,0	6,7	4,7	3,9	4,5	4,5	4,3	4,3	4,2	3,9
181 365 dias	6,8	5,6	4,9	5,1	6,0	5,5	5,7	5,6	4,5	4,3
Mais de 1 ano	1,7	8,6	7,0	5,6	4,9	1,5	5,0	4,9	5,2	5,4
(em Moeda Estrangeira)										
Depósitos à ordem	0,1	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Depósitos a prazo										
Até 90 dias	2,3	2,4	1,8	2,1	2,0	2,1	1,9	1,9	1,6	1,7
91-180 dias	7,2	2,7	2,3	2,2	1,8	1,8	2,3	2,3	1,8	2,1
181 365 dias	2,7	3,7	2,7	2,9	2,6	3,3	3,6	3,4	2,5	2,6
Mais de 1 ano	1,1	3,9	3,1	5,0	4,8	5,0	5,0	4,4	2,4	2,6
Crédito (a empresas)										
(em Moeda Nacional)										
Até 180 dias	19,0	18,1	15,3	15,1	15,5	15,1	17,6	17,4	19,0	18,5
181 365 dias	18,2	16,0	14,4	13,9	13,9	14,2	13,2	13,9	13,7	13,4
Mais de 1 ano	23,7	17,7	15,1	13,1	12,9	13,2	12,8	13,7	14,0	13,8
(em Moeda Estrangeira)										
Até 180 dias	14,8	10,2	8,9	11,8	14,5	12,5	11,4	11,4	13,6	8,8
181 365 dias	8,7	10,0	11,5	12,1	13,1	10,4	10,4	10,6	11,0	12,0
Mais de 1 ano	9,9	10,4	11,3	9,8	10,3	10,0	9,7	10,0	8,4	8,6
Taxas de Intervenção do BNA										
Redesconto	25,0	20,0	20,0	15,0	10,0	10,0	9,8	9,8	10,0	10,5
Taxa Básica	–	10,5	10,3	9,8	9,3	9,3	8,8	9,0	9,3	9,8
Facilidades Permanentes										
Cedência de liquidez	–	12,5	11,5	10,3	10,0	10,0	9,8	9,8	10,0	10,5
Depósito *overnight*	–	2,0	1,5	0,8	1,5	1,8	1,8	1,8	0,0	0,0
LUIBOR[b] *overnight*	17,1	6,4	6,2	4,7	3,2	2,9	3,9	6,1	6,2	11,3
Títulos do Banco Central										
a 14 dias	7,0	–	–	–	–	–	–	–	–	–
a 28 dias	8,5	–	–	–	–	–	–	–	–	–
a 63 dias	10,0	7,2	4,1	4,0	–	–	–	–	–	–
a 91 dias	10,8	–	–	–	–	–	–	–	–	–
a 182 dias	11,6	6,8	5,1	–	–	–	–	–	–	–
a 364 dias	13,7	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Bilhetes do Tesouro										
a 63 dias	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3,5
a 91 dias	10,8	3,9	3,4	3,6	3,8	3,6	4,8	6,4	5,8	4,4
a 182 dias	11,6	4,8	3,7	4,6	4,1	4,4	5,2	7,1	6,7	5,0
a 364 dias	13,7	5,2	5,1	–	5,1	5,4	6,1	7,5	8,1	7,0
Obrigações do Tesouro [a]										
a 1 ano	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
a 2 anos	–	–	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0
a 3 anos	7,0	7,0	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3
a 4 anos	7,0	7,3	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5
a 5 anos	7,0	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8
a 6 anos	–	8,0	–	–	–	–	–	–	–	–
Para memória:										
Inflação (t.v. homóloga anual)	15,3	11,4	9,0	7,7	7,3	6,9	7,2	7,5	7,9	9,6

Fonte: Banco Nacional de Angola.

Notas: (a) *Luanda Interbank Offered Rate* (taxa média ponderada das operações de cedência de liquidez, sem garantia, praticadas pelos bancos no mercado monetário interbancário). (b) OT emitidas em kwanzas mas indexadas à taxa de câmbio USD/AOA.

Quadro 12 • Indicadores de estabilidade financeira

Em percentagem

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mai.
Solvabilidade						
Adequação dos fundos próprios	18,6	18,5	18,3	19,5	19,8	20,4
Rácio *Tier1*	17,9	14,3	13,6	14,3	13,9	14,7
Risco de crédito						
Incumprimento (% crédito total)	8,6	2,4	6,8	9,8	11,7	11,7
Crédito em incumprimento líquido de provisões (% capitais *core*)	24,0	2,8	11,6	22,3	32,8	29,4
Crédito em moeda estrangeira (% crédito total)	64,9	50,9	42,7	37,8	27,4	27,8
Rendibilidade						
ROE – Rendibilidade dos capitais próprios	32,1	21,6	12,5	10,9	4,9	5,6
ROA – Rendibilidade do ativo	3,0	2,6	1,6	1,4	0,6	0,7
Risco de liquidez						
Crédito / depósitos	60,6	59,5	65,5	63,3	59,9	59,0
Ativo líquido / ativo total	32,0	28,1	26,3	30,1	33,9	40,2
Passivo em moeda estrangeira / passivo total	53,7	53,6	50,7	43,0	33,1	31,6

Fontes: Banco Nacional de Angola e Fundo Monetário Internacional.

Quadro 13 • Taxas de câmbio

Taxas médias (mercado primário – taxas de referência do BNA)

				ITCE[(a)] base 100: 2000	
		EUR / AOA	USD / AOA	Nominal	Real
2000		9,5	9,9	100,0	100,0
2001		20,2	21,8	46,4	114,9
2002		42,9	43,3	23,2	119,3
2003		86,1	74,3	13,3	133,5
2004		104,3	83,4	11,9	164,6
2005		108,4	87,2	11,3	188,3
2006		101,2	80,4	12,1	221,6
2007		105,4	76,7	12,0	237,8
2008		110,8	75,0	11,6	244,4
2009		111,2	79,6	11,0	264,7
2010		121,3	92,0	9,6	254,4
2011		132,4	93,9	9,0	255,8
2012		122,8	95,4	9,0	274,9
2013		128,2	96,6	8,8	286,3
2014		130,0	98,6	8,8	298,7
2013	Janeiro	129,7	95,9	8,7	276,0
	Fevereiro	125,3	96,0	9,0	285,3
	Março	122,3	96,0	9,0	287,7
	Abril	125,4	96,0	8,8	282,8
	Maio	124,4	96,2	8,8	286,5
	Junho	125,1	96,3	9,0	291,6
	Julho	127,2	96,5	8,8	287,5
	Agosto	127,0	96,4	9,0	293,4
	Setembro	131,3	97,4	8,7	285,3
	Outubro	133,3	97,0	8,7	285,8
	Novembro	132,1	97,4	8,7	287,5
	Dezembro	134,6	97,6	8,7	287,1
2014	Janeiro	132,2	97,6	8,7	290,1
	Fevereiro	133,0	97,6	8,7	290,9
	Março	134,0	97,6	8,8	294,9
	Abril	134,6	97,6	8,8	296,5
	Maio	133,0	97,7	8,8	299,2
	Junho	133,0	97,6	8,8	298,6
	Julho	129,9	97,9	8,9	304,2
	Agosto	128,4	97,6	8,9	304,2
	Setembro	124,6	98,3	8,9	305,1
	Outubro	125,9	99,6	8,7	300,2
	Novembro	126,1	101,5	8,5	298,4
	Dezembro	125,1	103,1	8,6	302,1
2015	Janeiro	117,9	104,5	8,6	306,6
	Fevereiro	119,4	106,3	8,4	298,5
	Março	116,4	108,3	8,2	295,6
	Abril	120,7	109,3	7,9	286,9
	Maio	120,3	110,3	8,2	298,1
	Junho	134,7	122,2	7,3	271,1
	Julho	137,2	125,8	7,1	265,2

Fontes: Banco Nacional de Angola, Banco Central Europeu, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Índice de taxa de câmbio efetiva, com base nas taxas oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2010/2014. Um aumento / diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação / depreciação do kwanza.

2. CABO VERDE

Área: 4033 Km^2

Capital: Cidade da praia

População: 514 milhares
(2014; fonte: ONU)

Moeda: Escudo CV

O crescimento económico em Cabo Verde em 2014 foi condicionado pela fraca recuperação económica na Europa e pelo efeito indireto do surto de Ébola no continente africano. A consequente redução das receitas brutas do turismo conduziu à degradação da conta corrente externa. Contudo, a reanimação do IDE, o reembolso de empréstimos concedidos pelos bancos ao exterior e os desembolsos de empréstimos públicos externos permitiram o reforço das reservas cambiais. Na ausência de pressões inflacionistas, foi possível ao banco central manter uma política monetária acomodatícia, procurando promover o crédito à economia. A limitada dinâmica da atividade económica afetou as receitas públicas, obrigando a nova contenção no programa de investimento para suster as necessidades de financiamento do Estado, ainda que não impedindo nova subida da dívida pública.

A débil recuperação económica na Europa e o efeito indireto do surto de Ébola no continente africano condicionaram os desenvolvimentos da economia de Cabo Verde em 2014. Contudo, alguma dinâmica do investimento privado, incluindo direto externo e sobretudo relacionado com o setor turístico, terá permitido uma **ligeira aceleração do crescimento económico**, de 1 por cento em 2013 para 1,8 por cento em 2014.

A principal repercussão da envolvente externa pouco favorável verificou-se na redução das receitas brutas do turismo, decorrente do menor número de hóspedes de países da UE e do ajustamento em baixa dos preços praticados pelos operadores turísticos, como tentativa de resposta à evolução adversa. Esta quebra das exportações de serviços, complementada com o aumento dos rendimentos distribuídos de investimentos externos, conduziu a um **aumento do défice da balança corrente** para 7,8 por cento do PIB (4,5 por cento em 2013). De realçar, no entanto, o bom comportamento das exportações de bens (que aumentaram 35 por cento), sobretudo de produtos do mar e reexportações, e das remessas de emigrantes, que recuperaram da redução do ano anterior, com destaque para as oriundas dos países da UE.

A retoma do investimento direto externo (IDE), as amortizações de empréstimos concedidos pelos bancos a entidades no exterior e o endividamento do Estado (ainda que em abrandamento face aos anos anteriores) cobriram o défice corrente e permitiram a **acumulação de reservas cambiais**. O *stock* de reservas externas elevou-se assim a EUR 421 milhões no final do ano, correspondendo a 5,5 meses das importações de bens e serviços do ano (bem acima dos 5,0 meses inicialmente projetados).

O aumento das disponibilidades líquidas sobre o exterior do banco central e o crescimento do crédito ao setor público induziram uma expansão da massa monetária de 7,3 por cento em 2014, valor aquém dos 11 por cento de 2013. **Esta evolução foi limitada pela redução do crédito à economia**, reflexo da apertada política creditícia dos bancos comerciais e da falta de projetos com garantias satisfatórias de cumprimento.

Com a inflação a registar valores negativos ao longo de grande parte do ano, fruto sobretudo da diminuição dos preços internacionais dos produtos petrolíferos e alimentares, e com o reforço da posição externa consolidada do sistema (ajudando na defesa do regime de paridade fixa que Cabo Verde mantém com o euro desde 1998), o BCV manteve a orientação de **adoção de condições monetárias menos restritivas** ao longo de 2014. Como tentativa de estímulo da concessão de crédito ao setor privado, o banco central procedeu a reduções das suas taxas de intervenção (num total acumulado de 225 p.b. relativamente à taxa diretora e da facilidade de depósito, a última já em fevereiro de 2015) e do coeficiente de reservas de caixa (em 300 p.b., para 15 por cento).

Paralelamente, com o intuito de aumentar a eficácia do mecanismo de transmissão, o BCV introduziu refinamentos aos seus instrumentos de intervenção: aumento do objetivo de *stock* vivo de títulos próprios, reposição do acesso diário às facilidades permanentes, imposição da obrigatoriedade de manter pelo menos 20 por cento das reservas mínimas no BCV, entre outras. Os bancos mantêm-se contudo afetados pela liquidez excedentária, principalmente ao nível da rendibilidade, reflexo da conjugação de uma reduzida disponibilidade de aplicações (e das baixas taxas das que existem) face ao custo do *funding* (nomeadamente com a manutenção das taxas dos depósitos de emigrantes) e ao aumento do crédito malparado (o crédito com imparidade representava 18,7 por cento do crédito total no final de 2014, elevando-se a 20,5 em março de 2015). No entanto, o sistema bancário agregado tem demonstrado algum crescimento da sua solvabilidade, com o rácio da adequação dos fundos próprios a chegar a 15,6 por cento no final de 2014 (acima dos 10 regulamentares).

O pouco expressivo ritmo de crescimento económico **limitou também a capacidade de consolidação das finanças públicas**. Não obstante o conjunto de reformas introduzidas na esfera tributária, a fraca dinâmica da atividade económica de alguns setores refletiu-se negativamente na arrecadação de receitas fiscais, principalmente de impostos sobre o rendimento

das pessoas coletivas (sobretudo comércio, comunicações e construção civil) e IVA (cobrado pelas alfândegas, relacionado também com a descida do preço dos produtos petrolíferos). Adicionalmente, os donativos evidenciaram alguma diminuição relativamente ao ano anterior, decorrente de menos doadores e montantes de ajuda e de atrasos nos desembolsos. A pressão exercida pelas despesas correntes, transversal a todas as classes, obrigou as autoridades a efetuar uma contenção acrescida no programa de investimento. Contando ainda com atrasos no arranque de alguns projetos, o programa de investimento público registou um grau de execução de 70 por cento face aos valores previstos.

Como resultado destes desenvolvimentos, o **défice orçamental reduziu-se** relativamente ao ano anterior, fixando-se em 7,3 por cento do PIB em 2014 (aquém dos 8,1 por cento orçamentados e dos 9,4 por cento de 2013). As necessidades totais de financiamento por parte do Estado, que incluem ainda os empréstimos de retrocessão e outras operações em ativos financeiros, elevaram-se a 10,4 por cento do PIB (13,5 por cento em 2013), tendo sido cobertas por endividamento público.

A dívida do Estado cabo-verdiano prosseguiu a tendência crescente iniciada em 2009, com o endividamento externo a elevar-se, em 2014, a 87,5 por cento do PIB e o interno a 26,7 por cento do PIB (sem Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, cobertos pelos recursos do Cabo Verde *Trust Fund*, estabelecido em 1998).

Em 2015 o investimento e o consumo privados deverão assumir-se como motores económicos de Cabo Verde, induzindo a aceleração do crescimento. Espera-se o aumento das receitas fiscais, contudo em montante insuficiente para compensar a subida prevista da despesa (tanto corrente como de investimento), prevendo-se o agravamento do défice orçamental.

Mais atividade económica implicará a subida das importações, acarretando a degradação do défice corrente externo, apesar da recuperação das receitas de turismo (para o qual contribuirá a instabilidade no Norte de África) e do bom comportamento das remessas de emigrantes. O excedente da balança de capitais e operações financeiras, que se espera suportado pelo endividamento do Estado (mas induzido pelo investimento direto externo na execução até março), possibilitará uma nova mas menos pronunciada acumulação de reservas cambiais. O reforço da posição externa tem suportado a expansão monetária, contando com o aumento do crédito ao setor público e com a contínua redução do crédito à economia, tendência que se espera revertida até ao final do ano.

Os riscos mais significativos para o cenário traçado para 2015 prendem-se ainda com a eventual continuada estagnação económica na UE, com possíveis impactos nas receitas do turismo, no IDE e nas remessas de emigrantes. Relativamente às condicionantes internas, terão de ser mantidas sob vigilância a pressão das finanças e da dívida pública e os desenvolvimentos da situação financeira dos bancos comerciais.

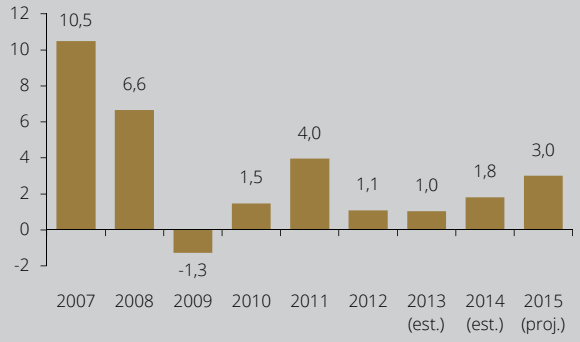
Quadro 14 • Principais indicadores económicos

	2012	2013	2014	2015
			Est.	Prog.
PIB real (taxa de variação anual)	1,1	1,0	1,8	3,0
Inflação (taxa de variação homóloga)	4,1	0,1	-0,4	2,0
Massa monetária (taxa de variação anual)	6,0	11,0	7,3	3,8
Balança corrente (% do PIB)	-13,3	-4,5	-7,8	-9,3
Reservas oficiais (meses de importações)	3,8	4,8	5,5	5,1
Saldo orçamental (% do PIB)	-10,3	-9,4	-7,3	-8,6
Dívida pública, excluindo TCMF[(a)] (% do PIB)	91,1	101,6	114,2	–

Fontes (também dos gráficos seguintes): FMI, BCV, Ministério das Finanças e Planeamento de Cabo Verde e INE de Cabo Verde.
Nota: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, cobertos pelos recursos de um *Trust Fund* estabelecido em *offshore*.

Gráfico 17 • PIB real

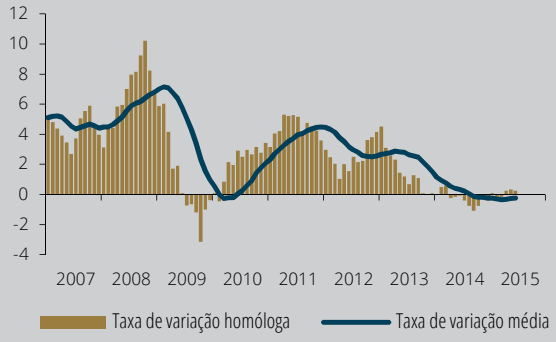
Taxas de variação anual, em %



O crescimento económico em Cabo Verde tem vindo a manter-se a níveis limitados, fruto do difícil enquadramento externo. A ligeira aceleração de 2014 terá decorrido de alguma atividade do investimento privado, tendência que se deverá prolongar em 2015.

Gráfico 18 • Inflação

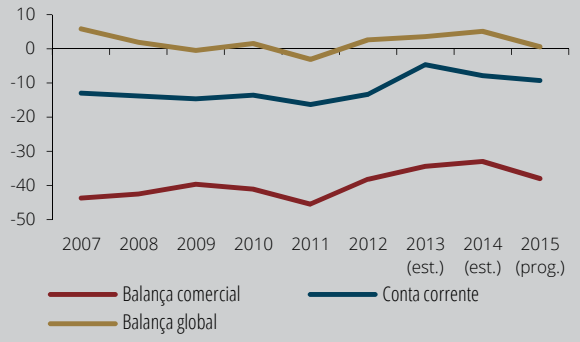
Variação anual do IPC, em %



A redução dos preços internacionais dos produtos petrolíferos e alimentares tem vindo a refletir-se internamente, com a taxa de inflação (tanto média como homóloga) a entrar em valores negativos ao longo de 2014.

Gráfico 19 • Contas externas

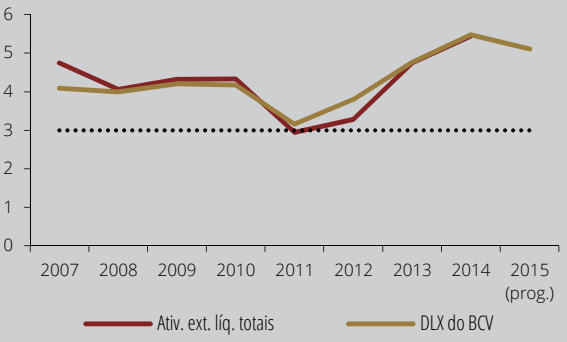
Em % do PIB



A balança comercial mantém-se como o principal desequilíbrio externo da economia cabo-verdiana. Contudo, o agravamento do défice corrente em 2014 decorreu da redução do excedente da balança de serviços e do aumento do défice da balança de rendimentos.

Gráfico 20 • Reservas cambiais

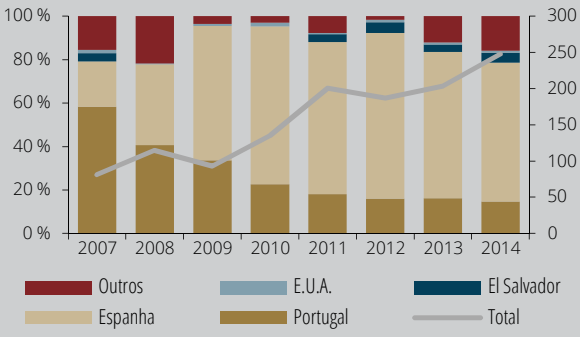
Em meses de importações de bens e serviços



As entradas de investimento direto externo, de amortização de créditos ao exterior concedidos pelos bancos e dos desembolsos de endividamento público no exterior permitiram novo reforço das reservas cambiais em 2014, mantendo a trajetória ascendente anterior.

Gráfico 21 • Exportações de mercadorias

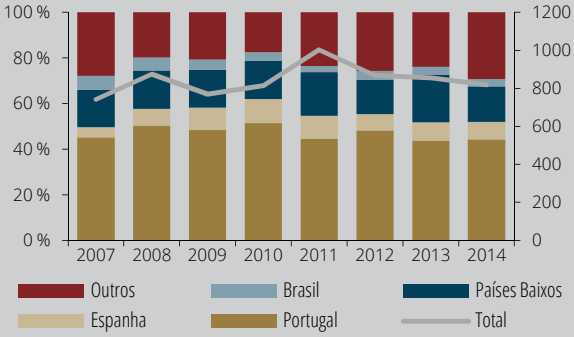
Destinos em %, total em USD milhões



Nos anos mais recentes, a Espanha tem vindo a afirmar-se como o principal mercado das exportações cabo-verdianas, absorvendo sobretudo produtos do mar. Portugal mantém-se como o segundo destino, ainda que denote um peso progressivamente mais reduzido.

Gráfico 22 • Importações de mercadorias

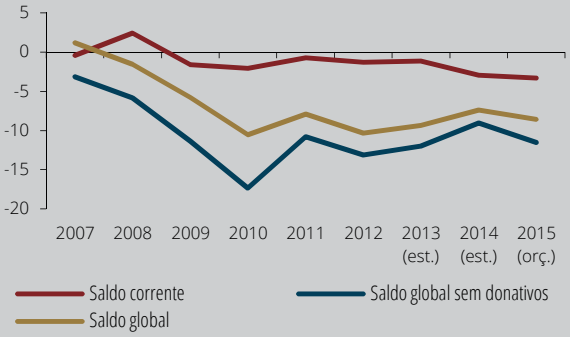
Origens em %, total em USD milhões



A apetência e preferência por produtos portugueses tem mantido Portugal como origem de 40 a 50 por cento do total de importações cabo-verdianas. Os mercados holandês e espanhol seguem-se em termos relativos, responsáveis por cerca de 16 e 8 por cento, respetivamente.

Gráfico 23 • Contas públicas

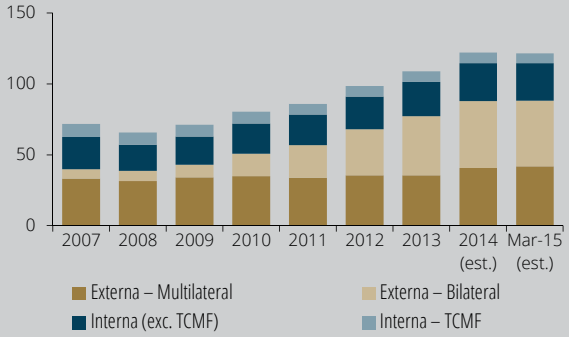
Em % do PIB



Após o ciclo deliberadamente expansionista da política orçamental que se seguiu à crise internacional, Cabo Verde tem vindo a denotar uma trajetória lenta mas gradual de redução do défice orçamental, ainda que com agravamento do défice corrente.

Gráfico 24 • Dívida pública

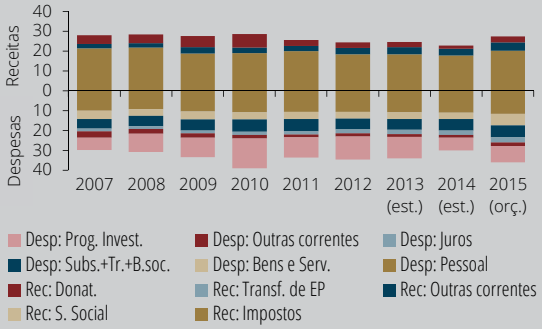
Em % do PIB



A manutenção de défices orçamentais elevados tem vindo a traduzir-se num aumento continuado da dívida pública, principalmente externa (sobretudo bilateral) mas igualmente recorrendo ao endividamento interno (junto dos bancos).

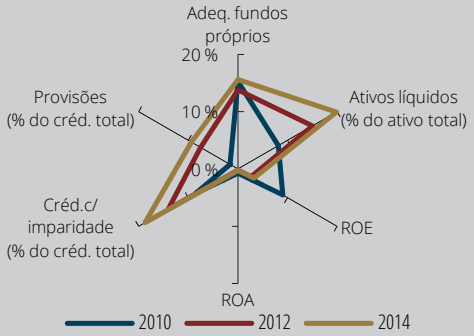
Gráfico 25 • Receitas e despesas públicas

Em % do PIB



Apesar dos esforços de aumento da eficácia da administração fiscal, a coleta de impostos tem demonstrado alguma dificuldade em compensar a redução dos donativos. Em sentido inverso, as despesas correntes têm vindo a ganhar peso relativo.

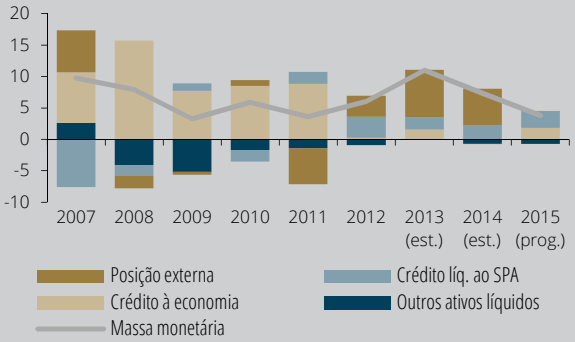
Gráfico 26 • Indicadores de estabilidade financeira



Tem sido evidente nos últimos anos a redução da rendibilidade do setor bancário cabo-verdiano, acompanhado pela degradação dos rácios da qualidade do crédito. Contudo, o conjunto do sistema tem igualmente demonstrado crescimento dos ativos e da solvabilidade.

Gráfico 27 • Fatores de variação da liquidez

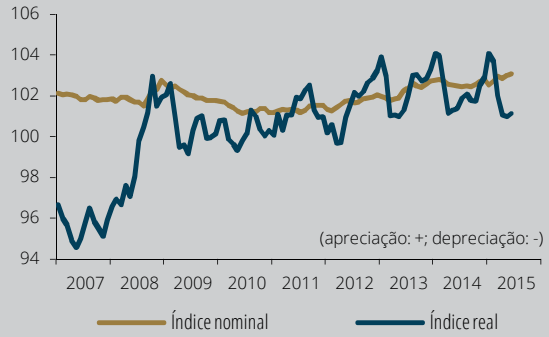
Variações em % do valor inicial da massa monetária



A fraca dinâmica do crédito à economia tem vindo a assumir lugar de destaque desde 2012, em contraposição aos anos anteriores. O crescimento da massa monetária tem ficado sobretudo a cargo da posição externa (reservas cambiais) e do crédito líquido ao setor público.

Gráfico 28 • Taxa de câmbio efetiva

Índices base 100: 2000, médias mensais



A progressiva apreciação nominal do escudo cabo-verdiano reflete a desvalorização do real brasileiro face ao euro, com o qual a moeda de Cabo Verde mantém um regime de paridade fixa (os restantes principais parceiros – Portugal, Espanha e Holanda – pertencem à Área do Euro).

Quadro 15 • Indicadores económicos

		2010	2011	2012	2013	2014		2015	
		Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços									
PIB p.m.	EUR milhões	1257	1342	1364	1384	1484	1410	1470	
	t. var. real	1,5	4,0	1,1	1,0	3,0	1,8	3,0	
Inflação (IPC)	t. var. homóloga	3,4	3,6	4,1	0,1	2,5	-0,4	2,0	0,3 jun.
	t. var. média	2,1	4,5	2,5	1,5	2,0	-0,2	1,5	-0,2 jun.
Finanças públicas									
Receitas totais	% do PIB	28,6	25,6	24,4	24,7	27,3	22,8	27,4	
Donativos	% do PIB	6,8	2,9	2,8	2,6	3,2	1,7	2,9	
Despesas totais	% do PIB	39,0	33,5	34,7	34,1	35,2	30,3	35,9	
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	-10,6	-7,9	-10,3	-9,4	-8,1	-7,3	-8,6	
Sem donativos	% do PIB	-17,4	-10,8	-13,1	-12,0	-11,3	-9,0	-11,5	
Dívida interna	% do PIB	29,5	29,1	30,6	31,8		34,1		33,6 mar.
dq: TCMF[a]	% do PIB	8,2	7,7	7,6	7,5		7,3		7,0 mar.
Moeda e crédito									
Crédito ao SPA (líq.)	t. var. anual	-10,3	12,7	20,3	10,7	19,2	12,1	13,5	-8,2 mai.[f]
Crédito à economia	t. var. anual	12,0	11,8	0,3	2,0	12,1	-0,1	2,8	-3,2 mai.[f]
Massa monetária (M3)	t. var. anual	5,9	3,6	6,0	11,0	7,6	7,3	3,8	-2,6 mai.[f]
Taxas de juro[b]									
Depósitos a 1 ano (média das OIM)	taxa anual	4,5	4,2	3,8	4,3		4,3		4,3 mai.
Redesconto	taxa anual	7,5	7,5	9,8	9,8		7,8		7,5 mai.
Cedência de liquidez	taxa anual	7,3	7,3	8,8	8,8		6,8		6,5 mai.
Bilhetes do Tesouro, a 91 dias	taxa anual	3,9	4,1	4,2	2,7		1,5		1,3 abr.
Estabilidade Financeira									
Adequação dos fundos próprios[c]	percentagem	15,3	13,9	13,8	15,1		15,6		15,0 mar.
Crédito com imparidade / crédito total	percentagem	8,4	11,8	14,1	16,4		18,7		20,5 mar.
Rendibilidade dos fundos próprios (ROE)	percentagem	9,1	5,6	2,7	3,5		3,2		0,7 mar.
Balança de pagamentos									
Exportações (em USD correntes)	t. var. anual	46,0	56,0	-13,5	7,9	7,7	35,0	-12,7	
Importações (em USD correntes)	t. var. anual	6,2	29,5	-19,6	-2,6	14,0	6,1	4,1	
Balança corrente	% do PIB	-13,5	-16,3	-13,3	-4,5	-9,2	-7,8	-9,3	
Excluindo transferências oficiais	% do PIB	-19,9	-20,0	-16,7	-7,6	-10,9	-10,7	-9,3	
Balança corrente e de capital	% do PIB	-11,1	-15,6	-12,6	-4,2	-9,0	-7,3	-8,9	
Reservas oficiais	meses import.[e]	4,2	3,2	3,8	4,8	5,0	5,5	5,1	5,1 mai.
Dívida externa									
Valor total	EUR milhões	638,8	762,5	928,7	1069,8		1234,1		1295,2 mar.
	% do PIB	50,8	56,8	68,1	77,3		87,5		88,1 mar.
	% export.[e]	133,1	134,5	151,4	162,9		181,8		182,6 mar.
Serviço da dívida	% export.[e]	4,7	4,1	4,6	4,4		4,6		1,3 mar.
Taxas de câmbio (médias)									
EUR/CVE (mercado oficial)	t. média	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3 jun.
USD/CVE (mercado oficial)	t. média	83,3	79,3	85,8	83,1	83,0	83,1	90,0	99,0 jun.
ITCE nominal (base 100:2000)[d]	t. var. anual	-0,6	0,3	0,5	0,7		0,0		0,3 jun.[f]
ITCE real (base 100:2000)[d]	t. var. anual	0,2	0,7	2,2	0,1		-0,4		-1,7 jun.[f]

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. das Finanças e Planeamento de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira; (b) Médias mensais (correspondentes a dezembro para os valores anuais); (c) Capital regulamentar / ativo ponderado pelo risco; (d) Índice da taxa de câmbio efetiva, calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2010-2014 (valorização: +; desvalorização: -); (e) Importações e exportações de bens e serviços; (f) Variação face a dezembro anterior.

Quadro 16 • Produto interno bruto

Preços correntes, em milhões de CVE

	2008	2009	2010	2011	2012	2013 Est.	2014 Est.	2015 Proj.
Setor primário	11 455	12 077	11 780	12 215	13 249	13 374	12 324	
Agricultura, produção animal, caça e floresta	9655	10 043	9705	10 598	11 659	11 607	10 317	
Pesca e aquacultura	786	1260	1367	1005	1040	1309	1547	
Indústrias extrativas	1014	774	708	612	550	458	460	
Setor secundário	24 252	25 400	24 440	25 668	25 018	24 872	25 171	
Indústrias transformadoras	6526	6689	7528	8054	8547	8858	8150	
Eletricidade, gás e água	1318	2126	1939	2158	3268	4133	4257	
Construção	16 408	16 585	14 973	15 456	13 203	11 881	12 764	
Setor terciário	80 513	81 783	84 749	89 645	93 463	95 491	96 767	
Comércio; reparação de veículos automóveis e motociclos	15 541	16 834	17 609	19 002	18 785	16 854	16 300	
Alojamento, restaurantes e estabelecimentos de bebidas	15 334	13 883	14 781	14 038	13 300	13 564	13 429	
Transporte e armazenagem	4712	4653	4792	5896	8651	10 015	9731	
Telecomunicações e correios	6749	7035	6254	6246	6330	6740	7255	
Serviços financeiros	6016	5316	5120	5077	5238	5284	5571	
Imobiliária e ourtros serviços	13 472	13 517	14 604	14 696	15 885	16 597	16 781	
Serviços às empresas	2509	2598	2570	3176	3392	3486	3663	
Administração pública	16 180	17 947	19 019	21 514	21 882	22 951	24 037	
Valor acrescentado bruto	116 220	119 260	120 969	127 528	131 730	133 737	134 262	
Impostos sobre produtos, líq. de subvenções	18 479	16 621	17 598	20 400	18 622	18 902	21 259	
Produto interno bruto (p. m.)	134 699	135 881	138 567	147 928	150 352	152 639	155 521	162 100
Consumo	104 604	111 548	112 863	120 269	123 620	126 872	126 597	
Público	22 739	24 708	25 536	27 401	25 963	27 123	26 725	
Privado	81 865	86 840	87 327	92 868	97 657	99 749	99 871	
Investimento	65 376	59 501	66 024	70 277	55 920	45 662	51 790	
Formação bruta de capital fixo	57 285	52 337	62 625	69 128	52 844	43 645	47 744	
Público	14 828	14 403	23 935	19 236	22 320	21 017	15 083	
Privado	42 457	37 934	38 690	49 892	30 524	22 628	32 660	
Variação de existências	8091	7164	3399	1149	3076	2017	4046	
Procura interna	169 980	171 049	178 887	190 546	179 540	172 534	178 387	
Exportações de bens e serviços	43 242	36 699	40 059	46 555	55 541	58 386	61 130	
Procura global	213 222	207 748	218 946	237 101	235 081	230 920	239 516	
Importações de bens e serviços	78 523	71 867	80 379	89 173	84 729	78 281	83 995	
Para memória:								
Poupança interna bruta	30 095	24 333	25 704	27 659	26 732	25 767	28 924	
PIBpm nominal (milhões de EUR)	1222	1232	1257	1342	1364	1384	1410	1470
PIBpm nominal (milhões de USD)	1788	1712	1664	1866	1752	1837	1872	1801
Deflator do PIB (variação anual em %)	3,5	2,2	0,5	2,7	0,6	0,5	0,1	1,2
PIB nominal (variação anual em %)	10,4	0,9	2,0	6,8	1,6	1,5	1,9	4,2
PIB real (variação anual em %)	6,6	-1,3	1,5	4,0	1,1	1,0	1,8	3,0

Fontes: INE de Cabo Verde, Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 17 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]
2001	Dezembro	–	4,1	3,3
2002	Dezembro	–	3,0	1,9
2003	Dezembro	–	-2,3	1,2
2004	Dezembro	–	0,6	-1,9
2005	Dezembro	–	1,8	0,4
2006	Dezembro	–	5,8	4,8
2007	Dezembro	–	4,0	4,4
2008	Dezembro	–	6,7	6,8
2009	Dezembro	–	-0,4	1,0
2010	Dezembro	–	3,4	2,1
2011	Dezembro	–	3,6	4,5
2012	Dezembro	–	4,1	2,5
2013	Dezembro	–	0,1	1,5
2014	Dezembro	–	-0,4	-0,2
2013	Janeiro	-0,2	4,5	2,7
	Fevereiro	-0,7	3,1	2,7
	Março	-0,5	2,6	2,8
	Abril	0,2	2,3	2,9
	Maio	0,0	1,4	2,8
	Junho	0,0	1,2	2,8
	Julho	0,5	0,7	2,6
	Agosto	0,4	1,3	2,6
	Setembro	0,4	1,1	2,5
	Outubro	-0,2	0,1	2,2
	Novembro	-0,2	0,0	1,9
	Dezembro	0,5	0,1	1,5
	Dezembro (proj.)	–	2,2	3,3
2014	Janeiro	-0,3	0,0	1,1
	Fevereiro	-0,2	0,5	0,9
	Março	-0,4	0,6	0,8
	Abril	-0,7	-0,3	0,6
	Maio	0,1	-0,2	0,4
	Junho	0,1	-0,1	0,3
	Julho	0,2	-0,4	0,2
	Agosto	0,1	-0,7	0,1
	Setembro	0,1	-1,1	-0,1
	Outubro	0,1	-0,7	-0,2
	Novembro	0,4	-0,1	-0,2
	Dezembro	0,2	-0,4	-0,2
	Dezembro (proj.)	–	2,5	2,0
2015	Janeiro	0,2	0,1	-0,2
	Fevereiro	-0,4	-0,2	-0,3
	Março	-0,4	-0,2	-0,4
	Abril	-0,3	0,3	-0,3
	Maio	0,2	0,3	-0,3
	Junho	0,0	0,3	-0,2
	Dezembro (proj.)	–	2,0	1,5

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 18 • Balança de pagamentos

Em milhões de CVE

	2011	2012	2013	2014			2015	
	Est.	Est.	Est.	Proj.	Trim. I	Est.	Proj.	Trim. I
1. Conta Corrente	-24 093	-20 059	-6937	-15 106	-1318	-12 082	-15 024	-1439
Balança comercial	-67 206	-57 393	-52 531	-60 866	-11 560	-50 971	-61 525	-14 712
Exportações (f.o.b.)[a]	16 759	15 699	16 398	17 642	4969	22 140	20 936	3941
Importações (f.o.b.)	-83 965	-73 092	-68 929	-78 509	-16 529	-73 111	-82 461	-18 653
Balança de serviços (líq.)	20 448	21 546	28 601	31 426	7013	24 205	28 162	8031
Exportações	45 749	51 925	56 003	57 558	13 469	52 705	57 259	16 069
dq: Transportes	11 749	10 805	11 219		2525	9510		3011
Turismo	27 851	33 799	36 716	40 247	9145	33 255	36 414	11 181
Importações	-25 300	-30 378	-27 402	-26 133	-6456	-28 500	-29 097	-8038
dq: Transportes	-8953	-8589	-7020		-1498	-7428		-3211
Turismo	-4579	-4343	-3728		-626	-2664		-500
Balança de rendimentos (líq.)	-5798	-6406	-5394	-6065	-1870	-7763	-7079	-1681
Exportações	1124	1068	1122	1158	129	1009		133
dq: Rendimento TF[b] (ano anterior)	486	373	373	373	0	373		0
Importações	-6922	-7474	-6517	-7222	-1999	-8772		-1815
dq: Juros da dívida pública prog.	-805	-1151	-1407	-1433	-376	-1518	-1500	-466
Transferências correntes	28 463	22 194	22 388	20 399	5099	22 448	25 418	6923
Transferências oficiais	5535	5084	4689	2757	998	4594		1878
Transferências privadas	22 928	17 109	17 698	17 642	4101	17 853		5045
dq: Remessas de emigrantes	13 381	14 446	13 762		3453	14 846		4264
2. Conta de capital e operações financeiras	22 115	23 608	12 669	20 399	225	19 690	16 150	2219
Conta de Capital	985	1122	533	441	386	659	628	649
Transferências de capital	985	1122	533	441	386	659	628	649
Conta de Operações Financeiras	21 130	22 486	12 136	19 958	-161	19 031	15 522	1570
Investimento direto	8312	8615	4536	4411	-1815	8426	6667	2199
Investimento de carteira	0	-1694	-2257	0	-236	-1484		-396
Outras operações	12 818	15 565	9857	15 547	1889	12 089		-234
dq: Desembolsos de empréstimos SPA	16 043	19 473	17 787	18 635	5804	13 583		2373
Amortizações programadas	-1778	-1947	-1811	-1985	-611	-1637		-882
3. Erros e omissões	-2454	477	-231	0	511	483	-0	191
4. Balança global: (1.)+(2.)+(3.)	-4432	4026	5502	5293	-583	8091	1127	971
5. Financiamento	4432	-4026	-5502	-5293	583	-8091	-1127	-971
Variação das reservas oficiais (aumento: -)	3676	-4026	-5502	-5293	583	-8091	-1127	-971
Financiamento excecional	756	0	0	0	0	0	0	0
dq: Saques sobre a Facilidade do ACC[c]	0	0	0	0	0	0	0	0
Reemb. progr. Facilidade do ACC[c]	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação de atrasados (aumento: +)	756	0	0	0	0	0	0	0
6. Dif. de financiamento[d]: (4.)+(5.)	0	0	0	0	0	0	0	0
Para memória:								
Conta Corrente (em % do PIB)	-16,3	-13,3	-4,5	-9,7	–	-7,8	-9,3	–
Conta Corrente e de Capital (em % do PIB)	-15,6	-12,6	-4,2	-9,4	–	-7,3	-8,9	–
Reservas oficiais (em meses de importações)[e]	3,2	3,8	4,8	5,0	4,3	5,5	5,1	5,1

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas:(a) Inclui vendas de combustível a navios e reexportações; (b) Fundo estabelecido *off-shore* para suporte à conversão da dívida interna; (c) Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde; (d) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento; (e) Ativos Externos líquidos do BCV e importações de bens e serviços do ano.

Quadro 19 • Distribuição geográfica das exportações

Em percentagem do total

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2006 a 2014
El Salvador	6,4	3,9	0,0	0,0	0,0	3,5	4,9	3,4	4,5	3,2
Espanha	27,3	20,9	37,2	62,0	72,6	70,2	76,3	67,4	63,9	60,4
E.U.A.	1,4	1,4	0,4	0,9	1,6	0,5	1,3	1,1	1,1	1,0
França	0,0	0,0	0,0	2,9	0,6	6,2	0,0	3,4	0,2	1,7
Países Baixos	0,6	0,2	0,5	0,5	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3
Portugal	49,8	58,3	40,6	33,6	22,7	18,0	16,0	16,2	14,7	24,8
Outros	14,5	15,3	21,3	0,1	2,2	1,4	1,3	8,4	15,3	8,5

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 20 • Distribuição geográfica das importações

Em percentagem do total

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2006 a 2014
Alemanha	1,1	1,4	1,6	2,3	0,4	0,5	1,0	1,4	0,6	1,1
Brasil	6,4	6,3	5,7	4,5	3,7	2,7	4,0	3,6	3,3	4,3
Espanha	5,6	4,5	7,3	9,8	10,6	9,9	7,2	7,9	7,6	8,0
E.U.A.	1,4	1,2	0,9	1,0	1,6	0,9	5,3	1,2	1,2	1,6
Países Baixos	11,2	16,3	17,0	16,7	16,8	19,1	15,0	20,9	15,6	16,8
Portugal	50,2	45,2	50,3	48,3	51,4	44,7	48,2	43,8	44,3	47,2
Outros	24,1	25,1	17,3	17,3	15,4	22,0	19,3	21,2	27,4	21,0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 21 • Dívida pública

Em milhões de CVE

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Mai.15
				Est.	Est.	Est.	Est.	Est.
Dívida externa total	51 880	58 210	70 433	84 074	10 2404	11 7962	13 6080	14 2821
Credores Multilaterais	42 248	46 185	48 274	49 777	53 261	54 159	62 912	67 987
Credores Bilaterais	9632	12 026	22 159	34 297	49 143	63 803	73 168	74 834
Governo	7375	9846	13 369	18 131	21 800	23 993	25 143	26 400
Outros	2257	2179	8790	16 166	27 343	39 810	48 025	48 434
Dívida interna total	36 492	38 519	40 907	43 106	45 934	48 556	52 977	54 503
dq: Bilhetes do Tesouro	3005	1730	600	1550	680	682	193	685
Obrigações do Tesouro	20 182	23 870	27 369	28 609	32 254	34 870	39 619	40 626
Sistema Bancário	13 421	14 379	15 162	17 236	17 429	20 939	25 961	26 784
Sistema Não-Bancário	11 682	12 752	14 356	14 482	17 117	16 228	15 628	16 330
TCMF[(a)]	11 389	11 389	11 389	11 389	11 389	11 389	11 389	11 389
				(em % do PIB)				
Dívida externa total	38,5	42,8	50,8	56,8	68,1	77,3	87,5	88,1
Dívida interna total (exc. TCMF)	18,6	20,0	21,3	21,4	23,0	24,3	26,7	26,6
TCMF	8,5	8,4	8,2	7,7	7,6	7,5	7,3	7,0
Dívida interna total (inc. TCMF)	27,1	28,3	29,5	29,1	30,6	31,8	34,1	33,6
				(em % das exportações de bens e serviços)				
Dívida externa total	97,3	128,4	133,1	134,5	151,4	162,9	181,8	182,6
Serviço dív. de médio e longo prazo	4,6	5,5	4,7	4,1	4,6	4,4	4,6	1,3

Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças e Planeamento de Cabo Verde, FMI e cálculos do Banco de Portugal.
Nota: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Quadro 22 • Operações financeiras do Estado

Em milhões de CVE

	2011	2012	2013	2014				2015		
			Est.	Orç.	Trim. I	Est.	g.e.[a]	Orç.	Trim. I	g.e.[a]
1. Receitas totais	37 915	36 688	37 716	44 623	8210	35 408	79,3	44 448	9427	21,2
1.1. Receitas correntes	33 573	32 486	33 692	39 346	7984	32 800	83,4	39 694	8790	22,1
Impostos	29 581	27 573	28 099	32 692	6726	27 464	84,0	32 666	7531	23,1
Impostos s/ rendimento	8678	8616	8596	9572	2110	8051	84,1	9284	2657	28,6
Impostos s/ bens e serviços	13 840	12 512	13 136	16 159	3216	12 848	79,5	15 838	3398	21,5
dq: IVA	11 603	10 405	10 522	12 893	2536	10 150	78,7	12 370	2762	22,3
Imp. s/ transações internac.	6228	5778	5700	6129	1208	5754	93,9	6669	1303	19,5
Outros impostos	835	668	668	832	191	811	97,4	876	174	19,9
Segurança social	37	41	43	17	10	55	325	218	12	5,4
Transferências (Admin. Pública)	0	0	0	0	3	0	–	0	0	–
Outras receitas	3956	4872	5550	6637	1245	5280	79,6	6811	1247	18,3
1.2. Donativos	4342	4203	4024	5241	226	2608	49,8	4753	637	13,4
1.3. Transf. de empresas públicas[b]	0	0	0	36	0	0	–	0	0	–
2. Despesas totais[c]	49 545	52 108	51 982	57 662	10 204	47 122	81,7	58 234	10 126	17,4
2.1. Despesas correntes[d]	34 660	34 445	35 436	43 694	7968	37 322	85,4	45 050	9085	20,2
dq: Relativas a proj. de invest.	5800	4668	4471	8372	706	5283	63,1	8689	942	10,8
Despesas com o pessoal	15 644	15 886	16 601	18 486	4129	16 904	91,4	18 855	4198	22,3
Bens e serviços	5328	4995	5064	8396	729	5140	61,2	9228	998	10,8
Juros e outros encargos	2276	2858	3383	4200	743	3444	82,0	4185	1009	24,1
dq: Dívida interna	1425	1715	1878	2266	368	1910	84,3	2269	536	23,6
Dívida externa	852	1142	1438	1838	376	1518	82,6	1820	466	25,6
Subsídios	994	274	101	170	31	107	62,7	103	21	20,2
Transferências	4368	4057	4075	5371	862	4394	81,8	5481	1031	18,8
Benefícios sociais	3798	3918	4150	3986	1047	4315	108,3	4170	1128	27,0
Outras despesas	2251	2457	2062	3085	216	2324	75,3	3027	410	13,5
dq:Bolsas de estudo	465	565	568	584	75	598	102,4	584	101	17,4
2.2. Programa de investimento	14 885	17 663	16 546	13 968	2235	9801	70,2	13 184	1042	7,9
3. Ativos não financeiros: (3.1.-3.2.)	27	79	55	198	-66	-314	-158,9	104	27	26,1
3.1. Compra de ativos não financeiros	97	81	68	198	6	76	38,1	232	29	12,5
3.2. Venda de ativos não financeiros	70	2	14	1	73	389	–	128	2	–
4. Saldo corrente: (1.1.-2.1.)	-1086	-1960	-1744	-4348	16	-4522	–	-5356	-295	–
5. Saldo global S/Donat.: (1.-2.-3.-1.2.)	-15 998	-19 702	-18 345	-18 477	-2153	-14 009	–	-18 644	-1364	–
6. Saldo global: (1.-2.-3.) (base compromissos)	-11 657	-15 499	-14 321	-13 237	-1927	-11 401	–	-13 891	-727	–
7. Financiamento	11 657	15 499	14 321	13 236	324	11 401	–	13 891	808	–
7.1. Ativos financeiros	-5350	-3509	-6311	-8244	-1083	-4736	–	-6756	-1561	–
Reembolso empréstimos a EP	58	0	128	354	0	126	–	352	11	–
Concessão de empréstimos a EP	-5362	-2465	-5629	-7652	-1072	-4771	–	-7032	-1544	–
Ações e outras participações	-46	-1044	-810	-500	-12	-119	–	-408	-47	–
Outros ativos financeiros	0	0	0	-446	0	27		332	19	
7.2. Passivos financeiros	17 007	19 008	20 632	21 480	1407	16 137	–	20 646	2369	–
Externos (líq.)	14 237	17 751	19 692	17 257	2317	14 607	–	14 647	1643	–
Desembolsos	16 052	19 474	21 515	19 319	2929	16 643	–	17 046	2525	–
Amortizações	-1815	-1723	-1823	-2062	-611	-2036	–	-2399	-882	–
Internos (líq.)	2770	1257	940	4224	-910	1530	–	5999	726	–
Sistema bancário	2143	3859	2350	3186	2021	3071	–	3833	23	–
Outros	627	-2602	-1409	1037	-2931	-1541	–	2166	703	–
8. Dif. financ. / discrepância[e]: (6.+7.)	0	0	0	-0	-1603	0	–	0	81	–

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. Finanças e Planeamento de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado (em %); (b) Parcela das despesas de investimento que cabe às empresas públicas suportar (trata-se normalmente de financiar infraestruturas ligadas à atividade dessas mesmas empresas); (c) Inclui despesas relativas a atrasados e despesas não descriminadas; (d) Inclui valores a regularizar em 2014; (e) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro 23 • Síntese monetária

Em mil milhões de CVE

	2010	2011	2012	2013	2013 / 2012		2014		2014 / 2013		2015	2015p / 2014		2015	
				Est.	[1]	[2]	Prog.	Est.	[1]	[2]	Prog.	[1]	[2]	Mar.	Mai.
Posição externa	29 417	23 060	26 958	36 168	34,2	7,5	38 619	44 061	21,8	5,8	44 182	0,3	0,1	46 020	46 170
Ativos externos (líq.)	33 686	26 810	28 312	38 101	34,6	8,0		46 038	20,8	5,8				47 959	48 079
Banco de Cabo Verde	32 505	28 837	32 861	38 360	16,7	4,5		46 461	21,1	6,0				47 443	47 357
Disp.líq. s/ exterior	32 427	28 752	32 778	38 280	16,8	4,5	43 652	46 371	21,1	5,9	47 497	2,4	0,8	47 342	47 256
Outros ativos (líq.)	78	86	83	80	-3,8	-0,0		91	13,3	0,0				102	101
Bancos comerciais	1181	-2028	-4550	-259	-94,3	3,5		-423	63,6	-0,1				516	722
Responsab. m/l prazo	-4269	-3750	-1354	-1933	42,8	-0,5		-1977	2,3	-0,0				-1939	-1909
Ativos internos (líq.)	82 245	92 589	95 633	99 912	4,5	3,5	10 7773	10 1944	2,0	1,5	10 7326	5,3	3,7	99 673	101 435
Crédito interno total	100 330	112 326	116 452	120 795	3,7	3,5	137 204	123 782	2,5	2,2	130 247	5,2	4,4	123 429	124 438
Crédito líquido ao S. P. A.	16 848	18 992	22 851	25 285	10,7	2,0	30 131	28 357	12,1	2,3	32 190	13,5	2,6	28 380	29 560
dq: ao Gov. Central	5954	8362	12 186	14 362	17,9	1,8	17 872	17 436	21,4	2,3				17 659	19 039
s/ *Trust Fund* [(a)]	11 597	10 802	11 192	11 192	0,0	0,0	11 499	11 192	0,0	0,0				11 192	11 192
Crédito à economia	83 481	93 334	93 601	95 510	2,0	1,6	107 073	95 425	-0,1	-0,1	98 057	2,8	1,8	95 050	94 878
Empresas públicas	174	863	824	865	5,0	0,0		840	-2,9	-0,0				1856	1926
Setor privado	83 307	92 471	92 777	94 645	2,0	1,5		94 585	-0,1	-0,0				93 194	92 952
Crédito às IFNM	0	0	0	0	–	–	0	0	–	–	0	–	–	0	0
Outras rubricas (líq.)	-18 085	-19 737	-20 820	-20 883	-0,3	-0,1	-29 431	-21 838	-4,6	-0,7	-22 921	-5,0	-0,7	-23 756	-23 003
Total do ativo	111 662	115 649	122 590	136 080	11,0	–	146 392	146 005	7,3	–	151 507	3,8	–	145 693	147 605
Massa monetária	111 662	115 649	122 590	136 080	11,0	11,0	146 392	146 005	7,3	7,3	151 507	3,8	3,8	145 693	147 605
Base monetária	25 922	24 439	32 574	38 427	18,0	4,8	43 201	45 778	19,1	5,4				44 559	43 672
Circulação monetária	8514	8376	7886	8216	4,2	0,3	9125	8707	6,0	0,4				7949	8166
Dep. à ordem em m/n	35 050	31 113	33 187	39 566	19,2	5,2	45 024	45 467	14,9	4,3				43 941	43 602
Quase-moeda	68 098	76 159	81 517	88 298	8,3	5,5	92 243	91 831	4,0	2,6				93 804	95 837
Total do passivo	111 662	115 649	122 590	136 080	11,0	–	146 392	146 005	7,3	–	151 507	3,8	–	145 693	147 605

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Fundo estabelecido *off-shore* para apoio à conversão da dívida interna, dando lugar à emissão de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).

[1] Variação face ao final do ano anterior; [2] Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (fatores de expansão / contração da liquidez).

Quadro 24 • Taxas de juro

Taxas anuais, em percentagem

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014				2015	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Mai.
Taxas ativas												
De 7 a 30 dias	11,6	13,0	13,9	9,3	11,5	12,5	11,8	13,3	13,4	11,9	11,7	11,3
De 31a 90 dias	11,8	12,1	11,6	9,4	11,7	11,3	10,9	13,6	11,4	10,5	12,1	10,5
De 91 a 180 dias	10,2	11,3	11,8	9,0	10,1	11,2	10,6	10,8	11,4	11,3	10,0	10,2
De 181 dias a 1 ano	9,3	9,3	9,0	9,5	9,3	9,0	9,4	9,1	9,0	8,5	8,7	8,9
De 1 a 2 anos	11,8	10,7	10,1	10,1	10,0	10,4	10,5	10,7	11,6	11,5	11,4	10,4
De 2 a 5 anos	11,2	10,8	10,0	10,1	10,2	10,5	10,7	10,8	10,9	10,9	10,7	10,9
De 5 a 10 anos	10,3	10,2	10,2	9,6	9,5	9,5	9,7	9,7	9,8	9,8	9,9	9,9
Superior a 10 anos	10,4	10,1	9,8	9,2	8,8	8,9	8,8	8,8	9,1	8,8	8,8	8,8
Descoberto	15,4	15,0	15,7	16,3	16,3	17,9	18,0	17,9	16,2	16,9	16,9	17,0
Taxas passivas												
Residentes												
De 7 a 30 dias	3,1	3,0	2,9	2,9	3,3	4,4	2,0	2,5	2,6	2,6	2,5	2,5
De 31 a 90 dias	2,8	3,4	3,4	3,4	4,1	4,3	4,2	3,3	2,9	2,9	2,9	2,9
De 91 a 180 dias	3,9	4,3	4,1	4,0	4,1	4,2	3,7	3,7	3,4	3,5	3,4	3,6
De 181 dias a 1 ano	4,1	4,1	4,5	4,2	3,8	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3
De 1 a 2 anos	4,2	4,5	4,1	4,7	4,9	4,9	4,9	4,8	4,8	4,7	4,7	4,6
Não Residentes												
De 7 a 30 dias	2,2	1,6	3,0	3,0	2,1	4,0	2,3	2,6	2,6	2,6	2,4	2,4
De 31 a 90 dias	3,8	1,8	2,9	3,1	4,1	3,7	2,8	2,5	2,3	2,2	2,0	1,9
De 91 a 180 dias	4,0	3,5	3,9	3,8	3,8	3,8	3,8	3,5	3,3	2,7	2,7	2,8
De 181 dias a 1 ano	4,2	4,0	3,9	4,0	3,4	4,1	4,2	3,9	4,0	3,9	4,0	4,0
De 1 a 2 anos	4,1	4,6	4,7	4,7	5,1	4,8	5,1	4,9	4,9	4,8	4,8	4,8
Emigrantes												
De 7 a 30 dias	3,4	3,5	3,5	3,5	1,8	4,3	2,5	2,6	2,6	2,6	2,5	2,5
De 31 a 90 dias	3,4	3,5	3,5	3,5	5,6	4,5	3,4	3,3	3,0	3,1	3,0	3,4
De 91 a 180 dias	4,1	4,1	4,1	4,2	4,0	4,3	3,7	4,6	3,7	3,8	3,8	3,8
De 181 dias a 1 ano	4,3	3,7	4,1	4,2	3,7	4,2	4,1	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2
De 1 a 2 anos	4,3	4,4	4,9	5,0	5,5	5,4	5,4	5,1	5,1	5,0	4,4	4,9
Taxas de referência												
Instrumentos do BCV												
Redesconto	7,5	7,5	7,5	7,5	9,8	9,8	8,3	8,3	7,8	7,8	7,5	7,5
Cedência de liquidez	8,3	8,3	7,3	7,3	8,8	8,8	7,3	7,3	6,8	6,8	6,5	6,5
Absorção de liquidez	2,8	2,8	1,8	1,8	3,3	1,0	1,0	1,0	0,5	0,5	0,3	0,3
TRM (14 dias)	5,3	5,3	4,3	4,3	5,8		0,6	0,7	0,6	0,6	0,4	0,3
Bilhetes do Tesouro												
91 dias	3,4	3,6	4,0	4,1								
182 dias				4,2				1,6				
364 dias					4,5							
Para memória:												
Inflação (t.v. homóloga no mês)	6,7	-0,4	3,4	3,6	4,1	0,1	0,6	-0,1	-1,1	-0,4	-0,2	0,3

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: As taxas ativas e passivas apresentadas dizem respeito às taxas de juro efetivas, resultantes do cálculo das taxas médias ponderadas pelos montantes dos créditos / aplicações relativos às operações ativas / passivas praticadas para os residentes, não residentes e emigrantes.

Quadro 25 • Indicadores de estabilidade financeira

Em percentagem

	2010	2011	2012	2013	2014	Mar. 2015
Solvabilidade						
Adequação dos fundos próprios[a]	15,3	13,9	13,8	15,1	15,6	15,0
Tier 1 / ativo ponderado pelo risco	14,0	13,3	13,5	13,7	14,4	15,0
Qualidade dos ativos[b]						
Crédito com imparidade / crédito total	8,4	11,8	14,1	16,4	18,7	20,5
Imparidade / crédito com imparidade	73,1	57,0	53,7	51,6	48,8	44,4
Provisões / crédito com imparidade	18,9	19,0	53,5	53,9	50,2	46,3
Rendibilidade						
Rendibilidade dos fundos próprios (ROE)	9,1	5,6	2,7	3,5	3,2	0,7
Rendibilidade dos ativos (ROA)	0,7	0,4	0,2	0,3	0,2	0,1
Margem financeira / produto bancário	76,1	76,2	75,5	75,3	71,6	73,8
Custos operacionais / produto bancário	67,0	68,5	76,5	78,1	82,0	85,5
Liquidez[c]						
Ativos líquidos / ativo total	8,1	7,1	15,0	21,2	19,9	21,7
Ativos líquidos / passivos de curto prazo	10,5	9,7	21,1	27,9	24,4	26,8
Outros indicadores						
Depósitos do SPA / depósitos totais	9,5	7,6	9,7	11,4	13,5	13,7
Depósitos de emigrantes / depósitos totais	34,9	37,1	37,1	33,4	32,9	33,2
Crédito ao setor privado / depósitos totais	79,2	86,0	79,1	67,5	61,5	60,6
Custos com pessoal / custos operacionais	49,0	49,9	50,1	48,4	48,2	51,1
Spread de juros, 1 a 2 anos (ativa – passiva)	5,9	5,5	5,2	5,5	6,8	6,7
Spread de juros, 1 a 2 anos (depósitos emigrantes – depósitos na área do euro)	2,2	1,8	2,9	3,8	4,2	3,5

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Capital regulamentar / ativo ponderado pelo risco; (b) De acordo com as definições do IFRS / IAS; (c) Os ativos líquidos incluem dinheiro em caixa e títulos transacionáveis e os passivos de curto prazo incluem os depósitos à ordem.

Quadro 26 • Taxas de câmbio

Taxas médias

			ITCE[(a)] base 100:2000	
		USD/CVE	Nominal	Real
2001		123,2	100,9	99,9
2002		117,3	101,9	99,2
2003		97,8	103,1	98,1
2004		88,7	103,3	94,1
2005		88,6	102,4	91,4
2006		87,9	102,0	93,7
2007		80,6	101,9	95,6
2008		75,3	101,9	99,2
2009		79,4	102,1	100,5
2010		83,3	101,4	100,3
2011		79,3	101,4	101,3
2012		85,8	101,7	101,5
2013		83,1	102,2	102,3
2014		83,1	102,6	102,3
2013	Janeiro	83,1	102,0	103,9
	Fevereiro	82,5	101,9	102,9
	Março	85,0	101,8	101,0
	Abril	84,8	101,8	101,1
	Maio	84,9	101,9	101,0
	Junho	83,6	102,2	101,3
	Julho	84,3	102,4	102,0
	Agosto	82,8	102,6	103,0
	Setembro	82,7	102,5	103,0
	Outubro	80,9	102,4	102,7
	Novembro	81,7	102,6	102,9
	Dezembro	80,5	102,7	103,3
2014	Janeiro	80,9	102,8	104,1
	Fevereiro	80,8	102,8	104,0
	Março	79,8	102,7	102,4
	Abril	79,8	102,6	101,1
	Maio	80,2	102,5	101,3
	Junho	81,1	102,5	101,4
	Julho	81,4	102,5	101,9
	Agosto	82,8	102,5	102,1
	Setembro	85,3	102,5	101,8
	Outubro	87,0	102,6	101,7
	Novembro	88,4	102,7	102,5
	Dezembro	89,3	102,8	102,9
2015	Janeiro	94,6	102,5	104,1
	Fevereiro	97,1	102,7	103,7
	Março	101,6	103,0	102,0
	Abril	102,5	102,8	101,1
	Maio	98,8	103,0	101,0
	Junho	99,0	103,1	101,1

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2010/2014 (apreciação: +; depreciação: -).

3. GUINÉ-BISSAU

Área: 36 125 Km^2

Capital: Bissau

População: 1801 milhares
(2014; fonte: ONU)

Moeda: Franco CFA

A tomada de posse de um governo legitimado por sufrágio e com amplo apoio popular contribuiu decisivamente para a melhoria das condições económicas em 2014. Com um otimismo reforçado pelos desenvolvimentos políticos, os doadores tradicionais retomaram o apoio ao país, o que contribuiu para a melhoria das contas externas. Do lado das finanças públicas assistiu-se a um ligeiro agravamento do défice, explicado em parte pela ocorrência de despesas com caráter extraordinário (gastos com as eleições). A economia entrou em deflação na primeira metade do ano mas o início de 2015 parece indiciar uma inversão nessa tendência. O regresso da instabilidade política neste verão aconselha prudência na leitura das projeções para 2015.

O ano de 2014 na Guiné-Bissau ficou marcado pela realização de eleições legislativas e presidenciais em abril e maio, das quais resultou a tomada de posse de um governo com amplo apoio interno – evidenciado pela aprovação por unanimidade no Parlamento do Plano Estratégico 2014-18 e dos Orçamentos de Estado para 2014 e 2015 – e internacional.

A normalização da situação política contribuiu de modo determinante para a **melhoria das condições económicas**, que se haviam deteriorado significativamente nos dois anos anteriores, tendo para esse desempenho negativo da economia concorrido também a quebra no preço internacional da castanha de caju, a principal exportação da Guiné-Bissau (cerca de 80 por cento das exportações totais de 2014).

Um outro importante desenvolvimento em 2014 – e também consequência da estabilização do contexto político – foi a obtenção de financiamento junto do Fundo Monetário Internacional, ao abrigo da *Rapid Credit Facility* celebrada em novembro, que permitiu suprir as necessidades de recursos para o resto desse ano. Este apoio do FMI serviu ainda de catalisador à **retoma da ajuda dos parceiros de desenvolvimento**, suspenso no período que antecedeu a realização de novas eleições.

O renovado empenho do executivo guineense na prossecução de um **ambicioso programa de reformas** que visa recolocar o país no caminho do desenvolvimento, interrompido nos dois anos anteriores, foi merecedor de reconhecimento internacional, evidenciado no sucesso da conferência promovida em Bruxelas a 25 de março de 2015. Nessa data, os parceiros de desenvolvimento comprometeram-se a financiar em USD 1,5 mil milhões o programa que as autoridades nacionais pretendem implementar no decorrer da próxima década, que se estima irá atingir os USD 2,1 mil milhões.

Já em julho de 2015, as autoridades nacionais celebraram um novo programa com o FMI, desta feita ao abrigo da *Extended Credit Facility*, que visa sobretudo apoiar os seus esforços na boa implementação do seu Plano Estratégico.

Estes desenvolvimentos positivos ficaram contudo ensombrados pelo regresso da indefinição política no verão de 2015, pelo que as projeções para este ano devem ser lidas com prudência.

A melhoria da situação interna em 2014, à qual acresceu ainda a boa colheita da castanha de caju e a evolução favorável do preço desse bem, culminaram numa expansão da economia de 2,9 por cento, o que compara com 0,9 por cento em 2013. Para 2015, as perspetivas iniciais refletiam um ainda maior otimismo, esperando-se um crescimento de 4,7 por cento, impulsionado pela construção e telecomunicações (tal como em 2014) e pela implementação de um ambicioso programa de investimento público.

O pouco dinamismo da procura interna na primeira metade de 2014 e a redução dos preços dos bens alimentares e dos combustíveis contribuíram para a **manutenção da tendência de descida generalizada dos preços** que já se verifica desde meados de 2011. Assim, a taxa de inflação homóloga situou-se em dezembro em 0,1 por cento, o mesmo valor que havia apresentado em igual mês de 2013. Já a taxa de inflação média foi de -1 por cento em 2014, 1,7 pontos percentuais abaixo do registado em 2013. A retoma da atividade económica e a recuperação dos rendimentos deverão conduzir a inflação novamente para terreno positivo este ano, perspetivando-se uma taxa de inflação homóloga de 2 por cento e uma taxa média de 1,3 por cento (os primeiros meses deste ano mostram já o que parece ser uma tendência ascendente no nível geral de preços).

As contas externas apresentaram melhorias significativas em 2014, apesar do agravamento do défice da balança comercial (de bens), que se situou em 4,3 por cento do PIB (2,6 por cento em 2013). Este resultado ficou a dever-se ao forte aumento das importações (20,3 por cento), que acabou por anular o incremento das exportações suportado pelos desenvolvimentos positivos no mercado da castanha de caju. Por outro lado, a retoma do apoio por parte dos doadores tradicionais resultou num acréscimo significativo dos donativos, que se revelaram cruciais para a **redução do défice da balança corrente** – 1,8 por cento do PIB em 2014 contra 4,5 por cento em 2013. Do lado da balança de capital e financeira, há a destacar o já referido acesso a financiamento de emergência junto

do FMI em novembro de 2014, no montante de aproximadamente USD 5,24 milhões (cerca de 2,8 mil milhões de francos CFA) e a emissão de Bilhetes do Tesouro no montante de 15 mil milhões de francos CFA (2,7 por cento do PIB) colocada junto de investidores regionais. Estes financiamentos permitiram a **regularização da quase totalidade dos atrasados internos e externos**. Para 2015, esperam-se melhorias nos termos de troca, justificados pela expetativa da continuidade da evolução favorável no preço da castanha de caju, que deverá resultar numa redução do défice comercial (apesar da pressão provocada pelo aumento das importações, particularmente de bens de capital). A materializarem-se, estes desenvolvimentos deverão permitir uma ligeira correção do défice externo corrente para 1,6 por cento do PIB.

Após o colapso da receita pública provocado sobretudo pela situação política nos anos anteriores e que obrigou as autoridades nacionais a um esforço significativo de contenção da despesa, a **captação de receitas registou um forte incremento em 2014** (95,2 por cento). Este ficou a dever-se não só ao já referido apoio dos parceiros de desenvolvimento, mas também a importantes melhorias na eficiência da máquina fiscal. Assim, o total de receitas arrecadadas passou de 10,6 e 10,3 por cento do PIB em 2012 e 2013, respetivamente, para 19,3 por cento em 2014. Este aumento expressivo permitiu financiar uma **significativa expansão da despesa pública**, na ordem dos 86,6 por cento (além de também ter possibilitado a regularização de atrasados, em particular os relativos a vencimentos de professores e profissionais de saúde que tinham sido acumulados nos anos anteriores). Adicionalmente, verificou-se um acréscimo das despesas de investimento – as quais estão muito dependentes do apoio financeiro que o país consegue obter – e dos encargos incorridos com a realização das eleições. Da conjugação destes dois efeitos, resultou um **ligeiro aumento (0,4 pontos percentuais) do défice público, que se situou em 2 por cento do PIB**. Para 2015 espera-se um défice de 2,2 por cento, que se ficará a dever principalmente ao aumento do investimento público planeado.

A **estabilidade do sistema financeiro foi duramente afetada** pelo desenrolar dos acontecimentos nos últimos anos. As dificuldades sentidas pelo setor produtor de castanha de caju e a instabilidade política fizeram disparar o crédito em incumprimento, de 6,4 por cento em 2012 para 25,7 por cento em junho de 2014. Simultaneamente, os níveis de capitalização dos bancos também decaíram nos últimos anos.

A **massa monetária cresceu expressivamente em 2014** (31 por cento), quase exclusivamente devido à acumulação de reservas cambiais.

Finalmente, a economia guineense registou uma **melhoria da competitividade** (quer em termos nominais, quer em termos reais), quando medida através do índice de taxa de câmbio efetiva, em grande parte ditada pela apreciação da rupia indiana face ao franco CFA no decorrer de 2014.

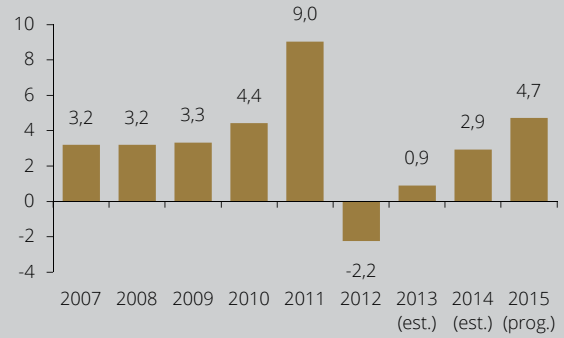
Quadro 27 • Principais indicadores económicos

	2011	2012	2013	2014	2015
	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.
PIB real (taxa de variação anual)	9,0	-2,2	0,9	2,9	4,7
Inflação (taxa de variação homóloga)	3,4	1,7	-0,1	-0,1	2,0
Massa monetária (taxa de variação anual)	39,1	-6,0	14,8	31,0	10,9
Balança corrente (% do PIB)	-1,3	-7,8	-4,5	-1,8	-1,6
Saldo orçamental (% do PIB)	-0,5	-2,1	-1,6	-2,0	-2,2
Dívida pública externa (% do PIB)	26,9	28,2	28,2	29,6	_

Fontes (também dos gráficos seguintes): Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau, INE Guiné-Bissau, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

Gráfico 29 • PIB real

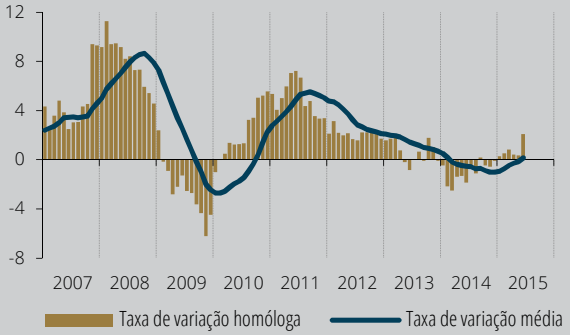
Taxas de variação anual, em %



A normalização da situação política na Guiné-Bissau, decorrente da realização de eleições legislativas e presidenciais na primeira metade de 2014, contribuiu de forma decisiva para a recuperação da atividade económica no país e para a melhoria das perspetivas futuras.

Gráfico 30 • Inflação

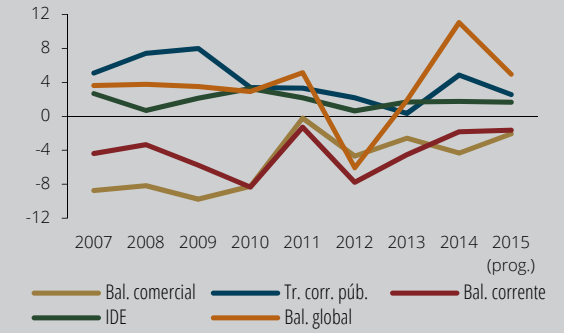
Variação anual do IPC, em %



A economia tem enfrentado uma situação de deflação, mercê da manutenção da tendência de redução do nível geral de preços. Fatores internos (fraca dinâmica da procura interna) e externos (quebra nos preços dos bens alimentares e combustíveis) explicam este comportamento.

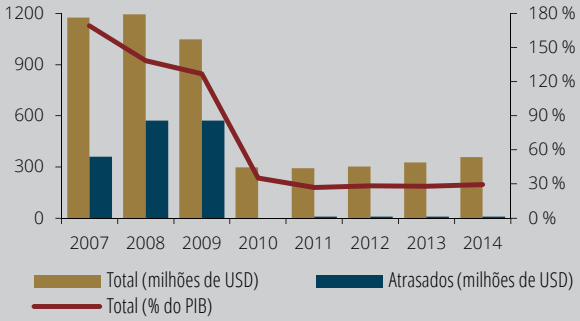
Gráfico 31 • Contas externas

Em % do PIB



A estabilização do contexto político permitiu a retoma do apoio dos parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau, o que explica grande parte da melhoria nas contas externas verificada em 2014. A recuperação do IDE não permitiu ainda atingir os níveis anteriores a 2012.

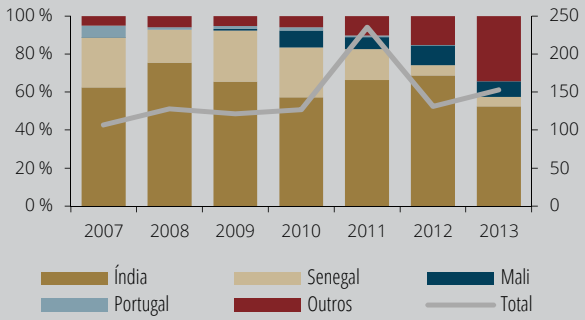
Gráfico 32 • Dívida pública externa



A dívida externa da Guiné-Bissau tem permanecido relativamente estável desde a acentuada redução verificada no seguimento das iniciativas de alívio de dívida *HIPC* (*Highly Indebted Poor Countries*) e *MDRI* (*Multilateral Debt Relief Initiative*).

Gráfico 33 • Exportações de mercadorias

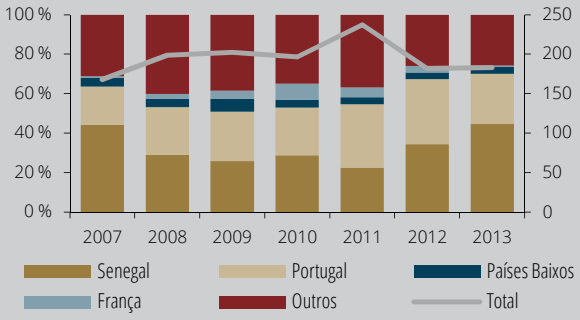
Destinos em %, total em USD milhões



A Índia é o principal destino das exportações guineenses. A reduzida diversificação do setor exportador deixa o país exposto às condições no mercado da castanha de caju (a evolução favorável do preço internacional e uma boa campanha explicam o pico ocorrido em 2011).

Gráfico 34 • Importações de mercadorias

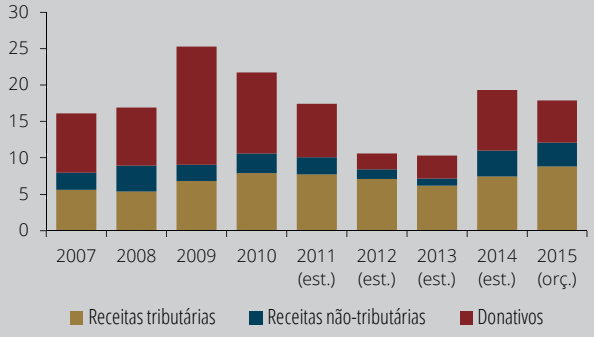
Origens em %, total em USD milhões



Portugal é o segundo maior fornecedor da Guiné-Bissau, só ultrapassado pelo Senegal que, tal como a Guiné-Bissau, integra a União Económica e Monetária Oeste-Africana.

Gráfico 35 • Receitas públicas

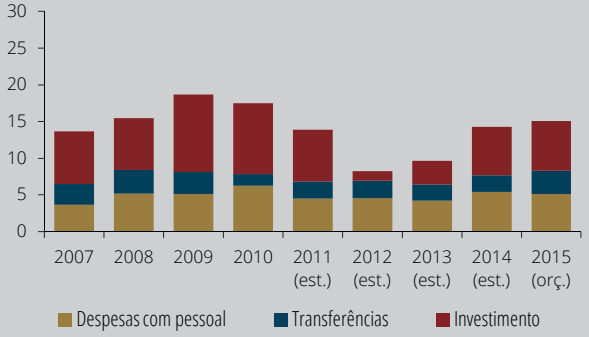
Em % do PIB



As receitas tributárias, na ordem dos sete por cento do PIB, fazem da Guiné-Bissau o país da África subsariana com o menor peso da receita fiscal no total da riqueza produzida. Os donativos representam uma importante fonte de receita pública.

Gráfico 36 • Despesas públicas

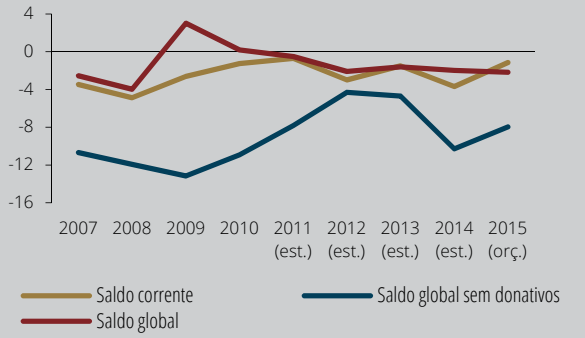
Em % do PIB



As despesas de investimento, financiadas em grande medida através de donativos, dependem do apoio dos parceiros de desenvolvimento.

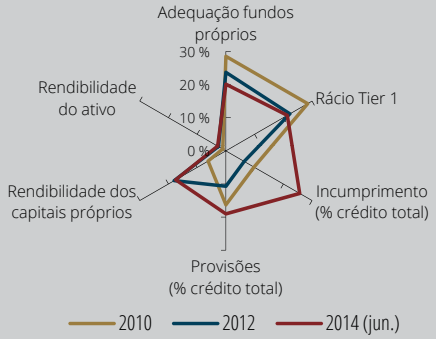
Gráfico 37 • Contas públicas

Em % do PIB



O apoio dos parceiros de desenvolvimento em 2014 possibilitou o financiamento de um acentuado aumento da despesa pública, relacionado em parte com a realização das eleições e com a inclusão de despesas até então excluídas do perímetro orçamental.

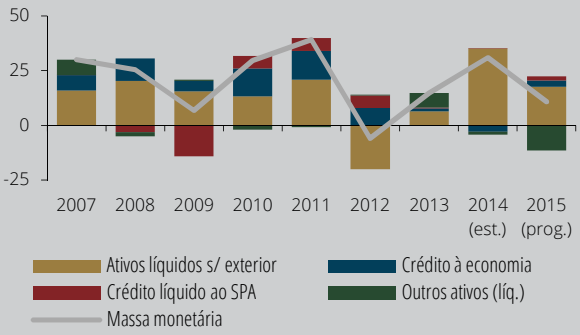
Gráfico 38 • Estabilidade financeira



A deterioração das condições económicas, resultante da quebra do preço internacional da castanha de caju em 2012/13 e da instabilidade política, provocou um elevado aumento do crédito em incumprimento.

Gráfico 39 • Fatores de variação da liquidez

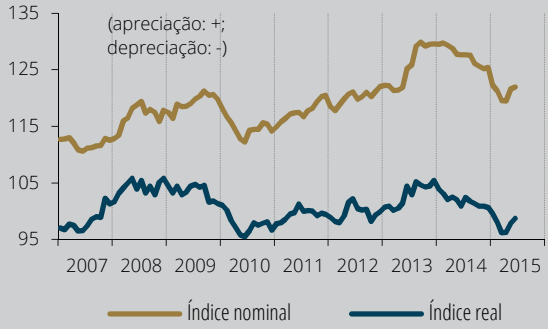
Variações em % do valor inicial da massa monetária



A massa monetária cresceu 31 por cento em 2014, quase exclusivamente devido ao reforço das reservas cambiais. O crédito interno sofreu uma contração, em virtude da redução de 8,2 por cento no volume de financiamento à economia.

Gráfico 40 • Taxa de câmbio efetiva

Índices base 100: 2000, médias mensais



O ano de 2014 ficou marcado por uma acentuada depreciação nominal e real do índice de taxa de câmbio efetiva, que se explica principalmente pela apreciação de 9,5 por cento da rupia indiana face ao franco CFA.

Quadro 28 • Indicadores económicos

		2010	2011	2012	2013	2014		2015	
			Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços									
PIB nominal	mil milhões de francos CFA	419,7	520,8	547,2	572,0	505,6	595,5	636,3	
	milhões de euros	639,9	793,9	834,2	872,1	770,8	907,8	970,0	
PIB real	taxa variação anual	4,4	9,0	-2,2	0,9	2,7	2,9	4,7	
Inflação (I. P. Consumidor)	taxa variação homóloga	5,6	3,4	1,7	-0,1	2,8	-0,1	2,0	2,1 jun.
	taxa variação média anual	2,3	5,0	2,1	0,7	2,5	-1,0	1,3	0,2 jun.
Finanças públicas									
Receitas totais	% do PIB	21,7	17,4	10,6	10,3	14,2	19,3	17,8	
Despesas totais	% do PIB	21,5	17,9	12,7	11,9	17,8	21,3	20,0	
Saldo global	% do PIB	0,2	-0,5	-2,1	-1,6	-3,7	-2,0	-2,2	
Saldo global sem donativos	% do PIB	-10,9	-7,8	-4,3	-4,7	-8,1	-10,3	-8,0	
Moeda e crédito									
Crédito líquido ao SPA	taxa variação anual	n/a	183,3	88,6	2,6	-25,8	0,7	23,1	33,4 mai.[c]
Crédito à economia	taxa variação anual	56,4	48,3	27,2	3,6	19,4	-8,2	10,8	11,5 mai.[c]
Massa monetária (M2)	taxa variação anual	29,6	39,1	-6,0	14,8	-4,8	31,0	10,9	29,8 mai.[c]
Taxas de juro									
Passiva, a 1 ano	taxa anual	3,0	3,0	3,0	3,0	–	3,0	–	
Ativa, a 1 ano	taxa anual	11,0	11,0	11,0	11,0	–	11,0	–	
Estabilidade financeira									
Adequação dos fundos próprios	percentagem	28,5	22,3	23,7	22,7	–	20,1[d]	–	
Incumprimento	% crédito total	9,8	6,5	6,4	11,6	–	25,7[d]	–	
ROE – Rendibilidade dos capitais próprios	percentagem	6,2	17,7	18,0	17,9	–	17,5[d]	–	
Balança de pagamentos									
Exportações f.o.b.	taxa variação anual	14,8	57,9	-41,4	20,8	8,2	7,6	30,6	
Importações f.o.b.	taxa variação anual	7,7	8,3	-19,1	2,8	14,1	14,5	14,5	
Balança corrente	% do PIB	-8,3	-1,3	-7,8	-4,5	-4,9	-1,8	-1,6	
Bal. corrente s/ transf. oficiais	% do PIB	-11,7	-4,6	-9,9	-4,9	-7,0	-6,7	-4,2	
Dívida pública externa									
Valor total	milhões de USD	298,2	293,1	302,7	326,0	–	356,7	–	
	% do PIB	35,2	26,9	28,2	28,2	–	29,6	–	
	% exportações[a]	174,7	104,9	197,7	170,6	–	173,6	–	
Serviço da dívida	% exportações[a]	5,8	0,3	0,5	0,9	–	1,6	–	
Taxas de câmbio									
Taxa bilateral EUR/Franco CFA (mercado oficial)	taxa média	656,0	656,0	656,0	656,0	–	656,0	–	656,0 jun.
Taxa bilateral USD/Franco CFA (mercado oficial)	taxa média	495,0	477,5	510,5	494,1	–	494,4	–	588,2 jun.
ITCE nominal (base 100 2000)[b]	taxa variação anual	-4,7	5,5	1,3	6,2	–	-3,2	–	-2,8 jun.[c]
ITCE real (base 100 2000)[b]	taxa variação anual	-4,6	2,9	0,5	5,5	–	-4,5	–	-1,9 jun.[c]

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau, INE Guiné-Bissau, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Exportações de bens e serviços; (b) Índice de Taxa de Câmbio Efetiva (ITCE) calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais da Guiné-Bissau no período 2010/13; (c) Variações face a dezembro anterior; (d) Valores de junho de 2014.

Quadro 29 • Produto interno bruto

Preços correntes, em mil milhões de francos CFA

	2010	2011	2012	2013 Est.	2014 Est.	2015 Prog.
Setor primário	188,3	231,8	254,4	267,8	272,9	290,1
Agropecuária, silvicultura e pesca	188,3	231,8	254,4	267,8	272,9	290,1
Setor secundário	53,4	66,1	78,9	81,2	86,7	94,8
Indústria[a]	48,7	63,2	75,2	77,4	82,3	89,9
Construção	4,7	2,9	3,6	3,8	4,4	4,9
Setor terciário	154,5	194,5	187,4	198,2	209,9	223,6
Comércio, restaurantes e hotéis	75,4	102,1	97,2	100,3	104,7	111,3
Transportes e comunicações	16,8	22,0	26,4	27,3	29,0	30,7
Administração pública	45,9	50,2	41,5	42,9	46,2	49,7
Outros serviços	16,5	20,2	22,2	27,9	29,9	31,9
Produto Interno Bruto (custo de fatores)	396,2	492,4	520,7	547,3	569,5	608,5
Impostos indiretos e subsídios	23,5	28,4	26,5	24,7	26,0	27,8
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	419,7	520,8	547,2	572,0	595,5	636,3
Consumo	455,2	514,0	571,3	584,4	611,5	623,9
Público	57,5	58,7	61,6	49,2	64,5	63,7
Privado	397,7	455,3	509,8	535,2	547,0	560,2
Investimento	28,1	33,8	27,5	26,6	35,2	54,6
Formação bruta de capital fixo	27,2	32,4	27,4	26,5	35,1	54,5
Público	18,1	19,4	14,8	13,3	21,3	38,0
Privado	9,1	13,0	12,6	13,2	13,8	16,5
Variação de existências	0,9	1,4	0,1	0,1	0,1	0,1
Procura interna	483,4	547,8	598,8	611,0	646,7	678,4
Exportações de bens e serviços	84,5	133,4	78,2	94,4	101,6	132,7
Procura global	567,8	681,2	677,0	705,4	748,3	811,1
Importações de bens e serviços	148,1	160,4	129,8	133,4	152,8	174,9
Para memória:						
Poupança interna bruta	-35,5	6,8	-24,2	-12,4	-16,0	12,4
PIBpm nominal (milhões de USD)	848,0	1090,7	1071,8	1157,7	1204,5	1080,4
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	3,1	13,8	7,5	3,6	1,1	2,0
PIBpm nominal (variação anual em %)	7,6	24,1	5,1	4,5	4,1	6,8
PIBpm real (variação anual em %)	4,4	9,0	-2,2	0,9	2,9	4,7

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Nota: (a) Inclui eletricidade e água.

Quadro 30 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]	[4]
2000	Dezembro		16,7	16,7	8,6
2001	Dezembro		-1,8	-1,8	3,3
2002	Dezembro		2,5	2,5	1,8
2003	Dezembro		0,7	0,7	-5,0
2004	Dezembro		2,9	2,9	0,9
2005	Dezembro		0,3	0,3	3,4
2006	Dezembro		3,2	3,2	2,0
2007	Dezembro		9,3	9,3	4,6
2008	Dezembro		6,6	6,6	7,9
2009	Dezembro		-4,5	-4,5	-2,4
2010	Dezembro		5,6	5,6	2,3
2011	Dezembro		3,4	3,4	5,0
2012	Dezembro		1,7	1,7	2,1
2013	Dezembro		-0,1	-0,1	0,7
2014	Dezembro		-0,1	-0,1	-1,0
2013	Janeiro	0,1	0,1	1,6	2,1
	Fevereiro	0,3	0,4	1,7	2,0
	Março	0,0	0,4	2,1	2,0
	Abril	-0,4	-0,0	0,7	1,9
	Maio	0,4	0,4	-0,2	1,7
	Junho	-0,2	0,2	-0,8	1,4
	Julho	0,6	0,7	0,0	1,3
	Agosto	0,8	1,6	0,6	1,2
	Setembro	-0,4	1,2	-0,1	1,0
	Outubro	0,6	1,8	1,8	0,9
	Novembro	-0,5	1,3	1,0	0,8
	Dezembro	-1,4	-0,1	-0,1	0,7
2014	Janeiro	-0,3	-0,3	-0,5	0,5
	Fevereiro	-1,4	-1,7	-2,1	0,2
	Março	-0,4	-2,1	-2,5	-0,2
	Abril	0,8	-1,3	-1,4	-0,4
	Maio	0,5	-0,8	-1,3	-0,4
	Junho	-0,8	-1,6	-1,9	-0,5
	Julho	2,0	0,4	-0,5	-0,6
	Agosto	0,2	0,6	-1,1	-0,7
	Setembro	0,9	1,5	0,2	-0,7
	Outubro	-0,1	1,4	-0,5	-0,9
	Novembro	-0,6	0,8	-0,6	-1,0
	Dezembro	-0,9	-0,1	-0,1	-1,0
2015	Janeiro	0,1	0,1	0,3	-1,0
	Fevereiro	-1,2	-1,1	0,5	-0,7
	Março	-0,1	-1,2	0,8	-0,5
	Abril	0,4	-0,8	0,4	-0,3
	Maio	0,4	-0,4	0,4	-0,2
	Junho	1,0	0,6	2,1	0,2

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, INE Guiné-Bissau e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / dezembro anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 31 • Balança de pagamentos

Em mil milhões de francos CFA

	2010	2011	2012	2013	2014		2015
				Est.	Prog.	Est.	Prog.
Balança Corrente	-35,0	-6,6	-42,5	-25,9	-25,0	-10,8	-10,4
Excluindo transferências oficiais	-49,2	-23,9	-54,4	-27,8	-35,6	-39,8	-26,7
Balança comercial	-34,6	-1,0	-25,7	-14,8	-29,3	-25,8	-13,1
Exportações (f.o.b.)	62,7	112,3	67,1	75,5	77,3	82,8	111,3
Importações (f.o.b.)	-97,3	-113,3	-92,8	-90,3	-106,6	-108,6	-124,4
Balança de serviços	-29,0	-26,0	-25,9	-24,3	-23,0	-25,4	-26,9
Balança de rendimentos	-1,1	-8,7	-16,9	-4,0	-4,3	-4,2	-4,3
dq: Juros programados	-0,2	-0,7	-0,3	-0,1	-1,8	-1,3	-1,1
Transferências Correntes	29,7	29,1	26,0	17,1	31,6	44,6	33,9
Públicas	14,2	17,3	11,9	1,9	10,6	29,0	16,3
dq: Ajuda à balança de pagamentos	14,2	12,4	11,9	1,9	10,6	23,3	10,6
Privadas	15,5	11,8	14,1	15,3	21,0	15,6	17,6
dq: Remessas de emigrantes	10,8	10,5	12,4	14,8	-	15,3	15,8
Balança de Capital e Financeira	49,4	35,7	14,1	31,7	37,2	71,6	41,9
Balança de Capital	490,4	27,0	15,9	15,8	12,3	26,5	26,3
Transferências de capital	490,4	27,0	15,9	15,8	12,3	26,5	26,3
dq: Alívio de dívida	454,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Balança Financeira	-441,0	8,7	-1,8	15,9	24,9	45,1	15,6
Admin. pública – Empréstimos de m/l prazo	-450,7	9,8	7,6	12,4	14,5	20,8	12,3
dq: Desembolsos	4,7	10,2	7,6	12,5	16,7	23,7	37,3
Amortizações	-455,4	-0,4	-0,0	-0,1	-2,2	-2,9	-25,0
Outros ativos (líq.)	9,7	-1,1	-9,3	3,5	10,4	24,3	3,3
dq: Investimento direto estrangeiro	13,7	11,4	3,5	9,7	9,0	10,5	10,6
Outro investimento – Outros setores	-4,0	-12,5	-12,8	-6,2	0,4	13,8	-7,5
Erros e omissões	-2,1	-2,3	-4,8	5,0	0,0	5,0	0,0
Balança Global	12,2	26,8	-33,2	10,8	12,2	65,8	31,5
Financiamento	-12,2	-26,8	33,2	-10,8	-12,2	-65,8	-31,5
Variação das reservas oficiais (aumento: -)[a]	-12,2	-26,8	33,2	-10,8	-12,2	-65,8	-31,5

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Inclui a contrapartida de flutuações cambiais.

Quadro 32 • Distribuição geográfica das exportações

Em percentagem do total

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2007 a 2013
China	0,0	0,2	0,2	0,9	0,7	0,8	1,7	0,7
Costa do Marfim	0,1	0,0	0,3	0,0	0,5	0,4	2,8	0,7
Índia	62,5	75,5	65,5	57,2	66,4	68,7	52,5	63,9
Mali	0,0	0,0	0,8	8,9	6,3	10,5	8,3	5,5
Portugal	6,2	1,3	1,5	1,7	0,7	0,1	0,1	1,4
Senegal	26,2	17,4	26,9	26,2	16,3	5,4	4,8	16,7
Singapura	1,5	2,1	0,0	0,8	6,7	5,5	9,5	4,3
Togo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,4	8,4	2,1
Vietname	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	7,3	1,2
Outros	3,5	3,5	4,8	4,2	2,1	3,2	4,6	3,5

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 33 • Distribuição geográfica das importações

Em percentagem do total

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2007 a 2013
Brasil	1,5	2,7	3,7	3,4	2,5	1,3	1,0	2,3
Costa do Marfim	5,6	6,3	3,0	1,3	0,4	0,4	0,2	2,3
Espanha	1,6	1,9	4,1	1,3	2,8	1,8	1,9	2,2
França	0,8	2,6	4,2	8,2	5,0	3,3	0,7	3,7
Países Baixos	4,4	4,1	6,5	4,0	3,5	3,3	3,5	4,2
Paquistão	0,9	0,2	0,7	2,0	1,4	5,4	4,9	2,2
Portugal	19,5	24,2	24,9	24,0	32,0	33,0	25,5	26,5
Senegal	44,2	29,0	25,9	28,8	22,6	34,4	44,6	32,1
Tailândia	5,9	6,9	2,7	0,8	1,0	0,1	0,1	2,3
Outros	15,7	22,1	24,4	26,2	28,8	17,0	17,6	22,1

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 34 • Dívida pública externa

Em milhões de USD

	2010	2011	2012	2013	2014
Dívida de médio e longo prazo	297,1	292,0	301,7	325,0	355,7
Credores multilaterais	125,1	113,7	135,0	152,7	183,6
Credores bilaterais	171,9	178,2	166,7	172,2	172,1
Dívida de curto prazo	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0
Dívida Externa Total	298,2	293,1	302,7	326,0	356,7
dq: Atrasados	0,0	8,1	7,6	7,9	7,9
Serviço de dívida de m/l prazo programado	9,9	0,9	0,8	1,6	3,2
Capital	7,7	0,6	0,6	0,6	0,6
Juros	2,2	0,3	0,2	1,1	2,6
		(em % das exportações de bens e serviços)			
Dívida externa total	174,7	104,9	197,7	170,6	173,6
Serviço de dívida de m/l prazo programado	5,8	0,3	0,5	0,9	1,6
Capital	4,5	0,2	0,4	0,3	0,3
Juros	1,3	0,1	0,1	0,6	1,3
			(em % do PIB)		
Dívida externa total	35,2	26,9	28,2	28,2	29,6

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 35 • Operações financeiras do Estado

Em mil milhões de francos CFA

	2010	2011	2012	2013	2014			2015
		Est.	Est.	Est.	Orç.	Est.	g.e.[a]	Orç.
1. Receitas Totais	91,2	90,7	58,1	58,9	71,6	115,0	160,6	113,5
1.1. Receitas correntes	44,6	52,6	46,0	41,1	49,0	65,5	133,7	76,8
Receitas não-tributárias	11,5	12,3	7,1	5,7	7,3	21,4	293,2	20,6
dq: Licenças de pesca	5,2	7,1	0,2	0,0	0,0	0,0	–	–
Receitas tributárias	33,1	40,3	38,9	35,4	41,7	44,2	106,0	56,2
1.2. Donativos	46,6	38,1	12,1	17,8	22,6	49,5	219,0	36,8
dq: Projetos	35,4	25,7	3,1	13,8	12,0	26,2	218,3	26,1
Ajuda orçamental	11,2	12,4	9,1	4,0	10,6	23,3	219,8	10,7
2. Despesas Totais	90,4	93,3	69,5	68,0	90,1	126,9	140,8	127,3
2.1. Despesas correntes	49,9	56,3	62,3	49,7	59,5	87,4	146,9	84,1
Despesas c/ pessoal	26,2	23,6	25,1	24,3	25,0	32,3	129,2	32,5
Transferências	6,7	11,8	12,8	12,6	14,0	13,3	95,0	20,2
Juros da dívida programados	1,1	0,4	0,1	0,4	0,6	2,7	450,0	5,5
Outras despesas	15,9	20,5	24,2	12,5	19,9	39,1	196,5	25,9
2.2. Despesas de capital	40,5	37,0	7,2	18,3	30,6	39,5	129,1	43,2
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-5,3	-3,7	-16,3	-8,6	-10,5	-21,9	–	-7,3
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-45,8	-40,7	-23,5	-26,9	-41,1	-61,3	–	-50,6
5. Saldo Global: (1.) - (2.) (base compromissos)	0,8	-2,6	-11,4	-9,2	-18,5	-11,8	–	-13,8
6. Variação de Atrasados	-7,7	-3,5	3,5	9,7	0,0	-1,8	–	-9,0
6.1. Internos	-7,7	-3,5	3,5	9,7	0,0	-1,8	–	-8,1
6.2. Externos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	–	-0,9
7. Valores em trânsito, erros e omissões	-1,9	-3,2	-5,8	-9,9	0,0	-0,7	–	0,0
8. Saldo Global: (5.) + (6.) + (7.) (base caixa)	-8,9	-9,3	-13,7	-9,4	-18,5	-14,3	–	-22,8
9. Financiamento	14,4	12,6	13,7	9,4	18,5	16,1	–	18,0
9.1. Interno (líq.)	7,2	3,5	9,0	4,9	4,0	3,4	–	4,2
dq: Sistema bancário	7,2	3,5	9,0	4,9	4,0	3,4	–	4,4
9.2. Externo (líq.)	7,2	9,1	4,6	4,5	14,5	12,7	–	13,8
dq: Desembolsos	4,7	9,4	5,1	4,6	16,7	13,1	–	15,7
dq: Amortizações	-451,5	-0,4	-0,5	-0,1	-2,2	-2,9	–	-1,9
dq: Alívio de Dívida	454,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	–	0,0
10. Diferencial de Financiamento[b]	5,6	3,2	0,0	0,0	0,0	1,8	–	-4,7

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução: valor realizado em percentagem do valor orçamentado; (b) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro 36 • Síntese monetária

Em mil milhões de francos CFA

	2010	2011	2012	2013	2014		2014/2013		2015	Mai. 2015/2014		2015
					Prog.	Est.	[1]	[2]	Mai.	[1]	[2]	Prog.
Ativos Líquidos s/ Exterior	93,3	119,3	84,5	94,9	79,8	160,7	69,4	35,2	208,5	29,8	19,5	204,1
Banco Central	64,4	95,4	65,0	72,1	61,3	135,5	88,0	33,9	201,4	48,6	26,9	172,9
Bancos Comerciais	28,9	23,9	19,5	22,8	18,5	25,2	10,4	1,3	7,1	-71,6	-7,4	31,2
Crédito Interno Total	38,0	61,7	85,4	88,3	95,6	82,9	-6,0	-2,8	97,2	17,2	5,8	94,6
Crédito líquido ao SPA	4,0	11,2	21,1	21,7	16,1	21,9	0,7	0,1	29,1	33,4	3,0	26,9
Crédito à economia	34,0	50,5	64,2	66,6	79,5	61,1	-8,2	-2,9	68,1	11,5	2,9	67,7
Outros Ativos (líq.)	-6,7	-7,7	-7,1	3,8	2,5	1,2	-69,3	-1,4	12,0	934,1	4,4	-27,2
Total do Ativo	124,6	173,3	162,8	186,9	177,9	244,8	31,0	–	317,8	29,8	–	271,4
Massa Monetária (M2)	124,6	173,3	162,8	186,9	177,9	244,8	31,0	–	317,8	29,8	–	271,4
Circulação monetária	64,1	85,5	83,4	90,9	91,5	151,8	66,9	–	209,2	37,8	–	168,3
Depósitos à ordem	49,3	63,4	53,8	72,3	86,4*	70,4	-2,7	–	80,8	14,8	–	103,1*
Quase-Moeda / Dep. Prazo	11,1	24,3	25,6	23,7		22,6	-4,5	–	27,8	22,9	–	
Total do Passivo	124,6	173,3	162,8	186,9	177,9	244,8	31,0	–	317,8	29,8	–	271,4

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: [1] Variação percentual face ao final do ano anterior; [2] Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária (fatores de expansão / contração da liquidez).
*O valor apresentado corresponde ao montante de depósitos à ordem e de quase-moeda / depósitos a prazo.

Quadro 37 • Taxas de juro

Taxas anuais, em percentagem

	2010	2011	2012	2013	2014
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.
Depósitos					
Depósitos a prazo:					
Até 90 dias	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
De 91 a 180 dias	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8
De 181 a 365 dias	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Crédito					
Até 90 dias	13,0	12,0	12,0	12,0	12,0
De 90 a 180 dias	8,0	10,0	10,0	10,0	10,0
De 181 a 365 dias	11,0	11,0	11,0	11,0	11,0
Descoberto em Dep. Ordem	18,0	18,0	18,0	15,0	15,0
Operações do Banco Central					
Taxa de desconto	3,3	3,3	3,0	2,5	2,5
Coeficente de Reservas	7,0	7,0	5,0	5,0	5,0
Para memória:					
Inflação (t.v. homóloga no mês)	5,6	3,4	1,7	-0,1	-0,1

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

Quadro 38 • Indicadores de estabilidade financeira

Em percentagem

	2010	2011	2012	2013	2014
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Jun.
Solvabilidade					
Adequação dos fundos próprios	28,5	22,3	23,7	22,7	20,1
Rácio *Tier 1*	28,5	22,3	22,3	23,1	21,4
Risco de crédito					
Incumprimento / crédito total	9,8	6,5	6,4	11,6	25,7
Provisões / crédito total	16,3	13,0	10,7	11,6	19,0
Rendibilidade					
ROE – Rendibilidade dos capitais próprios	6,2	17,7	18,0	17,9	17,5
ROA – Rendibilidade do ativo	1,1	2,5	2,6	2,9	2,9
Risco de liquidez					
Crédito / depósitos	56,7	58,6	78,9	72,5	82,0
Depósitos / ativo	33,1	35,6	45,9	56,2	59,2
Ativo líquido / ativo total	22,2	30,0	34,3	25,2	34,0

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

Quadro 39 • Taxas de câmbio

Taxas médias

					ITCE[a] base 100: 2000	
		EUR/XOF	USD/XOF	INR/XOF	Nominal	Real
2000		656,0	711,6	15,9	100,0	100,0
2001		656,0	732,9	15,5	100,8	99,8
2002		656,0	696,9	14,3	103,7	101,7
2003		656,0	581,5	12,5	109,1	99,0
2004		656,0	528,3	11,7	111,8	99,5
2005		656,0	527,6	12,0	110,7	98,7
2006		656,0	523,1	11,6	112,1	98,3
2007		656,0	479,5	11,6	111,9	98,3
2008		656,0	448,2	10,3	116,7	104,2
2009		656,0	472,2	9,8	119,2	103,4
2010		656,0	495,0	10,8	114,8	97,7
2011		656,0	477,5	10,1	117,6	99,4
2012		656,0	510,5	9,6	120,1	99,7
2013		656,0	494,1	8,5	125,4	102,8
2014		656,0	494,4	8,1	127,5	101,8
2013	Janeiro	656,0	493,7	9,1	122,2	100,7
	Fevereiro	656,0	491,0	9,1	122,2	100,9
	Março	656,0	506,1	9,3	121,3	100,1
	Abril	656,0	504,0	9,3	121,4	100,5
	Maio	656,0	505,1	9,2	121,9	101,4
	Junho	656,0	497,4	8,5	125,2	104,4
	Julho	656,0	501,6	8,4	125,9	102,9
	Agosto	656,0	492,9	7,8	129,2	105,2
	Setembro	656,0	491,5	7,7	129,9	104,7
	Outubro	656,0	481,1	7,8	129,2	104,3
	Novembro	656,0	486,2	7,8	129,5	104,4
	Dezembro	656,0	478,7	7,7	129,6	105,5
2014	Janeiro	656,0	482,0	7,8	129,5	103,9
	Fevereiro	656,0	480,2	7,7	129,7	103,1
	Março	656,0	474,5	7,8	129,4	102,1
	Abril	656,0	474,9	7,9	128,8	102,5
	Maio	656,0	477,7	8,1	127,7	102,1
	Junho	656,0	482,6	8,1	127,6	100,9
	Julho	656,0	484,5	8,1	127,7	102,4
	Agosto	656,0	492,6	8,1	127,5	101,7
	Setembro	656,0	508,5	8,3	126,1	101,4
	Outubro	656,0	517,6	8,4	125,7	100,9
	Novembro	656,0	525,9	8,5	125,2	100,9
	Dezembro	656,0	532,0	8,5	125,4	100,7
2015	Janeiro	656,0	564,5	9,1	122,3	99,6
	Fevereiro	656,0	577,9	9,3	121,2	98,0
	Março	656,0	605,2	9,7	119,5	96,2
	Abril	656,0	608,6	9,7	119,5	96,3
	Maio	656,0	588,3	9,2	121,7	97,9
	Junho	656,0	585,0	9,2	121,9	98,8

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Índice de taxa de câmbio efetiva, com base nas taxas oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2010/2013. Um aumento / diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação / depreciação do franco CFA.

4. MOÇAMBIQUE

Área: 799 380 Km^2

Capital: Maputo

População: 25,0 milhões
(2014; fonte: INE-Moçambique)

Moeda: Metical

O crescimento em Moçambique manteve-se acima de 7 por cento em 2014, impulsionado sobretudo pela atividade das indústrias extrativas, da agricultura e do comércio, contando com a contribuição dos grandes projetos. O défice da balança corrente manteve-se elevado, face às avultadas importações de bens e serviços, ainda que a um nível inferior ao do ano anterior. O investimento direto estrangeiro (ainda que em queda) e o endividamento externo do Estado e do setor privado compensaram parcialmente as necessidades correntes de fundos externos. As intervenções do Banco de Moçambique para suster o metical dificultaram a acumulação de reservas oficiais. Em contexto de inflação controlada, a política monetária manteve-se acomodatícia, permitindo a expansão do crédito à economia e ao Estado, o qual esteve sujeito a pressões sobre a despesa.

O **crescimento económico em Moçambique** manteve-se robusto em 2014, atingindo 7,2 por cento, impulsionado sobretudo pela atividade das indústrias extrativas, da agricultura e do comércio, bem como pelo impacto da política orçamental expansionista (sobre setores como a construção). Ficando pelo quarto ano consecutivo acima dos 7 por cento, a economia moçambicana reafirma-se como uma das mais dinâmicas da África subsariana, com um crescimento médio real de 7,5 por cento nos últimos dez anos, consideravelmente acima dos 5,8 por cento do conjunto da região.

Moçambique tem contado com o apoio consistente do FMI ao longo do seu processo de estabilização económica, tendo em vigor um programa de três anos ao abrigo do *Policy Support Instrument*, assinado em junho de 2013.

Após dois anos de ritmo intenso de investimento, em 2014 assistiu-se a alguma redução da formação bruta de capital fixo em Moçambique (em termos nominais e reais), refletindo sobretudo a fase baixa do ciclo de investimento de alguns grandes projetos, mantendo contudo um nível considerável (correspondente a cerca de 30 por cento do PIB). A dinamização da atividade económica em 2014 ficou assim sobretudo a cargo do consumo, principalmente privado.

A estabilidade da taxa de câmbio do metical ao longo de grande parte do ano face às moedas dos seus principais parceiros económicos (nomeadamente a África do Sul), a manutenção dos preços administrados (combustíveis, transportes, eletricidade, gás e água) e os baixos preços dos bens alimentares (contando com o aumento da produção agrícola interna) permitiram a **redução da taxa de inflação** em 2014. No ano findo registaram-se taxas de inflação das mais baixas dos últimos 15 anos, fechando dezembro em 1,1 e 2,3 por cento em termos homólogos e médios, respetivamente. Com o prolongamento desta tendência para os primeiros meses de 2015, a taxa de inflação homóloga moçambicana atingiu valores negativos em abril e maio.

Na ausência de pressões inflacionistas relevantes, o Banco de Moçambique prolongou em 2014 a **política de aligeiramento das condições monetárias** iniciada em 2011, reduzindo em dezembro a taxa da facilidade de cedência para 7,5 por cento (-0,75 p.p.) e mantendo a taxa da facilidade de absorção e o coeficiente de reservas obrigatórias (em 1,5 e 8 por cento, respetivamente). Esta política permitiu a contínua libertação de liquidez para o sistema bancário, com a expansão monetária a elevar-se a 22,2 por cento (16,3 por cento em 2013), refletindo sobretudo a dinâmica da concessão de crédito à economia (principalmente para investimento). Os **indicadores de estabilidade financeira** denotam um sistema bancário bem capitalizado, com elevada solidez, rentabilidade e resiliência, para além de baixos níveis de crédito em incumprimento.

No final do ano, o banco central interveio no mercado cambial para suster a **taxa de câmbio do metical**, face à escassez de dólares norte-americanos no mercado decorrente: (i) da redução dos preços internacionais dos bens primários exportados por Moçambique e da consequente diminuição do valor exportado, (ii) do abrandamento do investimento direto estrangeiro (IDE), (iii) da manutenção das importações não destinadas aos grandes projetos e (iv) de algum aumento da procura de USD por agentes económicos privados no período em torno das eleições gerais (realizadas a 15 de outubro). Alguns destes fatores têm vindo a manter-se ao longo de 2015, o que, com a redução do grau de intervenção do banco central no mercado, tem pressionando o metical no sentido da desvalorização nominal efetiva, com reflexo idêntico em termos reais.

A intervenção no mercado cambial no final de 2014 refletiu-se na redução das reservas externas do banco central, passando aquelas a cobrir 3,1 meses das importações de bens e serviços (3,3 meses em 2013), denotando o **agravamento do saldo global da balança de pagamentos moçambicana**, apesar do menor défice corrente. Com efeito, a melhoria das contas de bens (sobretudo com a diminuição das importações associadas aos grandes projetos) e de serviços (menores débitos relativos a serviços de construção e transportes) determinaram a redução do défice da conta corrente

para 33,2 por cento do PIB (38,8 por cento em 2013). Apesar do aumento das entradas relativas ao aumento do endividamento do Estado e do setor privado, a redução do investimento direto estrangeiro, a par da diminuição da conta de capital, induziu uma forte degradação do saldo da balança de capitais e financeira (para 32,5 por cento do PIB), acabando por arrastar a balança global para valores negativos, o que não acontecia desde 2005.

O recurso ao endividamento externo por parte do Estado reflete as maiores necessidades de financiamento de 2014, espelhadas no aumento do défice orçamental, que se elevou para 7,8 por cento do PIB (4,6 por cento em 2013). A pressão das despesas com o pessoal (novos funcionários e aumento salarial), dos encargos com as eleições gerais (bens e serviços e outras despesas correntes) e a inclusão no orçamento de parte de um projeto da Empresa Moçambicana de Atum – EMATUM (que inclui uma componente ligada à defesa nacional, com os barcos a efetuarem também patrulhamentos da zona costeira), induziram um aumento das despesas em 4,4 p.p., para 41,5 por cento do PIB. De realçar, contudo, o bom desempenho das receitas, com significativas arrecadações de impostos sobre o rendimento (onde se inclui a tributação de mais-valias relativas a operações de vendas de ativos detidas por empresas do setor petrolífero) e sobre o consumo (maior eficiência e eficácia da máquina fiscal), apesar dos atrasos no desembolso de donativos (que ficaram a 79 por cento do orçamentado).

Tal como no ano anterior, a dívida do Estado evidenciou um crescimento em 2014, para quase 47 por cento do PIB. Esta subida decorreu sobretudo do incremento da componente externa (para cerca de 40 por cento do PIB), tendo a análise de sustentabilidade efetuada pelo FMI / Banco Mundial considerado moderado o risco de esta entrar em dificuldades de cumprimento.

Para 2015 espera-se a manutenção de um ritmo elevado de crescimento (na ordem de 7 por cento), principalmente com base na atividade de setores de serviços, incluindo transportes e comunicações. O défice orçamental deverá reduzir-se para 5,5 por cento do PIB, sobretudo como resultado do desaparecimento dos fatores pontuais que pressionaram a despesa em 2014 (eleições e orçamentação do projeto da EMATUM). A subida das importações associadas aos grandes projetos acarretará o aumento do défice da balança corrente. O Banco de Moçambique deverá manter as condições monetárias em 2015, reduzindo a frequência e magnitude das intervenções no mercado cambial por forma a procurar repor o *stock* de reservas cambiais. A consequente depreciação do metical poderá pressionar os preços internos, sobretudo visível na taxa de inflação homóloga, ainda que de forma bastante contida.

Os principais riscos para o cenário traçado para 2015 estão associados à eventual continuação da descida dos preços internacionais dos produtos exportados, com impactos transversais sobre a economia moçambicana. Deverão ser mantidos sob vigilância os eventuais riscos orçamentais relacionados com as empresas públicas e com as parcerias público-privadas.

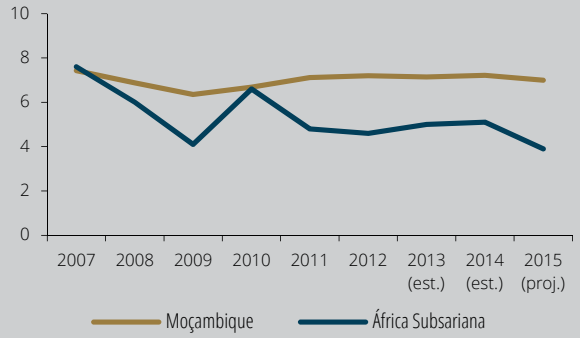
Quadro 40 • Principais indicadores económicos

	2012	2013	2014	2015
		Est.	Est.	Prog.
PIB real (taxa de variação anual)	7,2	7,1	7,2	7,0
Inflação (taxa de variação homóloga)	2,2	3,0	1,1	5,5
Massa monetária (taxa de variação)	29,4	16,3	22,2	17,1
Balança corrente (% do PIB)	-41,0	-38,8	-33,2	-39,0
Reservas oficiais (meses de importações[a])	2,7	3,3	3,1	2,7
Saldo orçamental (% do PIB)	-3,8	-4,6	-7,8	-5,5
Dívida pública (% do PIB)	36,7	42,1	46,8	–

Fontes (também dos gráficos seguintes): FMI, Banco de Moçambique, Direção Nacional do Orçamento de Moçambique e INE de Moçambique.
Nota: (a) Do ano seguinte.

Gráfico 41 • PIB real

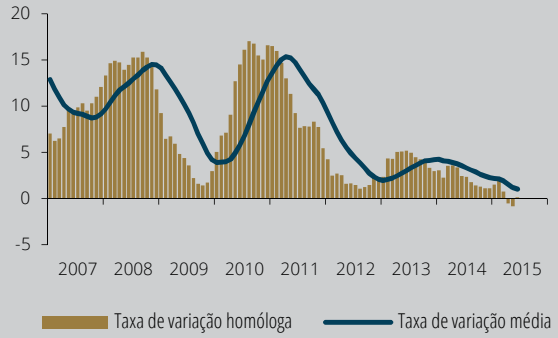
Taxas de variação anuais, em %



Moçambique tem vindo a apresentar ritmos de crescimento sustentadamente elevados (sempre acima de 6 por cento desde 2001), sendo uma das economias mais dinâmicas da África subsariana, com crescimentos reais claramente acima da média da região desde 2011.

Gráfico 42 • Inflação

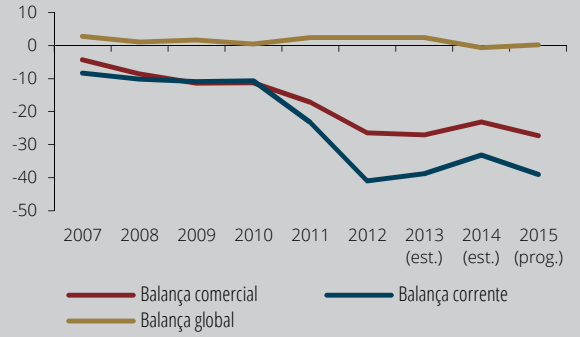
Variação anual do IPC, em %



A inflação apresentou uma trajetória descendente em 2014, beneficiando da estabilidade do metical face às moedas dos seus principais parceiros comerciais ao longo de grande parte do ano, da manutenção dos preços administrados e dos baixos preços dos bens alimentares.

Gráfico 43 • Contas externas

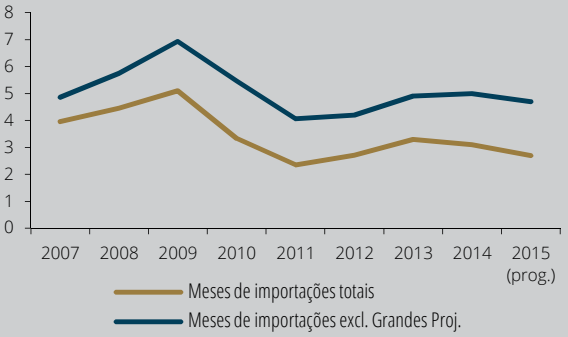
Em % do PIB



Os investimentos nos setores dos recursos naturais têm mantido o défice corrente em valores elevados desde 2011, com o consequente aumento das importações (bens e de serviços), mas têm sido financiados através de fluxos de IDE.

Gráfico 44 • Reservas cambiais

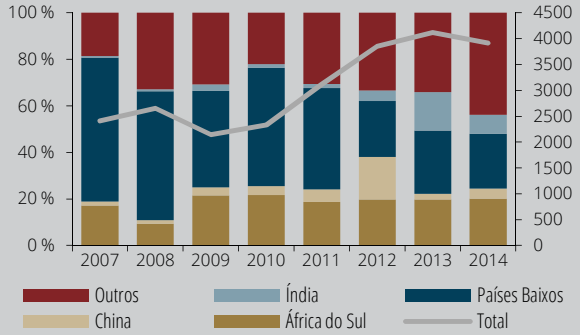
Em meses de importações de bens e serviços



As dificuldades impostas pela escassez e aumento da procura de USD no final de 2014 pressionaram a respetiva taxa de câmbio, tendo levado o Banco de Moçambique a intervir no mercado cambial fornecendo USD e comprometendo o *stock* de reservas oficiais.

Gráfico 45 • Exportações de mercadorias

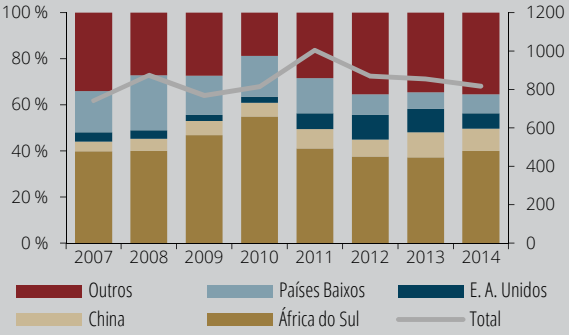
Destinos em %, total em USD milhões



A África do Sul e os Países Baixos têm vindo a manter-se como os principais mercados das exportações moçambicanas, apesar da progressiva diversificação dos mercados recetores.

Gráfico 46 • Importações de mercadorias

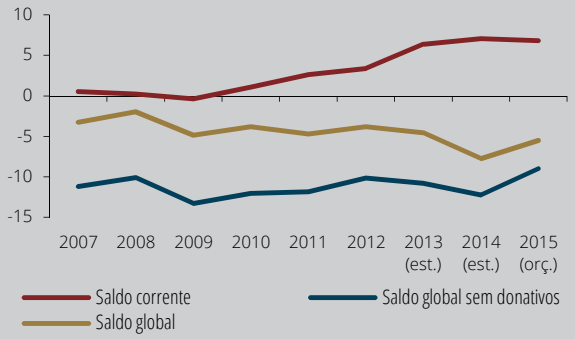
Origens em %, total em USD milhões



Tal como nas exportações, os produtos sul-africanos e holandeses constituem-se como as principais importações moçambicanas, sendo responsáveis por cerca de 40 por cento do total. A China tem vindo a ganhar quota de mercado, chegando a 8 por cento em 2014.

Gráfico 47 • Contas públicas

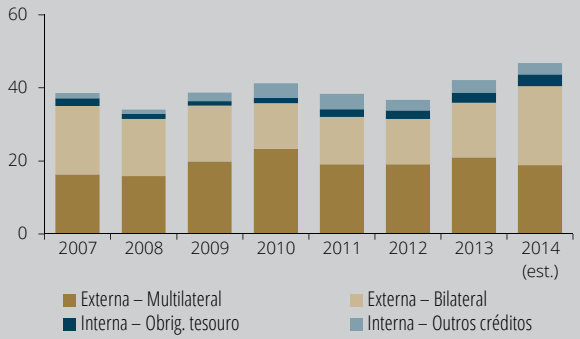
Em % do PIB



A realização de eleições gerais e de um projeto de investimento não orçamentado arrastaram o défice orçamental para valores não esperados em 2014. Contudo, o progressivo aumento das receitas tributárias tem mantido o saldo corrente numa trajetória crescente.

Gráfico 48 • Dívida pública

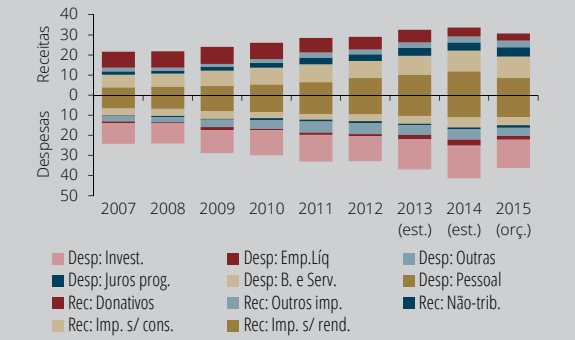
Em % do PIB



A maior necessidade de fundos por parte do Estado tem-se refletido no aumento da dívida pública moçambicana nos últimos anos, sobretudo relativamente à componente externa, a qual representava cerca de 40 por cento do PIB no final de 2014.

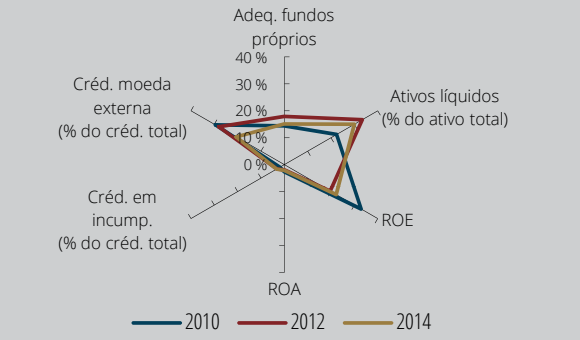
Gráfico 49 • Receitas e despesas públicas

Em % do PIB



A evolução do défice orçamental tem sido determinada pelo esforço de investimento público, face ao crescimento contido das despesas correntes. O aumento da receita corrente tem mais que compensado a descida dos donativos.

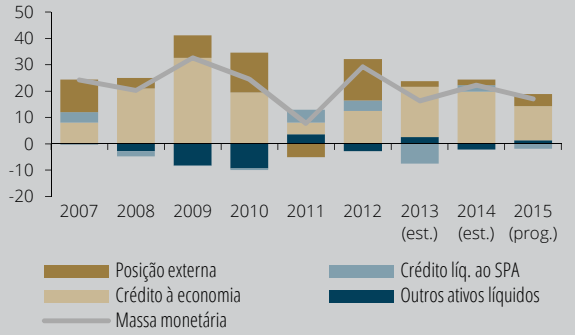
Gráfico 50 • Indicadores de estabilidade financeira



O sistema bancário moçambicano tem-se mostrado bem capitalizado nos últimos anos, apresentando uma elevada solidez, bons níveis de rentabilidade e resiliência, para além de baixas percentagens de crédito em incumprimento.

Gráfico 51 • Fatores de variação da liquidez

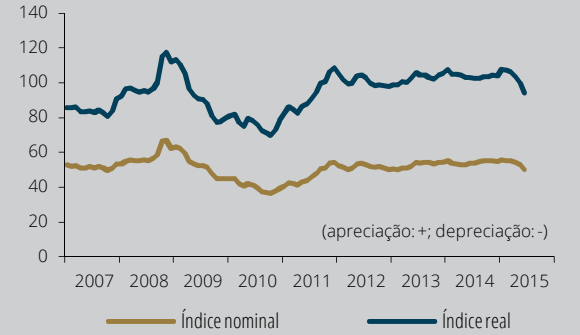
Variações em % do valor inicial da massa monetária



O crédito à economia tem-se assumido com um dos principais fatores de criação de liquidez em Moçambique. A dinâmica induzida por esse agregado tem levado a massa monetária a registar fortes expansões nos últimos 8 anos, crescendo em média mais de 20 por cento por ano.

Gráfico 52 • Taxa de câmbio efetiva

Índices base 100: 2000, médias mensais



Ao longo de grande parte de 2014 foi patente a estabilidade do metical face às moedas dos seus parceiros comerciais mais significativos. Com a redução das intervenções do banco central na defesa da moeda em 2015 tem vindo a assistir-se a uma depreciação nominal e real.

Quadro 41 • Indicadores económicos

		2010	2011	2012	2013	2014		2015	
		Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços									
PIB nominal	milhões de EUR	7588	9476	11 870	12 144	12 896	13 127	13 550	
PIB real	t. var. anual	6,7	7,1	7,2	7,1	8,3	7,2	7,0	
Inflação (Índ.Preços no Consumidor)	t. var. homóloga	16,6	5,5	2,2	3,0	6,0	1,1	5,5	0,1 jun.
	t. var. média	12,7	10,4	2,1	4,2	4,6	2,3	4,0	1,0 Jun.
Finanças públicas									
Receitas totais	% do PIB	26,2	28,4	29,0	32,5	34,8	33,7	30,7	
Despesas totais	% do PIB	30,0	33,1	32,9	37,0	46,2	41,5	36,2	
Défice global	% do PIB	-3,8	-4,7	-3,8	-4,6	-11,4	-7,8	-5,5	
Défice global sem donativos	% do PIB	-12,0	-11,9	-10,1	-10,8	-17,1	-12,3	-9,0	
Moeda e crédito									
Crédito líquido ao SPA	t. var. anual	-6,5	53,6	99,0	-23 869,0	-83,9	36,6	-54,0	100,1 jun.[g]
Crédito à economia	t. var. anual	29,3	6,4	18,3	30,5	20,7	28,3	17,5	7,4 jun.[g]
Massa monetária (M3)	t. var. anual	24,6	7,8	29,4	16,3	18,5	22,2	17,1	6,3 jun.[g]
Taxas de juro									
Passiva, a 1 ano	t. anual	12,2	13,4	11,5	9,1		9,1		8,9 jun.
Ativa, a 1 ano	t. anual	21,7	23,7	21,4	20,3		20,8		17,9 jun.
Estabilidade financeira									
Adequação dos fundos próprios[a]	percentagem	14,4	17,1	17,9	16,9		15,1		
Crédito em incumprimento[b]	% crédito total	1,9	2,6	3,2	2,3		3,3		
Rendibilidade dos fundos próprios (ROE)	percentagem	32,9	26,5	19,6	21,0		22,2		
Balança de pagamentos									
Export. mercadorias (em USD)	t. var. anual	8,7	33,6	23,7	6,9	19,3	-5,0	2,9	
Import. mercadorias (em USD)	t. var. anual	2,6	52,8	47,2	7,3	16,9	-6,2	7,7	
Balança corrente	% do PIB	-10,6	-23,3	-41,0	-38,8	-45,9	-33,2	-39,0	
Bal. corrente s/ transf. oficiais	% do PIB	-16,4	-29,3	-45,6	-45,5		-39,4		
Reservas oficiais	meses de import.[d]	3,3	2,4	2,7	3,3	2,6	3,1	2,7	
	meses de import.[e]	4,2	3,0	4,2	4,9	4,4	5,0	4,7	
Dívida pública									
Dívida externa	milhões de EUR	2717	3040	3736	4367		5315		
	% do PIB	35,8	32,1	31,5	36,0		40,5		
	% exportações[f]	113,6	96,0	97,2	118,4		133,0		
Dívida interna	milhões de EUR	415	596	624	750		832		
	% do PIB	5,5	6,3	5,3	6,2		6,3		
Taxas de câmbio									
EUR/MZM (mercado oficial)	t. média	45,4	40,3	36,5	39,7		40,8		41,6 jun.
USD/MZM (mercado oficial)	t. média	33,0	29,1	28,2	29,9		30,7		37,1 jun.
USD/MZM (mercado paralelo)	t. média	35,7	31,0	29,5	31,5		31,5		39,6 jun.
ITCE nominal (base 100: 2000)[c]	t. variação[g]	-12,9	38,2	-7,5	8,4		0,7		-8,4 jun.
ITCE real (base 100: 2000)[c]	t. variação[g]	-2,0	39,0	-9,7	7,3		-1,1		-9,4 jun.

Fontes: Banco de Moçambique, FMI, Direção Nacional do Orçamento de Moçambique, INE de Moçambique e cálculos do BP.
Notas: (a) Capital regulamentar / ativo ponderado pelo risco; (b) Até 2013 o apuramento do crédito em incumprimento seguiu uma definição que não captava todos os créditos com imparidades; (c) Índice da taxa de câmbio efetiva calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2010/14 (apreciação: +; depreciação: -); (d) De bens e serviços do ano seguinte; (e) De bens e serviços, excluindo grandes projetos; (f) De bens e serviços; (g) Variação face a dezembro do ano anterior.

Quadro 42• Produto interno bruto

Preços correntes, em milhões de MZM

	2009	2010	2011	2012 Est.	2013 Est.	2014 Est.	2015 Prog.
Setor primário	83 779	94 292	100 369	109 287	116 129	122 088	
Agricultura e pecuária	80 022	88 347	94 128	102 491	108 734	114 311	
Pesca	3757	5946	6241	6796	7395	7778	
Setor secundário	53 019	60 520	67 760	75 492	81 860	102 342	
Indústria extrativa	4346	5557	8428	13 081	15 230	24 921	
Indústria transformadora	33 231	36 104	39 299	39 413	41 591	47 663	
Eletricidade e água	9.889	11 997	12 085	13 841	16 301	18 806	
Construção	5553	6862	7948	9158	8737	10 951	
Setor terciário	141 799	164 571	183 301	210 489	239 075	260 239	
Comércio e Reparações	27 994	34 791	39 123	47 427	56 305	58 843	
Restaurantes e Hotéis	7301	8784	10 779	9516	10 134	10 772	
Transportes e Armazenagem	27 832	32 093	30 339	35 746	43 075	46 323	
Informação e Comunicação	11 330	12 564	13 787	15 252	16 494	17 459	
Serviços Financeiros	9152	11 989	18 113	19 812	22 442	23 942	
Atividades imobiliárias, alugueres	21 667	23 836	26 054	28 598	31 498	31 132	
Administração pública	13 579	16 749	19 324	21 662	25 271	29 030	
Educação	20 041	22 202	25 806	31 314	33 972	40 376	
Saúde e ação social	4790	5248	6137	7624	7922	10 009	
Outros	-1888	-3686	-6161	-6461	-8038	-7646	
Produto Interno Bruto (custo de fatores)	278 597	319 384	351 430	395 269	437 064	484 670	
Impostos indiretos	21 675	25 455	30 262	37 853	45 169	50 863	
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	300 271	344 839	381 692	433 121	482 233	535 533	591 000
Consumo	290 125	332 479	365 713	427 472	478 224	522 733	
Público	54 299	64 131	76 137	90 282	115 101	136 050	
Privado	235 826	268 348	289 576	337 190	363 123	386 683	
Investimento	44 099	63 090	97 970	205 221	262 666	251 302	287 226
Formação Bruta de Capital Fixo	42 340	61 599	82 232	152 145	189 791	158 118	
Variação de Existências	1759	1491	15 738	53 076	72 875	93 184	
Procura interna	334 224	395 569	463 683	632 693	740 890	774 035	
Exportações de bens e serviços	89 990	108 659	127 587	140 228	146 451	162 981	
Procura global	424 214	504 228	591 270	772 921	887 341	937 016	
Importações de bens e serviços	123 944	159 389	209 578	339 800	405 108	401 483	
Para memória:							
Poupança interna bruta	10 146	12 360	15 979	5649	4009	12 800	
PIBpm nominal (milhões de USD)	11 243	10 454	13 135	15 344	16 123	17 451	16 593
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	1,1	7,6	3,3	5,9	3,9	3,6	3,1
PIBpm nominal (variação anual em %)	7,5	14,8	10,7	13,5	11,3	11,1	10,4
PIBpm real (variação anual em %)	6,4	6,7	7,1	7,2	7,1	7,2	7,0

Fontes: Banco de Moçambique, INE de Moçambique,Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro 43 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]
2003	Dezembro	2,8	11,4	11,5
2004	Dezembro	1,9	9,3	11,4
2005	Dezembro	3,9	13,1	7,0
2006	Dezembro	2,2	8,1	13,6
2007	Dezembro	3,2	12,1	9,2
2008	Dezembro	0,9	11,8	14,5
2009	Dezembro	2,1	3,0	4,2
2010	Dezembro	3,5	16,6	12,7
2011	Dezembro	1,3	5,5	10,4
2012	Dezembro	1,0	2,2	2,1
2013	Dezembro	0,6	3,0	4,2
2014	Dezembro	0,6	1,1	2,3
2013	Janeiro	1,1	2,3	1,9
	Fevereiro	1,4	4,3	2,1
	Março	0,3	4,3	2,2
	Abril	0,6	5,1	2,4
	Maio	-0,4	5,1	2,7
	Junho	-0,5	5,2	3,0
	Julho	-0,3	4,9	3,3
	Agosto	-0,5	4,5	3,6
	Setembro	-0,1	4,3	3,9
	Outubro	0,2	4,2	4,1
	Novembro	0,6	3,3	4,1
	Dezembro	0,6	3,0	4,2
2014	Janeiro	1,1	3,0	4,3
	Fevereiro	0,7	2,3	4,1
	Março	1,5	3,6	4,0
	Abril	0,6	3,6	3,9
	Maio	-0,6	3,4	3,8
	Junho	-1,3	2,5	3,5
	Julho	-0,4	2,4	3,3
	Agosto	-1,1	1,8	3,1
	Setembro	-0,5	1,4	2,9
	Outubro	0,1	1,3	2,6
	Novembro	0,4	1,1	2,4
	Dezembro	0,6	1,1	2,3
2015	Janeiro	1,6	1,5	2,2
	Fevereiro	1,2	2,1	2,1
	Março	0,2	0,8	1,9
	Abril	-0,6	-0,5	1,6
	Maio	-0,9	-0,8	1,2
	Junho	-0,4	0,1	1,0

Fontes: Banco de Moçambique, INE de Moçambique e cálculos do BP.
Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 44 • Balança de pagamentos

Em milhões de USD

	2010	2011	2012	2013	2014		2015		
					Prog.	Est.	Prog.	Trim. I	Sem. I
Balança Corrente	-1113	-3056	-6284	-6253	-8007	-5797	-6481	-1298	-2905
Excluindo transferências oficiais	-1718	-3848	-6997	-7341	–	-6884	–	-1422	-3224
Balança comercial	-1179	-2250	-4048	-4357	-4990	-4035	-4531	-809	-1861
Exportações (f.o.b.)	2333	3118	3856	4123	4920	3916	4031	823	1870
dq: Grandes projetos	1668	2015	2173	2196	3071	2440	2544	531	1136
Importações (c.i.f)	-3512	-5368	-7903	-8480	-9910	-7952	-8562	-1633	-3732
dq: Grandes projetos	-900	-1547	-2143	-1934	-3111	-1487	-2516	-292	-576
Balança de serviços	-506	-1482	-3073	-3259	-3950	-2932	-2546	-655	-1454
Balança de rendimentos	-85	-190	7	-59	-176	-202	-246	-70	-110
dq: Dividendos dos Grandes projetos	0	-157	0	-1	-166	-54	0	0	0
Juros programados	-30	-35	-40	-49	–	-76	–	-29	-45
Transferências correntes	657	866	829	1421	1109	1372	842	236	521
Transferências oficiais	605	792	713	1088	–	1087	–	124	319
dq: Donativos externos	605	785	538	460	585	471	551	–	–
Transferências privadas	52	74	116	333	–	285	–	112	235
Balança de Capitais e Financeira	1116	3364	6748	6627	8407	5665	6521	898	2500
Balança de Capitais	348	432	456	423	583	372	499	103	215
Balança Financeira	768	2932	6292	6204	7825	5293	6022	795	2285
Investimento direto estrangeiro (líq.)	790	2599	5215	6175	4883	4902	4048	987	2050
Endividamento do SPA (líq.)	468	531	546	1058	1776	1412	942	113	410
Endividamento do setor privado (líq.)	-348	-39	516	-92	902	354	1023	-79	230
Outras operações (líq.)[a]	-142	-159	14	-937	264	-1375	10	-227	-405
Erros e Omissões	56	17	-87	22	0	26	0	23	21
Balança Global	58	322	377	396	400	-106	40	-377	-384
Financiamento	-58	-322	-377	-396	-400	106	-40	377	384
Variação das reservas oficiais	-87	-321	-375	-393	-397	120	-7	398	405
Utilização de fundos do FMI (líq.)[a]	18	-2	-2	-3	-3	-14	-33	-21	-21
Financiamento excecional	10	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação de atrasados (redução: -)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diferencial de Financiamento[b]	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.
Notas: (a) Desembolsos em 2010 relativos ao acordo ao abrigo da *Exogenous Shocks Facility*; (b) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro 45 • Distribuição geográfica das exportações

Em percentagem do total

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2006 a 2014
África do Sul	15,2	17,2	9,2	21,4	21,6	18,7	19,8	19,7	20,1	18,3
Bélgica	0,1	0,3	0,5	0,7	0,4	0,6	1,1	1,2	1,3	0,8
China	1,4	1,7	1,6	3,5	3,9	5,4	18,2	2,5	4,3	5,3
Espanha	1,8	1,5	1,3	1,5	1,7	2,7	1,5	1,8	1,2	1,7
E.U.A.	0,3	0,2	0,5	1,9	0,9	0,8	2,5	3,6	1,1	1,5
Países Baixos	59,7	61,8	55,5	41,6	51,0	43,5	24,1	27,3	23,5	40,1
Índia	1,3	0,7	0,8	2,6	1,5	1,8	4,5	16,5	8,2	5,2
Malawi	1,0	0,7	1,4	2,2	1,2	1,5	0,8	1,0	0,6	1,1
Portugal	1,2	1,3	0,8	1,5	4,7	1,4	0,5	2,5	1,1	1,6
Zimbabwe	3,2	2,9	2,1	3,4	3,2	2,5	2,4	2,0	2,3	2,6
Outros	14,7	11,7	26,2	19,6	10,0	21,1	24,5	22,1	36,2	21,9

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro 46 • Distribuição geográfica das importações

Em percentagem do total

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2006 a 2014
África do Sul	36,3	32,4	29,1	35,5	51,2	34,0	27,2	25,7	33,1	32,2
China	2,6	3,5	3,9	4,6	5,7	7,0	5,3	7,5	8,0	6,0
Emir. Árabes Unidos	2,0	3,4	2,6	2,0	2,4	5,6	7,7	7,0	5,5	5,1
E.U.A.	2,2	2,7	4,0	3,6	0,5	2,8	11,9	2,2	1,8	4,0
França	0,8	0,8	0,6	0,8	0,3	1,2	1,4	0,8	0,7	0,9
Países Baixos	15,6	14,5	17,4	13,0	16,5	12,6	6,6	4,9	6,9	10,1
Índia	3,2	4,4	3,6	6,5	1,1	5,6	2,9	3,7	3,8	3,8
Japão	0,6	3,1	3,2	3,8	5,5	3,5	2,2	2,6	3,1	3,0
Portugal	3,3	3,5	2,9	3,8	8,0	4,2	4,0	5,7	5,2	4,7
Outros	33,4	31,8	32,8	26,6	8,7	23,5	30,8	40,0	32,0	30,2

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro 47 • Dívida pública

Em milhões de USD

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.
Dívida externa	3637	3948	3744	4214	4829	5798	7065
Credores multilaterais	1836	2229	2437	2505	2927	3383	3292
Credores bilaterais	1801	1719	1307	1709	1902	2415	3773
Clube de Paris	824	438	400	674	679	756	908
Outros países	977	1281	907	1035	1224	1659	2865
Dívida Interna	292	403	572	826	807	996	1105
Banco Central[a]	118	102	91	111	102	101	95
Outros bancos e instituições financeiras[b]	0	159	168	203	170	282	267
Obrigações do Tesouro	167	137	152	273	358	447	570
Outros[c]	7	6	160	239	177	167	174
Dívida pública total	3929	4351	4315	5041	5636	6794	8171
Serviço da dívida externa	49	44	56	73	96	144	175
Capital	31	26	31	39	57	85	100
Juros	18	18	25	34	39	58	75
				(em % do PIB)			
Dívida pública total	34,0	38,7	41,3	38,4	36,7	42,1	46,8
Dívida externa	31,5	35,1	35,8	32,1	31,5	36,0	40,5
Dívida interna	2,5	3,6	5,5	6,3	5,3	6,2	6,3
				(em % das exportações de bens e serviços)			
Dívida externa	107,3	117,2	113,6	96,0	97,2	118,4	133,0
Serviço de dívida externa	1,4	1,3	1,7	1,7	1,9	2,9	3,3

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.
Notas: (a) Dívida do Estado para efeitos de reforço do Balanço Cambial; (b) Fluxos de Bilhetes do Tesouro que ocorrem apenas a nível de operações de tesouraria; (c) Créditos relativos a subsídios aos combustíveis, dívidas de empresas públicas, operações de *leasing* resultantes da construção de edifícios públicos e comissões à Bolsa de Valores de Moçambique.

Quadro 48 • Operações financeiras do Estado

Em mil milhões de MZM

	2010	2011	2012	2013	2014			2015		
					Orç.R.	Est.	g.e.[a]	Orç.	Trim. I	g.e.[a]
1. Receitas Totais	90,3	108,4	125,8	156,6	183,5	180,4	98,3	181,2	75,7	41,8
1.1. Receitas correntes	61,6	81,1	98,5	126,3	153,1	156,3	102,1	160,7	70,4	43,8
Receitas não-tributárias	7,9	12,8	14,0	18,8	20,8	21,3	102,1	27,7	11,2	40,5
Receitas tributárias	53,7	68,3	84,5	107,5	132,3	135,1	102,1	133,0	59,1	44,5
Impostos sobre o rendimento	18,5	24,9	36,8	49,4	59,3	63,1	106,3	51,4	25,9	50,4
Impostos sobre o consumo	28,8	33,8	36,9	44,9	56,4	55,9	99,0	61,9	24,6	39,8
Imp. s/ comércio internacional	5,3	6,7	7,5	9,7	11,1	12,0	107,4	13,3	5,7	42,8
Outros impostos	1,1	2,9	3,2	3,5	5,4	4,1	77,2	6,4	2,9	45,4
1.2. Donativos	28,3	27,4	27,3	30,2	30,4	24,1	79,3	20,5	5,3	26,0
2. Despesas Totais	103,5	126,4	142,4	178,5	243,5	222,0	91,2	213,9	74,3	34,7
2.1. Despesas correntes[b]	57,9	71,0	83,8	95,7	121,2	118,5	97,7	120,4	57,2	47,5
Despesas com o pessoal	29,1	35,8	41,6	49,5	60,3	59,8	99,2	64,4	32,6	50,6
Bens e serviços	10,7	11,0	14,3	18,9	26,9	26,0	96,6	24,5	10,4	42,3
Transferências e subsídios	15,4	16,5	18,8	18,8	21,3	21,0	98,8	22,4	10,9	48,4
Juros da dívida programados	2,7	3,5	4,1	4,0	6,1	5,2	85,6	6,9	3,0	44,0
2.2. Despesas de capital	43,7	51,0	53,5	72,3	104,5	87,0	83,3	83,2	15,6	18,7
Financiamento Interno	20,0	20,4	24,9	34,0	46,3	45,4	98,1	44,9	10,4	23,1
Financiamento Externo	23,7	30,6	28,5	38,3	58,3	41,7	71,5	38,3	5,2	13,6
2.3. Empréstimos Líquidos	1,9	4,4	5,2	10,6	17,8	16,5	92,9	10,4	1,5	14,9
3. Saldo Corrente: (1.1-2.1)	3,7	10,1	14,7	30,7	31,9	37,9	–	40,4	13,2	–
4. Saldo Global s/ Donativos: (1-2-1.2)	-41,5	-45,3	-44,0	-52,2	-90,4	-65,7	–	-53,2	-3,9	–
5. Saldo Global: (1-2)	-13,2	-17,9	-16,6	-22,0	-60,0	-41,6	–	-32,7	1,4	–
6. Financiamento	13,2	17,9	16,6	22,0	60,0	41,6	–	32,7	-1,4	–
6.1. Interno (líq.)[c], [d]	-0,1	4,2	2,6	-4,8	6,3	-5,7	-89,8	1,5	-9,5	–
dq: Sistema bancário	-0,7	6,6	5,6	-14,0	–	5,1	–	–	8,9	–
6.2. Externo (líq.)	13,2	13,7	14,0	26,8	53,7	47,3	88,0	31,2	8,1	26,0
Desembolsos[c]	14,3	14,9	15,6	29,3	57,4	50,4	87,8	36,1	9,9	27,4
Amortizações	-1,0	-1,2	-1,6	-2,5	-3,7	-3,1	85,1	-4,8	-1,8	36,4
7. Diferencial de Financiamento[e]	0,0	0,0	-0,0	0,0	-0,0	0,0	–	-0,0	-0,0	–

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas:(a) Grau de execução face ao orçamentado, em %; (b) Inclui outras despesas correntes; (c) Inclui movimentos contabilísticos relacionados com o estabelecimento de uma conta do Tesouro no exterior com os rendimentos da concessão da exploração das minas de carvão Moatize; (d) Inclui receitas de privatizações em 2011; (e) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro 49 • Síntese monetária

Em mil milhões de MZM

	2010	2011	2012	2013	2014		2014/2013		2015	2015p/2014		2015	2015
				Est.	Prog.	Est.	[1]	[2]	Prog.	[1]	[2]	Mar.	Jun.
Ativos Líq. s/ Exterior	79,9	73,0	95,7	100,0	124,3	104,8	4,8	2,2	117,1	11,7	4,7	104,9	108,7
Banco Central	57,1	56,9	73,1	85,7	103,1	91,5	6,8	2,7	95,5	4,4	1,5	86,8	95,6
Disponib. s/ Exterior	68,9	66,9	84,2	97,0	113,9	103,6	6,7	3,0	107,3	3,6	1,4	99,6	108,7
Responsab. s/ Exterior	-11,8	-10,0	-11,1	-11,3	-10,8	-12,0	6,2	-0,3	-11,8	-1,7	0,1	-12,8	-13,1
Bancos Comerciais	22,8	16,1	22,6	14,3	21,2	13,3	-7,0	-0,5	21,6	62,7	3,1	18,0	13,1
Crédito Interno Total	80,2	92,6	116,2	137,6	157,3	185,7	34,9	22,2	215,0	15,8	11,1	192,2	209,1
Crédito líquido ao S.P.A.	-12,2	-5,7	-0,1	-14,0	-25,8	-8,9	36,6	2,4	-13,7	-54,0	-1,8	-11,5	0,0
Crédito concedido	22,9	37,7	45,5	67,8	–	74,0	9,1	2,9	–	–	–	69,7	82,9
Depósitos	-34,3	-43,0	-45,4	-81,8	–	-82,8	1,3	-0,5	–	–	–	-81,1	-82,8
Moeda nacional	-32,1	-41,4	-44,1	-79,9	–	-80,5	0,8	-0,3	–	–	–	-78,3	-80,2
Moeda estrangeira	-2,1	-1,6	-1,3	-1,9	–	-2,3	22,7	-0,2	–	–	–	-2,9	-2,6
Fundos consignados	-0,9	-0,3	-0,1	-0,1	–	-0,1	7,4	-0,0	–	–	–	-0,1	-0,1
Crédito à economia	92,4	98,3	116,3	151,7	183,1	194,6	28,3	19,8	228,7	17,5	12,9	203,7	209,1
Moeda nacional	65,2	76,5	87,5	117,3	145,2	155,1	32,3	17,5	182,1	17,4	10,2	164,1	165,5
Moeda estrangeira	27,2	21,8	28,8	34,4	37,9	39,5	14,8	2,4	46,6	18,1	2,7	39,6	43,6
Outras Rubricas (líq.)	-26,6	-21,8	-25,9	-21,2	-25,2	-26,0	-22,9	-2,2	-22,4	14,0	1,4	-31,6	-36,5
Total do Ativo	133,4	143,8	186,0	216,4	256,5	264,5	22,2	–	309,7	17,1	–	265,5	281,2
Massa Monetária (M3)	133,4	143,8	186,0	216,4	256,5	264,5	22,2	22,2	309,7	17,1	17,1	265,5	281,2
Base monetária	31,6	34,3	41,1	47,5	55,6	57,3	20,5	4,5	66,7	16,4	3,6	54,4	58,5
Circulação monetária	17,4	17,5	19,7	22,7	27,4	27,3	20,4	–	31,6	15,6	–	24,5	27,1
Depósitos à ordem	73,7	80,1	109,5	123,3	145,0	154,3	25,1	–	175,8	14,0	–	153,8	157,9
Quase-moeda	42,3	46,2	56,8	70,4	84,2	82,9	17,7	–	102,3	23,4	–	87,2	96,2
Total do Passivo	133,4	143,8	186,0	216,4	256,5	264,5	22,2	–	309,7	17,1	–	265,5	281,2

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.
Notas: [1] Variação percentual face ao período anterior; [2] Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária (fatores de expansão / contração da liquidez).

Quadro 50 • Taxas de juro

Taxas anuais, em percentagem

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
		Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.
Depósitos	91-180 dias	8,8	11,5	12,7	10,2	8,5	8,4	8,3	8,1
	181 365 dias	10,2	12,2	13,4	11,5	9,1	9,1	8,9	8,9
	1-2 anos	9,4	14,3	13,2	9,6	6,1	7,7	7,5	6,9
Crédito	Até 180 dias	18,6	22,0	24,4	20,6	19,8	20,4	18,3	17,7
	181 365 dias	19,2	21,7	23,7	21,4	20,3	20,8	18,4	17,9
	1-2 anos	18,8	22,6	24,9	21,0	21,1	21,0	19,9	19,0
Taxas de Referência									
Facilidade Perm. de Cedência		11,5	15,5	15,0	9,5	8,3	7,5	7,5	7,5
Bilhetes do Tesouro (91 dias)		9,5	14,7	11,8	2,6	5,2	5,4	5,5	5,6
MMI sem garantia (Até 7 dias)		8,0	13,1	11,7	2,9	3,4	3,1	3,3	3,8

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro 51 • Indicadores de estabilidade financeira

Em percentagem

	2009	2010	2011	2012	2013 Est.	2014 Est.
Solvabilidade						
Adequação dos fundos próprios[a]	15,1	14,4	17,1	17,9	16,9	15,1
Tier 1 / ativo ponderado pelo risco	13,0	13,7	16,1	16,9	16,0	13,6
Qualidade dos ativos						
Crédito em incumprimento[b] / crédito total	1,8	1,9	2,6	3,2	2,3	3,3
Crédito em moeda estrangeira / crédito total	32,4	29,5	25,1	28,1	21,9	20,6
Rendibilidade						
Rendibilidade dos fundos próprios (ROE)	36,6	32,9	26,5	19,6	21,0	22,2
Rendibilidade dos ativos (ROA)	3,0	2,6	2,5	1,9	2,0	2,1
Margem financeira / produto bancário	55,7	59,4	64,9	58,9	55,6	55,9
Custos operacionais / produto bancário	58,4	59,7	61,3	66,1	65,3	62,6
Liquidez						
Ativos líquidos[c] / ativo total	27,9	22,4	27,8	33,4	30,7	30,0
Outros indicadores						
Depósitos do SPA / depósitos totais	41,2	29,5	34,0	27,3	42,2	34,9
Crédito ao setor privado / depósitos totais	76,0	79,6	77,8	69,9	78,3	82,1
Custos com pessoal / custos operacionais	45,9	45,5	47,1	49,1	47,6	47,0
Spread de juros, 1 a 2 anos (ativa - passiva)	9,4	8,3	11,6	11,3	15,0	13,3

Fontes: Banco de Moçambique e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Capital regulamentar / ativo ponderado pelo risco; (b) Até 2013 o apuramento do crédito em incumprimento seguiu uma definição que não captava todos os créditos com imparidades; (c) Os ativos líquidos incluem depósitos nas casas-mãe.

Quadro 52 • Taxas de câmbio

Taxas médias

		EUR/MZM			USD/MZM					ZAR/ MZM	ITCE[a] base 100:2000	
		Oficial	Livre	Li/Of	Oficial	Paralelo	Livre	Pa/Of	Li/Of			
		(Of)	(Li)	(%)	(Of)	(Pa)	(Li)	(%)	(%)	Livre	Nom.	Real
2000		13 979,9	14 044,8	0,5	15 140,9	15 995,9	15 254,1	5,6	0,7	2187,1	100,0	100,0
2001		18 293,7	18 515,4	1,2	20 455,5	21 145,4	20 706,5	3,4	1,2	2537,1	81,0	86,2
2002		21 896,4	22 370,7	2,2	23 180,4	24 281,3	23 665,4	4,7	2,1	2373,7	77,5	91,6
2003		26 360,4	26 874,1	1,9	23 340,9	24 248,7	23 782,3	3,9	1,9	3187,7	63,1	79,8
2004		27 457,0	27 782,7	1,2	22 130,9	23 165,5	22 581,3	4,7	2,0	3523,4	59,9	82,7
2005		28 337,5	28 576,1	0,8	22 936,3	23 614,4	23 068,4	3,0	0,6	3617,1	58,0	83,3
2006[b]		32,2	31,4	-2,5	25,0	26,9	26,0	7,8	4,2	3,8	53,3	84,0
2007		35,6	35,0	-1,5	25,6	26,6	25,8	4,2	1,1	3,7	51,6	84,4
2008		35,7	35,5	-0,6	24,2	25,2	24,3	4,0	0,5	3,0	57,6	100,0
2009		38,9	37,2	-4,4	26,7	29,2	27,5	9,5	3,0	3,3	52,0	90,5
2010		45,4	43,6	-4,0	33,0	35,7	34,0	8,1	3,0	4,7	40,1	75,8
2011		40,3	40,5	0,5	29,1	31,0	29,1	6,8	0,0	4,0	45,9	91,6
2012		36,5	36,3	-0,6	28,2	29,5	28,4	4,3	0,6	3,5	51,7	100,8
2013		39,7	40,0	0,7	29,9	31,5	30,1	5,3	0,7	3,1	52,7	102,5
2014		40,8	41,5	1,8	30,7	31,5	31,4	2,8	2,2	2,9	54,3	104,0
2013	Janeiro	39,5	39,9	0,9	29,8	31,0	30,0	4,1	0,8	3,4	50,3	98,9
	Fevereiro	40,1	40,7	1,7	30,0	31,5	30,5	4,9	1,7	3,4	49,9	98,8
	Março	39,0	39,6	1,7	30,1	31,9	30,6	6,1	1,7	3,3	51,1	100,6
	Abril	39,1	39,7	1,5	30,1	31,8	30,5	5,8	1,7	3,4	50,9	100,4
	Maio	38,9	39,0	0,3	30,0	31,7	30,1	5,9	0,3	3,2	52,0	102,5
	Junho	39,4	39,3	-0,2	29,9	30,8	29,8	3,2	-0,4	3,0	54,2	106,0
	Julho	39,0	39,1	0,4	29,8	31,4	30,0	5,1	0,4	3,0	54,0	104,5
	Agosto	39,7	39,9	0,3	29,8	31,5	29,9	5,6	0,3	3,0	54,4	104,3
	Setembro	39,8	40,0	0,4	29,9	31,7	30,0	6,0	0,4	3,0	54,1	103,2
	Outubro	40,7	40,7	0,1	29,8	31,7	29,9	6,2	0,1	3,0	53,5	102,2
	Novembro	40,3	40,5	0,4	29,9	31,5	30,0	5,4	0,4	3,0	54,3	104,4
	Dezembro	41,0	41,2	0,5	29,9	31,6	30,1	5,5	0,5	2,9	54,4	105,2
2014	Janeiro	41,1	41,4	0,9	30,2	32,2	30,4	6,6	0,9	2,8	55,4	107,8
	Fevereiro	41,9	43,2	3,2	30,6	33,1	31,6	8,2	3,2	2,9	53,9	104,9
	Março	42,2	43,4	3,0	30,5	32,7	31,5	7,1	3,1	2,9	53,6	104,9
	Abril	42,3	43,3	2,5	30,6	32,5	31,3	6,3	2,5	3,0	53,1	104,3
	Maio	42,1	43,0	2,3	30,6	32,6	31,4	6,2	2,3	3,0	52,7	102,8
	Junho	41,6	42,6	2,4	30,6	32,5	31,4	6,0	2,4	2,9	53,6	103,1
	Julho	41,4	41,9	1,2	30,6	32,5	31,0	6,2	1,2	2,9	54,0	102,7
	Agosto	40,6	40,7	0,2	30,5	32,3	30,6	5,9	0,5	2,9	54,6	102,5
	Setembro	39,8	39,6	-0,5	30,6	32,4	30,8	5,9	0,8	2,8	55,4	103,4
	Outubro	39,1	39,6	1,2	30,9	32,8	31,5	6,1	1,9	2,8	55,4	103,5
	Novembro	38,7	39,3	1,5	31,0	33,4	31,6	7,8	1,8	2,9	55,4	104,3
	Dezembro	39,0	40,5	4,0	31,6	35,8	33,3	13,3	5,3	2,9	54,8	104,0
2015	Janeiro	36,9	38,7	4,8	31,8	35,9	33,4	13,0	5,1	2,9	55,7	107,8
	Fevereiro	37,0	38,3	3,4	32,6	36,5	34,0	11,9	4,1	2,9	55,0	107,1
	Março	36,3	37,9	4,3	32,5	37,0	35,3	13,6	8,4	2,9	55,1	106,5
	Abril	36,5	38,4	5,2	33,8	37,6	36,0	11,1	6,5	3,0	54,1	103,3
	Maio	37,9	39,8	5,0	34,0	37,9	36,7	11,5	7,9	3,1	53,0	100,0
	Junho	41,6	41,4	-0,6	37,1	39,6	38,5	6,7	3,6	3,1	50,2	94,2

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2010/14 (apreciação: +; depreciação: -); (b) Em julho de 2006 foi efetuada uma reforma monetária com uma taxa de conversão de 1 para 1000.

5. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Área: 997 Km^2

Capital: Cidade de São Tomé

População: 186 milhares
(2014; fonte: ONU)

Moeda: Dobra

O desenvolvimento económico de S. Tomé e Príncipe continua a ser fortemente condicionado pela reduzida dimensão da economia, pelos custos decorrentes da insularidade e pela escassez de recursos, nomeadamente financeiros. Em 2014 o crescimento económico foi ligeiramente superior ao ano precedente, graças a um melhor desempenho das exportações de bens (cacau) e de serviços (turismo). Espera-se que a maior estabilidade política (resultante das eleições de outubro de 2014) permita consolidar uma dinâmica de crescimento que contribua para a melhoria do nível de bem estar social e económico.

A economia santomense registou em 2014 um crescimento ligeiramente superior ao do ano anterior. Estima-se que o crescimento real em 2014 tenha atingido 4,5 por cento, valor que poderá vir a ser excedido em 2015, já que a perspetiva de estabilidade política decorrente das eleições legislativas de outubro (que deram origem a um governo maioritário) e a celebração de um novo programa com o FMI para o triénio 2015-2018 poderão criar as condições para uma nova dinâmica de crescimento que contribua para reduzir a incidência da pobreza.

O crescimento verificado em 2014 foi essencialmente o resultado de um **marcado aumento do valor das exportações de cacau** (cerca de 39 por cento) **e do turismo** (87 por cento). O consumo privado terá apresentado algum crescimento, inferido a partir do comportamento das importações de bens de consumo, bem como do aumento da massa salarial do funcionalismo público. Já o investimento teve um papel pouco preponderante (como já havia ocorrido em 2013), o que em parte se deve à não concretização de financiamentos externos que estavam previstos.

A evolução dos preços continuou a exibir a tendência de desinflação que se vem registando desde a adoção no novo regime cambial, em 2010. No final de junho, a inflação anual (taxa homóloga) cifrava-se em 5,0 por cento, estando programado o valor de 5,2 por cento para o final de 2015. Este comportamento é particularmente relevante dado que se registou num período em que simultaneamente decorreram eleições (tradicionalmente indutoras de acréscimos significativos nas despesas) e se verificou uma apreciação do dólar americano, moeda de denominação das importações de combustíveis.

Apesar do bom comportamento das exportações de cacau e do turismo em 2014, **o défice da balança corrente apresentou uma sensível degradação**, já que as importações (quer de bens quer de serviços) também aumentaram significativamente, enquanto a contribuição das transferências, nomeadamente oficiais, foi menos relevante que no ano anterior. O saldo positivo da balança de capital e financeira em 2014 permitiu compensar quase integralmente o défice da balança corrente.

Nos primeiros sete meses de 2015 a posição das contas externas apresenta-se mais favorável, o que é refletido por um **marcado aumento das reservas internacionais líquidas** (cerca de 53 por cento, desde dezembro). Esta evolução decorre de alguma retração do valor das importações (nomeadamente de bens petrolíferos) em paralelo com a entrada dos desembolsos de empréstimos já contratualizados (provenientes de Angola). Este comportamento favorável das contas externas em 2015 permite que os ativos externos líquidos de São Tomé no final de julho correspondam a 6,2 meses do valor das importações de bens e serviços programadas para o corrente ano, o nível mais elevado dos últimos anos.

Numa economia de pequena dimensão como a de São Tomé e Príncipe, em que o setor privado apresenta um peso pouco expressivo, **a condução das finanças públicas tem uma especial relevância na determinação do comportamento macroeconómico**. Nos anos mais recentes (nomeadamente desde a adoção do regime cambial instituído em 2010) a gestão da política orçamental tem tido como principal preocupação procurar assegurar a manutenção dos principais equilíbrios macroeconómicos, quer internos, quer externos, o que, em termos gerais, tem sido conseguido.

Em 2014 essa preocupação foi tendencialmente respeitada, tendo **as despesas públicas correntes sido contidas dentro das margens orçamentais**, uma vez que o excesso das despesas com pessoal foi compensado por alguma parcimónia na componente de transferências e subsídios. Já as despesas de investimento ficaram bastante aquém dos valores previstos no orçamento pois, como já tinha acontecido frequentemente no passado, muitos dos donativos previstos para financiamento de projetos não se concretizaram. Os problemas de atrasos nos pagamentos (quer do Estado a fornecedores, quer de alguns sujeitos fiscais ao Tesouro) mantiveram-se, dando continuidade a uma situação que de há muito as autoridades santomenses tentam superar.

As **receitas públicas correntes ficaram algo aquém do orçamentado**, (grau de execução de 91 por cento), nomeadamente na componente de impostos indiretos (receitas aduaneiras), o que é algo contraditório face ao aumento verificado nas importações. Como se referiu anteriormente, o valor efetivo dos donativos para projetos ficou abaixo das expetativas, ao contrário dos donativos para apoio direto ao orçamento, que superaram o valor previsto.

Como resultado conjunto destes comportamentos das receitas e das despesas públicas, **o saldo orçamental global e o saldo primário interno registaram em 2014 valores negativos mais acentuados que no ano anterior** (-6,4 e -3,6 por cento, respetivamente), tendo o seu financiamento sido assegurado principalmente através de empréstimos contraídos no exterior, nomeadamente um empréstimo concedido pelas autoridades angolanas. Pelo facto deste empréstimo não possuir o grau de concessionalidade estabelecido no programa celebrado com o FMI para o triénio 2012-2015, o referido programa foi cancelado. Entretanto, em julho deste ano, um novo programa, a vigorar entre 2015 e 2018, foi aprovado pelo FMI, no valor de 6,2 milhões de dólares, no quadro da *Extended Credit Facility* (*ECF*) daquela instituição.

No final do passado mês de junho foi lançado um **programa de Bilhetes do Tesouro** para financiamento público e absorção da liquidez existente no sistema bancário.

O **crescimento da massa monetária em 2014 esteve sensivelmente em linha com os valores programados**, embora nessa evolução o peso dos ativos externos tenha tido mais expressão do que o crédito bancário à economia (que aliás decresceu em termos absolutos ao longo de 2014, tendo recuperado na primeira metade de 2015). O comportamento do crédito reflete problemas evidenciados por algumas instituições bancárias locais (deficientes práticas de concessão de crédito e de gestão do risco) que obrigaram o banco central a intervir em duas delas em 2014 e 2015. O nível de crédito em incumprimento é motivo de alguma preocupação, tendo dado origem a uma situação de rendibilidade negativa para o conjunto do setor bancário.

A estabilidade cambial entre a moeda local e as moedas dos principais parceiros comerciais é assegurada pelo regime de *peg* face ao euro, elemento que tem sido o principal fator do processo de desinflação. Naturalmente que o *peg* não impede as oscilações da dobra face ao USD (que em 2014 e 2015 foram no sentido de uma apreciação da moeda americana), a que se adiciona a flutuação face à moeda angolana, igualmente relevante, dado o peso de Angola como origem de importações de São Tomé e Príncipe (embora essencialmente de combustíveis, cujo preço é denominado em USD).

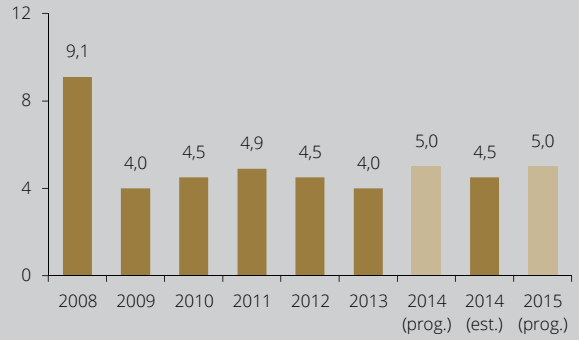
Quadro 53 • Principais indicadores económicos

	2010	2011	2012	2013	2014		2015
	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
PIB real (t.variação anual)	4,5	4,9	4,5	4,0	5,0	4,5	5,0
Inflação (t.variação homóloga)	12,9	11,9	10,4	7,1	6,0	6,4	5,2
Massa monetária (t.variação anual)	25,1	10,5	20,0	14,3	10,3	16,5	15,0
Balança corrente (% do PIB)	-43,8	-42,9	-38,0	-27,7	-31,3	-31,8	-30,7
Balança corrente e de capital (% do PIB)	-23,1	-25,4	-23,1	-17,9	-18,9	-23,0	-15,0
Saldo orçamental (% do PIB)	-10,5	-12,6	-10,9	-2,0	-14,6	-6,4	-8,9
Saldo primário interno (% do PIB)	-4,6	-3,0	-3,3	-2,7	-3,0	-3,6	-2,7
Dívida pública externa (% do PIB)	81,0	76,8	83,3	75,4	–	72,3	–

Fontes (também dos gráficos seguintes): Banco Central de São Tomé e Príncipe, Minist. das Finanças e da Admin. Pública de São Tomé e Príncipe e Fundo Monetário Internacional

Gráfico 53 • PIB real

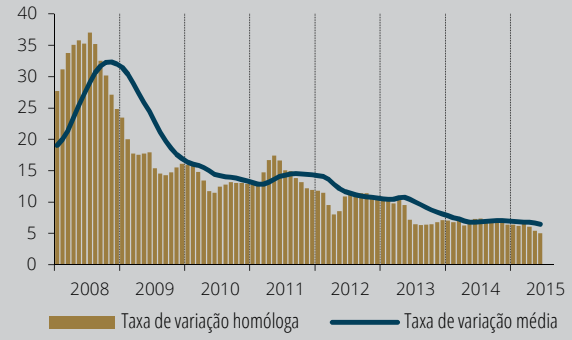
Taxas de variação anuais, em %



O crescimento económico de São Tomé e Príncipe melhorou ligeiramente face ao ano anterior, para o que terá contribuído o aumento das exportações de bens (cacau) e de serviços (turismo); esse crescimento ficou no entanto aquém das previsões.

Gráfico 54 • Inflação

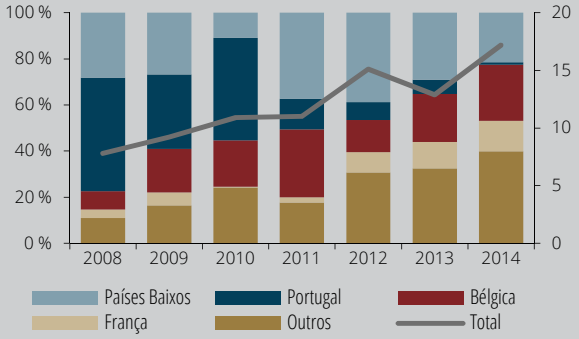
Variação anual do IPC, em %



A continuada redução da inflação desde 2008 tem constituído o aspeto mais positivo do comportamento da economia santomense. Essa dinâmica vem persistindo em 2015, embora os níveis de inflação em São Tomé ainda sejam superiores aos dos seus parceiros comerciais.

Gráfico 55 • Exportações de mercadorias

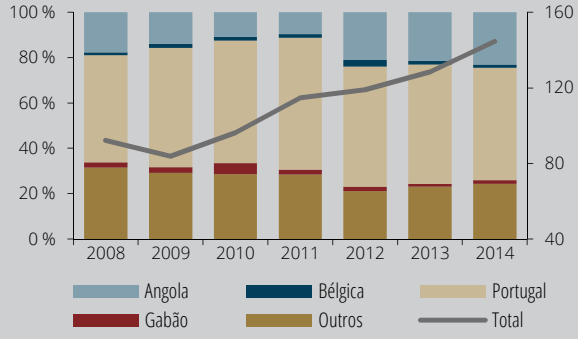
Destinos em %, total em milhões USD



Após a quebra registada em 2013, as exportações santomenses registaram um crescimento significativo em 2014, impulsionadas pelas vendas de cacau. Nos últimos quatro anos Portugal tem perdido expressão enquanto destino das exportações santomenses.

Gráfico 56 • Importações de mercadorias

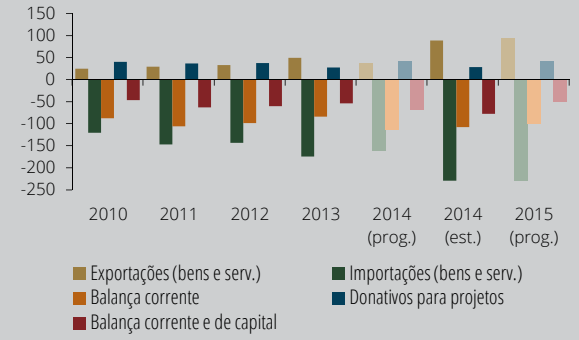
Origem em %, total em milhões USD



Desde 2009 que o valor das importações tem apresentado uma trajetória de marcado crescimento. Apesar do aumento das importações de combustíveis (provenientes de Angola), Portugal continua a ser o principal fornecedor de São Tomé e Príncipe.

Gráfico 57 • Balança de pagamentos

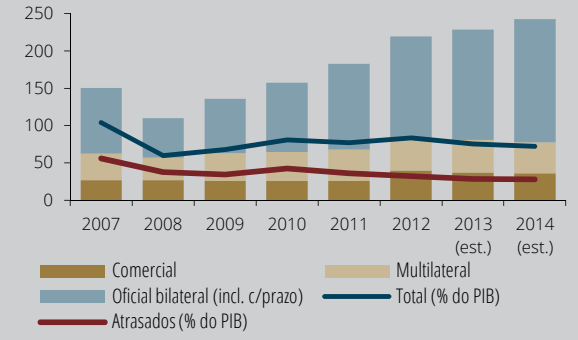
Em milhões de USD



Apesar do significativo aumento das exportações em 2014, o défice das contas externas correntes agravou-se, consequência do maior crescimento das importações. Uma vez mais o valor dos donativos para projetos ficou aquém das expetativas.

Gráfico 58 • Dívida externa

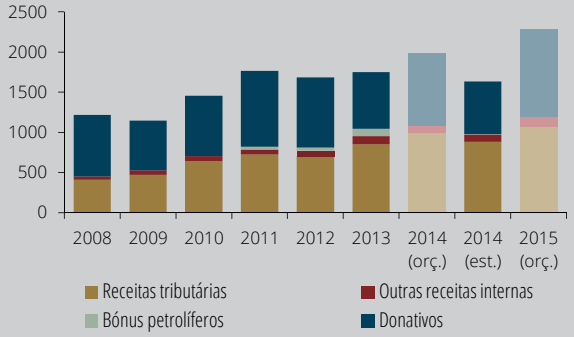
Em milhões de USD



O valor da dívida externa tem crescido moderadamente nos últimos anos, tendo o seu rácio em relação ao PIB estabilizado em cerca de 70 por cento. A componente de atrasados é significativa e não tem mostrado tendências de redução.

Gráfico 59 • Receitas públicas

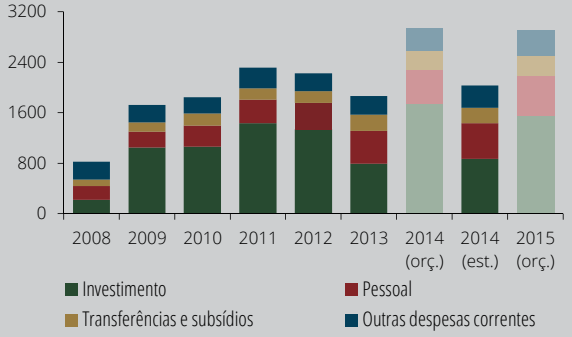
Em mil milhões de Dobras



A menor expressão dos donativos em 2014 e a ausência de receitas relacionadas com a celebração de contratos de exploração de petróleo determinaram uma quebra nas receitas públicas em 2014, situação que se espera ver superada no presente ano.

Gráfico 60 • Despesa pública

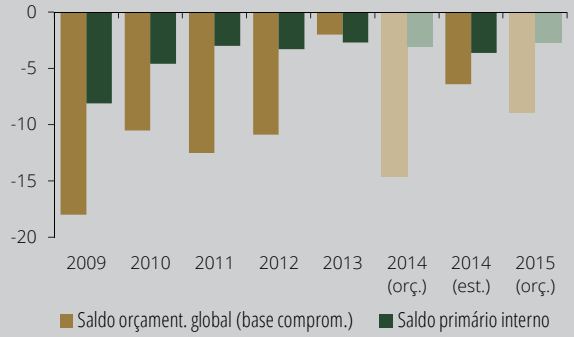
Em mil milhões de Dobras



À semelhança dos anos anteriores, as despesas de investimento em 2014 ficaram muito aquém dos valores orçamentados (e do realizado nos anos de 2011 e 2012), o que em parte se deve a dificuldades na concretização do financiamento externo.

Gráfico 61 • Saldo orçamental

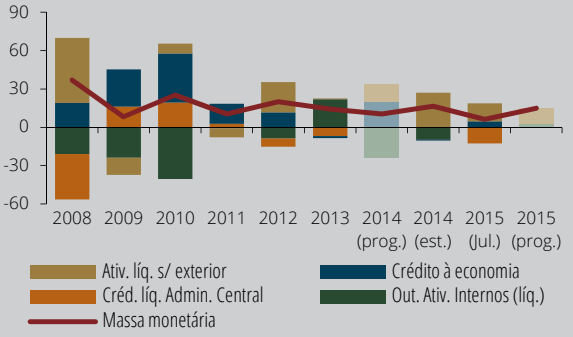
Em % do PIB



Desde a implementação do novo regime cambial (2010), o défice primário interno (principal referência da política orçamental) tem ficado contido em torno dos 3 por cento, condição considerada necessária para o adequado funcionamento desse regime.

Gráfico 62 • Fatores de variação de liquidez

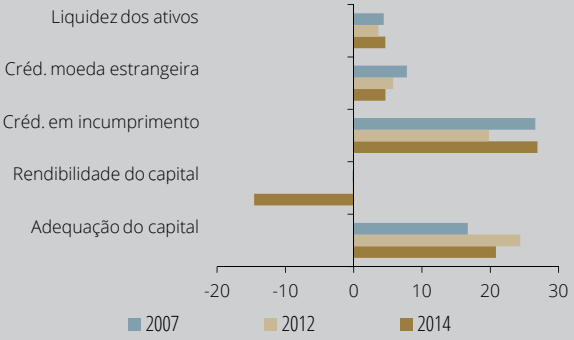
Variações em % do valor inicial de massa monetária



Em 2014 o crescimento dos ativos líquidos sobre o exterior determinou um crescimento mais acentuado da massa monetária; na primeira metade de 2015 o efeito desse crescimento dos ativos sobre o exterior tem sido contrariado pelo aumento dos depósitos do Governo.

Gráfico 63 • Indicadores de solidez financeira

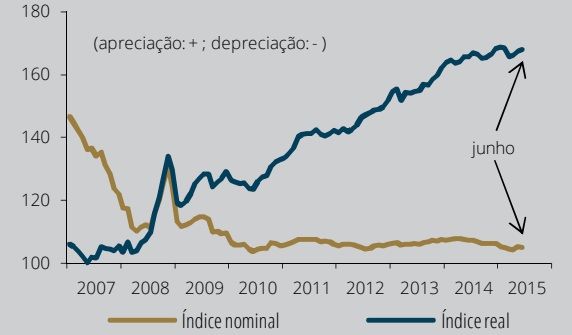
Rácios do sistema bancário



Algumas instituições bancárias vinham apresentando recorrentemente níveis elevados de crédito em incumprimento e situações de rendibilidade negativa dos fundos próprios, o que determinou a necessidade de intervenção do BCSTP.

Gráfico 64 • Taxa de câmbio efetiva

Índices base 100: Jan.1999, médias mensais



A estabilidade cambial nominal tem imperado desde 2010 (ano da implementação do regime de *peg* ao Euro); a inflação em S. Tomé e Príncipe, apesar de decrescente, ainda é superior à dos seus parceiros comerciais, prejudicando a competitividade da economia.

Quadro 54 • Indicadores económicos

		2009	2010	2011	2012	2013	2014		2015	
							Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços										
PIB nominal	mil milhões Dobras	3185	3719	4376	4952	5582	6524	6273	7064	
	milhões de EUR	141,5	151,8	178,6	202,1	227,8	266,3	256,0	288,3	
	milhões de USD	196,5	200,2	246,5	259,7	302,6	359,1	337,8	325,6	
PIB real	tx. variação anual	4,0	4,5	4,9	4,5	4,0	5,0	4,5	5,0	
Inflação	t.v. homóloga	16,1	12,9	11,9	10,4	7,1	6,0	6,4	5,2	5,0 jun.
	t.v. média anual	17,0	13,3	14,3	10,6	8,1	7,1	7,0	5,8	6,5 jun.
Finanças públicas										
Receitas totais	% do PIB	36,1	39,2	40,3	34,0	31,4	30,5	26,0	32,3	
Receitas correntes	% do PIB	16,6	19,0	18,0	15,6	17,1	16,5	15,5	16,9	
Donativos	% do PIB	19,5	20,2	21,5	17,7	12,6	14,0	10,5	15,3	
Despesas totais	% do PIB	54,1	49,7	52,9	45,0	33,4	45,1	32,4	41,2	
dq: Desp. correntes	% do PIB	20,2	20,6	19,4	17,7	18,9	17,9	18,5	18,2	
Desp. de investimento	% do PIB	32,9	28,5	32,8	27,0	14,2	26,7	13,8	22,0	
Saldo primário interno[a]	% do PIB	-8,1	-4,6	-3,0	-3,3	-2,7	-3,0	-3,6	-2,7	
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	-18,0	-10,5	-12,6	-10,9	-2,0	-14,6	-6,4	-8,9	
Saldo global (base caixa)	% do PIB	-18,1	-12,5	-11,2	-9,2	-1,6	-14,6	-4,5	-9,8	
Moeda e crédito										
Crédito líq. à Admin. Central	taxa var. anual	37,7	78,4	63,5	-459,2	-102,7	5,3	-1,3	-0,4	117,8 jul.
Crédito à economia	taxa var. anual	39,1	40,0	14,7	9,6	-0,9	22,3	-1,0	-0,7	6,1 jul.
Massa monetária	taxa var. anual	8,2	25,1	10,5	20,3	14,0	10,3	16,5	15,0	6,3 jul.
Taxa de juro de ref. do BCSTP	taxa anual	16,0	15,0	15,0	14,0	14,0	–	12,0	–	10,0 jul.
Balança de pagamentos										
Exportações f.o.b.	taxa var. anual	17,9	18,5	0,9	37,3	-14,6	25,9	33,3	2,3	
Importações f.o.b.	taxa var. anual	-9,1	14,8	20,3	2,9	8,0	0,6	12,4	-11,9	
Balança comercial (mercad.)	% do PIB	-74,6	-85,3	-104,7	-104,0	-115,8	-112,8	-127,4	-109,8	
Balança de serviços	% do PIB	-4,4	-5,4	-5,3	-2,6	-3,4	-3,2	-3,9	-8,4	
Balança corrente	% do PIB	-40,1	-43,8	-42,9	-38,0	-27,7	-31,3	-31,8	-30,7	
Balança corrente e de capital	% do PIB	3,3	-23,1	-25,4	-23,1	-17,9	-18,9	-23,0	-15,0	
Ativos externos líq. do BCSTP	milhões de EUR	50,9	40,7	36,4	43,3	52,7	55,0	60,1	73,7	
	milhões de USD	73,1	53,7	46,5	56,7	72,1	–	73,7	–	
Dívida pública externa										
Valor total	milhões de USD	136,0	157,4	182,9	219,5	228,4	–	242,5	–	
	% do PIB	67,7	81,0	76,8	83,3	75,4	–	72,3	–	
Serviço da dívida externa	% exportações	78,4	35,2	47,5	52,0	78,9	–	nd	–	
Taxas de câmbio										
Taxa de câmbio EUR / STD	tx. média anual	22 510	24 500	24 500	24 500	24 500	24 500	24 500	24 500	24 500 ago.
Taxa de câmbio USD / STD	tx. média anual	16 208	18 574	17 754	19 211	18 618	18 169	18 594	21 693	22 064 ago.
ITCE[b] nominal (apreciação: +)	tx. variação anual	-4,0	-6,1	1,5	-1,4	1,0	–	0,5	–	-2,1 jun.
ITCE[b] real (apreciação: +)	tx. variação anual	9,7	2,2	9,8	4,6	6,8	–	6,0	–	1,4 jun.

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e da Administração Pública de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cáculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Saldo global (base de compromissos), excluindo donativos, receitas petrolíferas (bónus de assinatura de contratos e outras), juros da dívida e despesas de investimento financiadas com recursos externos. (b) Índice de taxa de câmbio efetiva (ITCE) calculado a partir das taxas de câmbio praticadas para as moedas dos maiores parceiros comerciais.

Quadro 55 • Produto interno bruto

Preços correntes, em mil milhões de Dobras

	2009	2010	2011	2012	2013	2014		2015
						Prog.	Est.	Prog.
Setor Primário	584	715	892					
Agricultura, pecuária, caça e silvicultura	371	456	576					
Pescas	194	237	290					
Indústrias extrativas	19	22	26					
Setor Secundário	550	607	671					
Indústrias transformadoras	215	246	281					
Eletricidade, gás e água	69	73	74					
Construção	266	288	316					
Setor Terciário	2058	2412	2843					
Comércio	750	888	1052					
Alojamento e restauração	43	52	63					
Transportes, armazenagem e comunicações	454	488	525					
Atividades financeiras	394	462	542					
Ativ. imobiliárias, alugueres e serviços a empresas	135	155	179					
Administração pública, defesa e segurança social	109	128	151					
Educação	15	18	21					
Saúde e ação social	9	11	15					
Outras atividades	149	210	295					
SIFIM (Serv. de intermed. financ. indir. medidos)	-281	-366	-478					
Impostos Indiretos	273	349	447					
Produto Interno Bruto p.m.	3185	3719	4376	4952	5582	6524	6273	7064
Consumo	2984	3859	4253					
Privado	2476	3313	3579					
Público	508	546	674					
Investimento	1547	1802	2173					
Privado	606	710	872					
Público	941	1092	1301					
Procura Interna	4532	5661	6427					
Exportações de bens e serviços	318	450	512	629	902	665	1640	2029
Procura Global	4850	6111	6939	7551	9122	9429	10 750	11 863
Importações de bens e serviços	1665	2392	2563	2599	3540	2905	4477	4799
Para memória:								
PIBpm (taxa de variação real, em %)	4,0	4,5	4,9	4,5	4,0	5,0	4,5	5,0
PIBpm (taxa de variação nominal, em %)	18,1	16,8	17,7	13,2	12,7	16,9	12,4	12,6
PIB nominal (milhões de EUR; pr. correntes)	141,5	151,8	178,6	202,1	227,8	266,3	256,0	288,3
PIB nominal (milhões de USD; pr. correntes)	196,5	200,2	246,5	259,7	302,6	359,1	337,8	325,6

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e da Administração Pública de São Tomé e Príncipe e Fundo Monetário Internacional.

Quadro 56 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]
2004	Dezembro		15,2	13,3
2005	Dezembro		17,2	17,2
2006	Dezembro		24,6	23,1
2007	Dezembro		27,6	18,5
2008	Dezembro		24,8	32,0
2009	Dezembro		16,1	17,0
2010	Dezembro		12,9	13,3
2011	Dezembro		11,9	14,3
2012	Dezembro		10,4	10,6
2013	Dezembro		7,1	8,1
2014	Dezembro		6,4	7,0
2013	Janeiro	0,4	10,4	10,5
	Fevereiro	0,7	10,5	10,4
	Março	-0,3	9,8	10,5
	Abril	1,7	10,7	10,7
	Maio	0,3	9,6	10,8
	Junho	0,2	7,2	10,4
	Julho	0,2	6,5	10,0
	Agosto	0,5	6,4	9,6
	Setembro	0,3	6,4	9,1
	Outubro	0,6	6,5	8,7
	Novembro	1,0	6,8	8,4
	Dezembro	1,5	7,1	8,1
	Dezembro (prog.)		8,0	9,0
2014	Janeiro	0,3	7,0	7,8
	Fevereiro	0,5	6,8	7,5
	Março	0,2	7,4	7,3
	Abril	0,7	6,3	7,0
	Maio	0,9	6,9	6,8
	Junho	0,6	7,3	6,8
	Julho	0,3	7,4	6,9
	Agosto	0,2	7,1	6,9
	Setembro	0,2	7,1	7,0
	Outubro	0,8	7,3	7,0
	Novembro	0,5	6,7	7,0
	Dezembro	1,2	6,4	7,0
	Dezembro (prog.)		6,0	7,1
2015	Janeiro	0,3	6,4	6,9
	Fevereiro	0,3	6,2	6,9
	Março	0,5	6,5	6,8
	Abril	0,3	6,1	6,8
	Maio	0,3	5,4	6,6
	Junho	0,1	5,0	6,5
	Dezembro (prog.)		5,2	5,8

Fontes: BCSTP, Minist. das Finanças e da Administr. Pública de São Tomé e Príncipe, FMI e cálculos do Banco de Portugal.
Notas:[1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 57 • Balança de pagamentos

Em milhões de USD

	2009	2010	2011	2012	2013	2014		2015
					Est.	Prog.	Est.	Prog.
1. Balança corrente	-78,8	-87,6	-105,7	-98,8	-83,7	-112,3	-107,4	-99,9
1.1. Balança comercial	-74,6	-85,3	-104,7	-104,0	-115,8	-112,8	-127,4	-109,8
Exportações (f.o.b.)	9,2	10,9	11,0	15,1	12,9	16,2	17,2	17,6
das quais: Cacau	5,4	4,3	5,3	5,3	5,4	5,1	9,1	10,6
Reexportações	3,0	5,2	5,1	8,8	5,9	9,6	7,0	7,1
Importações (f.o.b.)	-83,8	-96,2	-115,7	-119,1	-128,6	-129,0	-144,6	-127,4
das quais: Bens alimentares	-29,0	-25,5	-33,6	-34,7	-38,4	-35,6	-42,5	-31,5
Bens de investimento	-30,0	-36,0	-40,2	-36,4	-38,5	-41,1	-30,3	-46,8
Combustíveis	-14,7	-15,2	-26,6	-28,7	-38,2	-30,9	-41,1	-30,6
1.2. Balança de serviços	-8,6	-10,9	-13,0	-6,7	-10,2	-11,6	-13,2	-27,5
Exportações	10,4	13,4	18,4	17,9	36,1	19,1	71,6	74,7
das quais: Viagens e turismo	8,3	11,1	15,6	12,6	30,6	14,2	57,3	60,3
Importações	-19,0	-24,3	-31,4	-24,6	-46,3	-30,8	-84,9	-102,2
das quais: Fretes e seguros	-15,4	-19,2	-23,1	-19,3	-18,8	-22,1	-23,5	–
1.3. Balança de rendimentos	-0,3	-0,4	-0,4	-2,2	2,1	-1,5	7,6	8,3
Crédito	1,6	1,9	1,9	1,0	nd	2,1	nd	–
Débito	-1,9	-2,3	-2,3	-3,2	nd	-3,6	nd	–
do qual: Juros da dívida programados	-1,4	-1,6	-1,7	-1,9	-2,3	-1,9	-2,4	-1,4
1.4. Transferências correntes	4,6	9,0	12,4	14,1	40,1	13,6	25,6	29,1
Transferências privadas	-0,9	3,0	2,8	4,9	24,6	11,5	23,3	26,9
das quais: Remessas de emigrantes	2,0	6,4	6,9	6,4	26,1	13,2	25,2	–
Transferências oficiais	5,6	6,0	9,6	9,2	15,5	2,2	2,3	2,2
2. Balança de capital e financeira	71,4	70,3	110,8	103,6	98,2	112,5	105,4	113,9
2.1. Balança de capital	85,2	41,3	43,0	38,7	29,4	44,6	29,6	51,0
Transferências de capital	85,2	41,3	43,0	38,7	29,4	44,6	29,6	51,0
das quais: Alívio da dívida	52,8	0,0	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Donativos para projetos	26,1	40,1	36,9	37,3	27,5	42,1	28,8	40,0
2.2. Balança financeira	-13,7	29,0	67,8	64,9	68,8	67,9	75,8	62,9
Admin. pública – Empréstimos de m/l prazo	-28,8	12,6	19,9	19,2	2,5	43,2	28,1	33,5
dos quais: Desembolsos	28,6	18,2	29,2	26,1	6,1	47,9	31,5	35,4
Amortizações	-57,4	-5,7	-9,4	-6,9	-3,6	-4,7	-2,1	-1,8
Outros ativos (líq.)	32,6	45,0	40,7	51,2	27,2	24,7	11,8	21,3
dos quais: Investimento direto estrangeiro	15,3	50,5	33,9	22,1	10,5	9,7	22,0	17,0
do qual: Bónus (contratos petrolíferos)	0,0	0,0	2,0	2,0	5,0	0,0	0,1	0,0
Capitais de curto prazo, erros e omissões	-17,6	-28,6	7,2	-5,5	39,1	0,2	35,9	8,1
3. Balança Global: (1) + (2)	-7,3	-17,2	5,1	4,7	14,5	0,2	-2,1	14,0
4. Financiamento	7,3	17,2	-5,1	-4,7	-14,5	2,1	2,1	-14,0
Variação das reservas cambiais, excl. CNP[a] (aumento: -)	4,4	14,7	-4,6	-4,5	-12,4	0,9	0,4	-16,0
Conta Nacional do Petróleo (aumento: -)	2,4	1,9	-0,5	-0,8	-3,2	0,7	2,3	1,9
Utilização de recursos do FMI (líq.)	0,5	0,6	0,0	0,6	1,1	0,5	-0,7	0,1
5. Diferencial de financiamento: (4) + (5)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,3	0,0	0,0
Para memória:								
Balança Corrente (em percentagem do PIB)	-40,1	-43,8	-42,9	-38,0	-27,7	-31,3	-31,8	-30,7

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Não inclui a Conta Nacional do Petróleo

Quadro 58 • Distribuição das exportações de mercadorias

Em percentagem do total

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
França	6,5	6,3	3,7	5,5	0,3	2,3	8,8	11,6	13,2
Bélgica	14,2	16,8	7,9	18,9	20,2	29,5	13,9	20,7	24,4
Países Baixos	26,9	13,3	28,2	26,8	10,9	37,4	38,8	29,1	21,4
Portugal	33,1	44,9	49,2	32,3	44,4	13,2	7,7	6,2	1,1
Gabão	0,8	0,8	0,4	0,7	0,3	1,8	1,1	0,9	0,2
Outros	18,6	18,0	10,6	15,8	23,9	15,8	29,7	31,5	39,7
Valor das Exportações[a]	7,7	6,8	7,8	9,2	10,9	11,0	15,1	12,9	17,2

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e da Administr. Pública de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Em milhões de USD

Quadro 59 • Distribuição das importações de mercadorias

Em percentagem do total

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Angola	18,3	20,1	22,9	14,8	12,1	9,6	21,9	24,3	27,2
Bélgica	4,6	2,3	1,7	1,9	1,8	1,7	3,3	1,9	1,7
China	0,3	1,7	0,9	1,4	2,4	2,0	1,4	1,6	2,8
França	1,1	0,3	0,2	0,7	5,0	2,4	0,6	0,7	0,6
Gabão	3,5	2,2	3,0	2,7	5,3	2,0	2,1	1,4	2,0
Japão	0,7	0,2	0,8	4,4	1,2	2,5	1,5	1,4	0,4
Países Baixos	0,8	1,4	0,1	0,4	0,5	0,3	0,4	0,3	0,9
Portugal	63,6	66,2	61,3	56,4	60,9	58,9	55,7	59,8	58,5
Outros	7,1	5,6	9,1	17,3	10,8	20,6	13,1	8,6	5,9
Valor das Importações[a]	59,2	64,9	92,2	83,8	96,2	115,7	119,1	128,6	144,6

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e da Administr. Pública de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Em milhões de USD

Quadro 60 • Dívida pública externa

Em milhões de USD

	2009	2010	2011	2012	2013 Est.	2014 Est.
1. Dívida de Médio e Longo Prazo	122,6	139,7	155,2	179,7	188,6	202,6
da qual: Atrasados	65,7	69,1	67,7	81,6	82,7	85,7
1.1 Dívida Multilateral	37,0	38,6	42,1	41,0	43,7	41,5
da qual: Atrasados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BADEA	4,2	5,1	5,8	5,9	5,8	7,1
BAD/FAD	2,2	3,2	2,2	2,1	5,5	5,3
BEI	2,1	1,4	0,9	0,9	0,6	0,3
FIDA	5,7	6,5	7,9	8,0	7,7	6,9
FMI	4,4	5,0	4,9	5,5	6,0	4,6
IDA	13,7	13,4	14,9	14,1	14,0	14,0
OPEP	4,7	4,0	5,5	4,5	4,1	3,3
1.2 Dívida Oficial Bilateral	59,8	75,3	87,3	98,9	107,7	125,1
da qual: Atrasados	39,9	43,3	41,9	41,9	45,5	49,6
1.2.1 Membros do Clube de Paris	0,2	0,9	0,9	0,9	1,0	1,1
da qual: Atrasados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alemanha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bélgica	0,2	0,9	0,9	0,9	1,0	1,1
Espanha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
França	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rússia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1.2.2 Outros credores oficiais	59,6	74,4	86,4	98,0	106,7	124,0
da qual: Atrasados	39,9	43,3	41,9	41,9	45,5	49,6
Angola	32,0	32,0	32,0	32,0	32,0	49,0
Argélia	1,3	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0
China	17,0	17,0	17,3	17,3	18,6	18,8
ex-Jugoslávia	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8
Portugal	0,4	13,4	28,2	39,8	47,3	47,3
1.3 Dívida Comercial	25,8	25,8	25,8	39,7	37,2	36,1
da qual: Atrasados	25,8	25,8	25,8	39,7	37,2	36,1
Itália	25,8	25,8	25,8	25,8	24,3	24,3
MSF				7,4	6,4	5,4
Outros				6,5	6,5	6,4
2. Dívida de Curto Prazo	13,4	17,7	27,7	39,8	39,8	39,8
da qual: Atrasados	3,4	13,4	17,7	3,4	3,4	7,7
Angola	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4
Brasil	0,0	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3
Guiné Equatorial	0,0	0,0	0,0	2,1	2,1	2,1
Nigéria	10,0	10,0	20,0	30,0	30,0	30,0
Dívida Pública Externa Total [1 + 2]	136,0	157,4	182,9	219,5	228,4	242,5
da qual: Atrasados	69,1	82,5	85,4	85,0	86,1	93,4
Para memória:						
Serviço da dívida externa programado (em % das exportações de bens e serviços)	78,4	35,2	47,5	52,0	78,9	–
Dívida pública externa total (em % do PIB)	67,7	81,0	76,8	83,3	75,4	72,3
Atrasados totais (em % do PIB)	34,4	42,5	35,9	32,3	28,4	27,9

Fontes: BCSTP, Ministério das Finanças e da Administr. Pública de São Tomé e Príncipe, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 61 • Operações financeiras do Estado

Em mil milhões de Dobras

	2010	2011	2012	2013	2014			2015
					Orç.	Est	g.ex.[a]	Orç.
1. Receitas Totais	1459	1765	1685	1750	1988	1634	82,2	2280
1.1. Receitas correntes	707	787	771	956	1076	975	90,6	1196
Receitas tributárias	647	726	704	854	999	881	88,2	1073
Impostos diretos	181	235	222	282	300	300	100,1	353
Impostos indiretos	374	355	388	460	569	490	86,1	620
dos quais: Receitas aduaneiras	312	299	334	398	496	407	82,1	515
Outras receitas tributárias	91	136	93	112	130	92	71,0	100
Receitas não-tributárias	60	61	67	102	77	94	121,7	123
1.2. Donativos	752	942	876	704	912	657	72,0	1084
Donativos para projetos	699	817	706	509	778	541	69,5	730
Outros donativos (inclui apoio OGE)	20	77	142	173	88	103	117,0	220
Donativos associados ao alívio da dívida	33	49	28	22	46	13	28,3	134
1.3. Bónus de assinatura (contratos petrol.)	0	35	39	90	0	2	–	0
2. Despesas Totais	1847	2317	2226	1864	2943	2033	69,1	2909
2.1. Despesas correntes	767	851	875	1056	1171	1159	99,0	1284
Despesas com o pessoal	338	369	419	521	542	569	105,0	631
Bens e serviços	191	234	198	216	229	230	100,4	229
Subsídios e transferências	193	181	190	256	304	245	80,6	315
Juros da dívida pública	16	24	30	28	37	28	75,7	31
Outras despesas correntes	29	43	39	34	58	86	148,3	78
2.2. Despesas de investimento	1060	1437	1336	790	1742	865	49,7	1556
Com financiamento interno	87	65	74	60	108	58	53,7	63
Com financiamento externo	972	1373	1262	730	1634	807	49,4	1493
2.3. Despesas sociais financ. p/ Inic. HIPC	21	29	14	17	31	10	32,3	70
3. Saldo global (base de compromissos) [1] - [2]	-389	-552	-540	-114	-955	-399	41,8	-629
4. Variação de Atrasados [redução: -]	0	59	33	-22	0	89	–	-63
Atrasados externos (juros)	0	0	0	0	0	0	–	0
Atrasados internos	0	59	33	-22	0	89	–	-63
5. Valores em trânsito, erros e omissões	-77	5	51	47	0	29	–	0
6. Saldo global (base de caixa) [3] + [4] + [5]	-466	-488	-456	-89	-955	-281	29,4	-692
7. Financiamento	466	488	456	89	955	281	29,4	692
7.1. Financiamento interno	184	11	-86	50	0	-44	–	0
Crédito bancário líquido (excl. CNP[b])	166	11	-86	-71	0	-44	–	0
Financiamento não bancário	17	0	0	121	0	0	–	0
7.2. Financiamento externo	246	450	558	94	909	282	31,0	651
Desembolsos para apoio ao OGE	1	1	75	0	0	77	–	0
Desembolsos para projetos	293	528	532	159	974	238	24,4	763
Amortizações programadas (incl. Alívio)	-48	-79	-49	-64	-65	-33	50,8	-112
7.3. Transf. de/para CNP[b] [entradas p/ OGE: +]	36	27	-15	-56	45	42	93,3	40
8. Diferencial de financiamento [6] + [7]	0	0	0	0	0	0	–	0
							–	
Para memória:							–	
Saldo Global, base de compromissos (% do PIB)	-10,5	-12,6	-10,9	-2,0	-14,6	-6,4	–	-8,9
Saldo primário interno (em mil milhões STD)	-172	-133	-163	-150	-196	-223	–	-189
Saldo primário Interno[b] (% do PIB)	-4,6	-3,0	-3,3	-2,7	-3,0	-3,6	–	-2,7

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Minist. das Fiinanças e da Administração Pública de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Grau de execução face ao orçamento, em percentagem; (b) Conta Nacional do Petróleo (CNP); (c) Saldo global (base compromissos), excluindo donativos, receitas petrolíferas (bónus de assinatura e outras), juros da dívida e despesas de investimento financiadas com recursos externos.

Quadro 62 • Síntese monetária

Em mil milhões de Dobras

	2009	2010	2011	2012	2013	2014		Dez. 14 / Dez. 13		2015		Jul. 15 / Dez. 14	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Prog.	Dez.	(A)	(B)	Jul.	Prog.	(A)	(B)
1. Ativos externos líquidos	1279	1364	1263	1630	1648	1947	2230	35,3	27,1	2581	2535	15,7	14,0
1.1. Banco Central	1228	998	891	1062	1292	1347	1474	14,1	8,5	1965	1805	33,3	19,6
1.2. Bancos comerciais	50	367	372	568	356	600	756	112,5	18,6	616	730	-18,5	-5,6
2. Ativos internos líquidos	-145	53	303	250	501	422	278	-44,4	-10,4	80	341	-71,3	-7,9
2.1. Crédito interno líquido	810	1466	1728	1811	1651	2087	1630	-1,3	-1,0	1447	1623	-11,2	-7,3
2.1.1. Créd. líq. Admin. Cent.	-280	-60	-22	-123	-250	-237	-252	0,8	-0,1	-549	-246	117,8	-11,9
2.1.1.1. Crédito bruto à Adm. Central	158	261	267	236	246	229	258	4,7	0,5	333	280	29,3	3,0
2.1.1.2. Depósitos da Admin. Central	-438	-321	-290	-359	-496	-466	-510	2,7	-0,6	-883	-526	73,1	-14,9
2.1.2. Crédito à economia	1090	1526	1750	1934	1902	2325	1882	-1,0	-0,9	1996	1869	6,1	4,6
2.2. Outros ativos e passivos	-955	-1412	-1424	-1561	-1152	-1665	-1352	17,4	-9,3	-1367	-1282	1,2	-0,6
3. Massa monetária	1133	1417	1566	1879	2147	2369	2502	16,5	16,5	2660	2877	6,3	6,3
3.1. Circulação monetária	149	163	177	173	187	170	220	17,5		200	256	-8,9	
3.2. Depósitos à ordem	718	922	955	1070	1404	1462	1582	12,6		1782	1869	12,7	
3.2.1. Em moeda nacional	288	399	493	561	872	823	881	1,0		1079	1017	22,5	
3.2.2. Em moeda estrang.	431	524	462	510	532	639	701	31,7		704	852	0,4	
3.3. Outros depósitos	266	331	434	636	556	738	701	26,0		678	752	-3,2	
3.3.1. Em moeda nacional	116	23	53	184	303	435	465	53,1		493	525	6,0	
3.3.2. Em moeda estrang.	150	308	381	452	253	303	236	-6,6		186	227	-21,4	

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (A) Variação percentual face ao final do ano anterior. (B) Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária (fatores de expansão/contração da liquidez).

Quadro 63 • Taxas de juro

Taxas anuais, em percentagem

	2009	2010	2011	2012	2013	2014				2015	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.
1. Taxa de Referência do BCSTP	16,0	15,0	15,0	14,0	14,0	12,0	12,0	12,0	12,0	10,0	10,0
2. Taxas Ativas											
2.1. Créditos de 91 a 180 dias	31,2	26,8	26,0	26,0	23,0	22,5	22,9	22,7	23,0	23,2	23,4
2.2. Créditos de 181 dias a 1 ano	28,7	27,0	26,0	26,0	23,3	22,4	22,5	22,4	22,9	22,9	23,0
2.3. Créditos a mais de 1 ano	28,0	26,7	26,5	26,5	25,1	24,4	23,8	23,9	24,2	24,2	23,6
3. Taxas Passivas											
3.1. Depósitos até 90 dias	10,2	11,6	12,2	12,2							
3.2.a Depósitos de 91 dias a 1 ano	11,3	13,2	13,7	13,7							
3.2.b Depósitos de 91 a 180 dias					10,0	9,0	8,8	8,3	7,6	5,9	5,7
3.2.c Depósitos de 181 dias a 1 ano					10,1	8,2	9,6	9,2	8,9	7,0	6,6
3.3. Depósitos a mais de 1 ano	Neg.	13,9	12,8	12,8	8,0	9,4	9,4	9,4	9,4	6,8	6,5
Para memória:											
Inflação (t. v. homóloga anual)	16,1	12,9	11,9	10,4	7,1	7,4	7,3	7,1	6,4	6,5	5,0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe.
Nota: Taxas indicativas (apuradas com base na informação bruta disponibilizada pelos bancos). As séries de taxas de juro passivas (depósitos a prazo) apresentam uma descontinuidade de classificação entre os valores anteriores e posteriores a 2012.

Quadro 64 • Indicadores de solidez financeira

Em percentagem

	2012	2013				2014			
	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
Adequação de Capital									
Rácio de capital[a]									
Percentag. de bancos c/ rácio >= 10 %	87,5	87,8	75,0	87,5	75,0	75,0	75,0	75,0	75,0
Percentag. de bancos c/ rácio > 6 % e < 10 %	–	–	12,5	0,0	12,5	12,5	12,5	12,5	0,0
Percentag. de bancos c/ rácio < 6 %	12,5	12,5	12,5	12,5	12,5	12,5	12,5	12,5	25,0
Capital (situação líquida) / Ativos	24,4	22,5	20,4	19,6	18,4	18,0	20,5	19,5	20,8
Qualidade dos ativos									
Emprést. em moeda externa / Emprést. totais	57,9	54,7	49,8	51,1	53,9	53,3	49,0	44,8	46,5
Emprést. em incumprimento [b] / Crédito total	19,8	24,5	25,9	22,9	23,9	24,9	25,9	26,9	26,9
Provisões / Emprést. em situação de atraso	39,4	52,6	41,7	47,5	56,5	47,2	44,1	42,0	44,6
Rendimento e rendabilidade									
Retorno sobre os ativos (ROA)	-0,0	0,0	-0,5	-1,3	-2,1	-1,4	-1,5	-1,9	-2,9
Retorno sobre o Capital (ROE)	-0,2	-0,0	-2,1	-5,5	-9,3	-6,2	-6,9	-9,0	-14,6
Custos / rendimento	97,8	102,9	398,8	442,2	471,1	231,7	159,7	156,2	155,8
Situação de liquidez									
Ativos líquidos / Ativos totais	36,3	38,0	39,3	42,6	40,8	38,4	41,0	43,9	46,2
Ativos líquidos / Responsab. curto prazo	55,9	57,0	59,8	64,3	68,9	59,3	65,5	69,9	72,7
Crédito / Responsabilidades totais	135,8	143,6	61,6	59,4	56,3	53,9	53,9	52,0	48,1
Respons. em moeda externa / Respons. totais	58,5	59,6	28,4	53,8	27,0	28,6	26,4	28,4	28,8
Crédito / Depósitos	102,1	100,1	98,4	91,9	85,8	81,6	81,2	77,6	69,7

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e Fundo Monetário Internacional.
Notas: (a) Rácio entre o capital e os ativos ponderados pelo risco; (b) *Non-performing loans*.

Quadro 65 • Taxas de câmbio

Taxas médias

		Euro / Dobra		USD / Dobra		ITCE[(a)(b)]	
		Tx. Câmbio	Var. anual	Tx. Câmbio	Var. anual	Nominal	Real
2007		18 558	18,7	13 537	8,8	134,6	103,8
2008		21 602	16,4	14 685	8,5	116,9	113,5
2009		22 510	4,2	16 208	10,4	112,2	124,6
2010		24 500	8,8	18 574	14,6	105,4	127,3
2011		24 500	0,0	17 754	-4,4	107,0	139,8
2012		24 500	0,0	19 211	8,2	105,5	146,1
2013		24 500	0,0	18 618	-3,1	106,5	156,1
2014		24 500	0,0	18 594	-3,1	107,0	165,5
2013	Janeiro	24 500	0,0	18 858	-1,5	106,4	154,3
	Fevereiro	24 500	0,0	18 451	-1,2	106,6	155,3
	Março	24 500	0,0	19 030	1,8	105,8	151,7
	Abril	24 500	0,0	18 983	1,2	105,9	154,3
	Maio	24 500	0,0	19 011	-1,3	105,9	154,2
	Junho	24 500	0,0	18 723	-5,0	106,3	154,8
	Julho	24 500	0,0	18 883	-5,8	106,1	155,0
	Agosto	24 500	0,0	18 544	-7,0	106,5	156,9
	Setembro	24 500	0,0	18 511	-3,6	106,7	156,8
	Outubro	24 500	0,0	18 110	-4,8	107,4	158,6
	Novembro	24 500	0,0	18 292	-4,9	107,1	159,8
	Dezembro	24 500	0,0	18 026	-4,3	107,5	162,0
2014	Janeiro	24 500	0,0	18 120	-3,9	107,4	163,8
	Fevereiro	24 500	0,0	18 082	-2,0	107,4	164,6
	Março	24 500	0,0	17 852	-6,2	107,7	163,6
	Abril	24 500	0,0	17 872	-5,9	107,7	164,3
	Maio	24 500	0,0	17 951	-5,6	107,6	165,6
	Junho	24 500	0,0	18 165	-3,0	107,3	165,8
	Julho	24 500	0,0	18 126	-4,0	107,3	166,9
	Agosto	24 500	0,0	18 525	-0,1	106,9	166,4
	Setembro	24 500	0,0	19 078	3,1	106,3	165,1
	Outubro	24 500	0,0	19 467	7,5	106,2	165,5
	Novembro	24 500	0,0	19 788	8,2	106,2	166,5
	Dezembro	24 500	0,0	20 002	11,0	106,3	168,3
2015	Janeiro	24 500	0,0	21 090	16,4	105,3	168,7
	Fevereiro	24 500	0,0	21 745	20,3	105,1	168,6
	Março	24 500	0,0	22 739	27,4	104,5	165,8
	Abril	24 500	0,0	22 612	26,5	104,3	166,2
	Maio	24 500	0,0	21 861	21,8	105,2	167,5
	Junho	24 500	0,0	21 820	20,1	105,1	168,1
	Julho	24 500	0,0	22 452	23,9	–	–
	Agosto	24 500	0,0	22 189	19,8	–	–

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Índice de Taxa de Câmbio Efetiva (ITCE) baseado nas taxas de câmbio praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período de 2005-2009; (b) Um aumento / diminuição do valor do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação / depreciação da Dobra (Base 100: janeiro de 1999)

6. TIMOR-LESTE

Área: 14 954 Km^2

Capital: Dili

População: 1212 milhares
(2014; fonte: Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste)

Moeda: Dólar norte-americano

A economia timorense (setor não-petrolífero) recuperou em 2014 algum do dinamismo que havia perdido em 2013; já a exploração de bens energéticos manteve a trajetória descendente iniciada em 2012, resultante da redução dos volumes de produção, a que mais recentemente se veio adicionar a marcada quebra do preço dos bens petrolíferos. Apesar disso, o valor do Fundo do Petróleo tem continuado a crescer mas num contexto de clara desaceleração, limitando a sua capacidade como a fonte de financiamento do elevado nível de despesas públicas, as quais têm sustentado o consumo (e as consequentes importações).

A componente interna da economia timorense (a qual não inclui o setor petrolífero) **recuperou em 2014** do ligeiro abrandamento verificado em 2013. Estima-se que o crescimento real do setor não-petrolífero tenha atingido 6,6 por cento em 2014, dinâmica que se admite que possa ser mantida em 2015. Já o produto do setor petrolífero (responsável por cerca de dois terços do PIB total) continuou a cair, movimento que se tem vindo a acentuar com a queda do preço deste bem a que se acresce a quebra na produção física das jazidas em exploração, as quais terão atingido o seu máximo de produção em 2012.

A nível da procura interna **o crescimento do consumo privado** (inferido essencialmente pelo comportamento das importações) terá compensado o decréscimo do investimento público. A conclusão de alguns projetos de dimensão muito significativa no domínio da construção de infraestruturas (nomeadamente no setor elétrico) provocou esta retração do investimento. O aumento das transferências de natureza social, que têm um papel muito relevante no nível de rendimento disponível, terá sido o principal fator subjacente ao aumento do consumo (uma vez que o crescimento do emprego no setor privado ainda é pouco relevante).

O crescimento económico dos últimos sete anos tem sido **essencialmente baseado nos setores da construção, dos serviços e da administração pública**; a participação da agricultura e da indústria tem sido muito reduzida, o que coloca sérias dificuldades para a implementação de uma estratégia de desenvolvimento equilibrado e sustentável. Este desequilíbrio tem-se manifestado nomeadamente no continuado aumento das importações, já que a oferta interna se revela incapaz de dar resposta aos crescentes níveis de procura.

A **inflação chegou a apresentar valores negativos** na segunda metade de 2014, resultado do comportamento do preço dos bens importados, uma vez que as moedas dos principais países de proveniência das importações timorenses (Indonésia, Austrália) têm registado fortes depreciações face ao dólar. Apesar dessa depreciação se ter acentuado em 2015, o movimento descendente dos preços parece ter abrandado. A conjugação dessas tendências cambiais com a persistente baixa dos preços internacionais de matérias-primas e bens alimentares poderá dar origem a um novo surto deflacionário na segunda metade deste ano.

Não obstante a marcada redução nas receitas petrolíferas, a **balança corrente continua significativamente excedentária**, (73 por cento do PIB não petrolífero), embora o seu saldo (em valor absoluto e em percentagem do produto não-petrolífero) tenha sido em 2014 menos de metade do verificado no ano anterior. Descontando as receitas do petróleo, a posição externa seria claramente insustentável, até porque as importações se mantêm a um nível muito elevado, enquanto as exportações (nomeadamente de café) caíram em 2014 (tal como havia acontecido no ano anterior).

Cientes da insustentabilidade do atual modelo económico – baseado num crescente papel da despesa pública, nomeadamente face à perspetiva de um célere esgotamento das receitas do petróleo – as autoridades timorenses aprovaram recentemente um **cenário de médio prazo destinado a conter essa dependência e a estabilizar a despesa pública em patamares mais sustentáveis**. No entanto, o orçamento para 2015 (apresentado já a meio deste ano pelo novo governo) ainda mantém um valor de despesas elevado – superior ao do ano anterior – o que se pode revelar inadequado, nomeadamente tendo em conta que o nível de receitas do petróleo (impostos e rendimentos do Fundo do Petróleo) previstas para o presente ano muito dificilmente se materializará.

No entanto, **as recentes preocupações com o fim das receitas petrolíferas não foram suficientes para contrariar o crescimento das despesas com pessoal, em bens e serviços e em transferências correntes** que se tem registado nos últimos anos. Por outro lado, o retorno do investimento em políticas sociais (educação, saúde, etc.) parece tardar, pois a qualificação dos recursos humanos não encontra expressão na criação de empregos compatíveis no setor privado.

Neste enquadramento, ganha especial importância a **gestão dos ativos financeiros do Fundo do Petróleo**, (cujo valor é cerca de 11 vezes superior ao do PIB) pois cada vez mais as disponibilidades orçamentais estarão dependentes do rendimento das suas aplicações; no entanto, a presente conjuntura financeira internacional é particularmente penalizadora para este objetivo, dada a conjugação de muito baixas taxas de juro com níveis elevados de volatilidade dos mercados financeiros. Para este ano de 2015, estimava-se que o valor dos ativos do Fundo pudesse aumentar de 16,5 mil milhões para 18 mil milhões de dólares mas tal objetivo parece de difícil concretização, face ao acréscimo de cerca de 400 milhões que se registava no final de junho.

As **variáveis monetárias** (massa monetária, ativos sobre o exterior e depósitos líquidos do setor público) **continuam a apresentar um comportamento algo errático**, fruto do marcado impacto das operações de transferência de fundos entre o Fundo do Petróleo e a conta do Tesouro. O saldo dos depósitos públicos diminui significativamente quando se procede à transferência de ativos para o Fundo do Petróleo, o que tem como contrapartida uma redução no nível de reservas cambiais oficiais, dado que os ativos do Fundo do Petróleo não fazem parte das mesmas, embora não deixem de integrar a robusta posição credora de Timor face ao exterior. Já os saques sobre o Fundo do Petróleo (e a sua posterior utilização em pagamentos ao setor privado) dão origem a picos de crescimento na massa monetária.

O crédito ao setor privado tem apresentado algum dinamismo, embora continue a ter uma expressão diminuta (pouco mais de 12 por cento do produto). A dolarização (oficial) da economia e a incipiência do setor bancário inibem qualquer tentativa de utilizar a política monetária como efetivo instrumento de política económica. O financiamento bancário expressa-se essencialmente como crédito à construção de habitações e ao consumo, pois as elevadas taxas de juro praticadas (justificadas pelo risco na concessão de crédito) e a ausência (ou incapacidade de aproveitamento) de oportunidades de investimento produtivo dão origem a uma muito reduzida expressão do crédito utilizado na expansão da capacidade de produção.

O **dólar tem apresentado um vincado comportamento de apreciação** face às moedas dos parceiros económicos de Timor, o que mais dificulta as condições de competitividade da economia timorense, já de si prejudicada pela diminuta dimensão do mercado interno e pela carência de recursos financeiros e humanos com as qualificações adequadas.

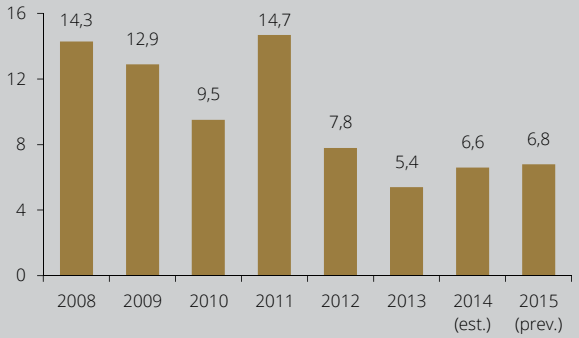
Quadro 66 • Principais indicadores económicos

	2010	2011	2012	2013	2014 Est.	2015 Prev.
PIB total (tx. variação anual real)	-1,4	7,9	-10,4	-10,7	-2,8	-12,3
PIB não-petrolífero (tx. variação anual real)	9,4	14,7	7,8	5,4	6,6	6,8
Inflação (tx.variação homóloga)[a]	9,2	17,4	11,7	4,0	-0,1	1,1
Massa monetária (taxa de variação)[b]	10,4	10,1	26,4	23,1	20,2	-23,7
Balança corrente (% do PIB não-petrolífero)	179	209	210	172	73	–
Saldo orçamental (% do PIB não-petrolífero)	179	220	228	141	67	55
Receitas petrolíferas (% do PIB não-petrolífero)	250	308	312	221	155	142
Fundo do Petróleo (% do PIB não-petrolífero)	738	829	927	1074	1104	1113

Fontes (também dos gráficos seguintes): Banco Central de Timor-Leste, Ministério das Finanças de Timor-Leste e Fundo Monetário Internacional
Notas: (a) O valor de 2015 da inflação corresponde à variação observada no final de julho; (b) O valor de 2015 da massa monetária corresponde à variação observada no final de junho.

Gráfico 65 • PIB não-petrolífero

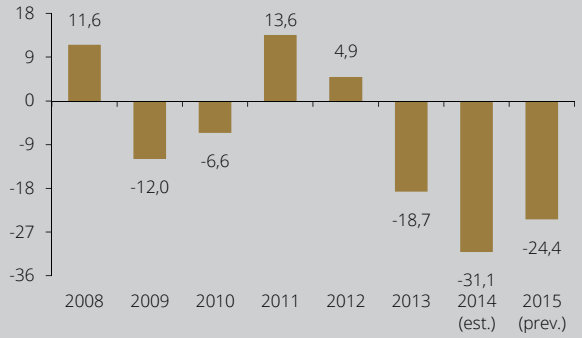
Taxas de variação real anuais, em %



O crescimento económico em Timor-Leste (setor não-petrolífero) aumentou em 2014 face ao ano anterior, embora essa dinâmica seja muito dependente do comportamento das despesas públicas, o que a prazo será insustentável.

Gráfico 66 • PIB petrolífero

Taxas de variação real anuais, em %



A combinação da redução da produção física da jazida de *Bayu-Undan* (principal exploração petrolífera) com a queda do preço do petróleo tem exercido uma forte pressão negativa no PIB deste setor que se transmite ao resto da economia através da queda das receitas fiscais.

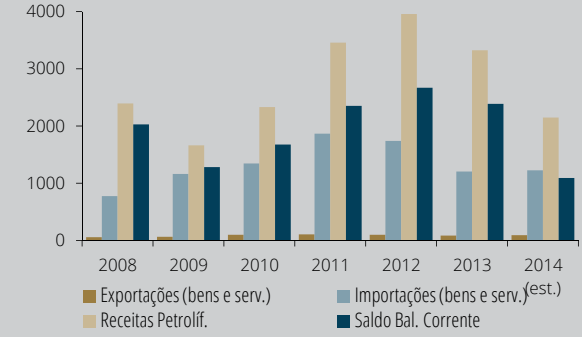
Gráfico 67 • Inflação

Variação anual do IPC, em %

A apreciação do dólar americano face às moedas dos principais parceiros comerciais (fornecedores) de Timor-Leste vem dando origem a uma marcada desaceleração da inflação, tendo mesmo apresentado valores negativos em 2014.

Gráfico 68 • Contas externas

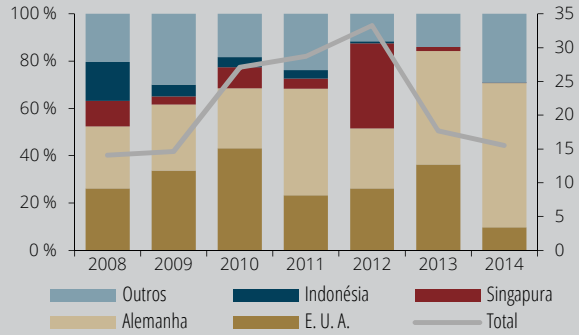
Em milhões USD



Desde 2012 que os excedentes da balança corrente têm vindo a diminuir, fruto do menor nível de receitas petrolíferas e da manutenção de elevados níveis de défice da balança de bens e serviços. As perspetivas para 2015 não são particularmente encorajadoras.

Gráfico 69 • Exportações de mercadorias

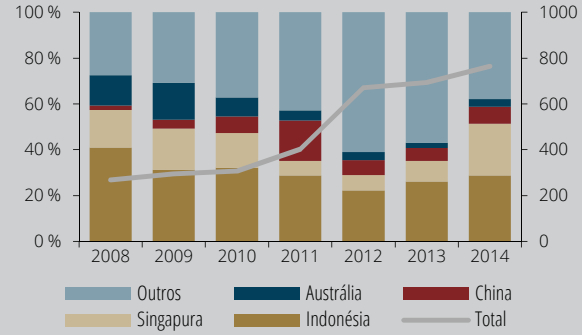
Destinos em %, total em milhões USD



Nos últimos anos, a Alemanha tem sido o principal cliente de Timor-Leste (essencialmente de café), representando no último ano o destino de mais de 60 por cento das exportações. No entanto, as vendas do país ao exterior em 2014 corresponderam a metade do seu valor de 2012.

Gráfico 70 • Importações de mercadorias

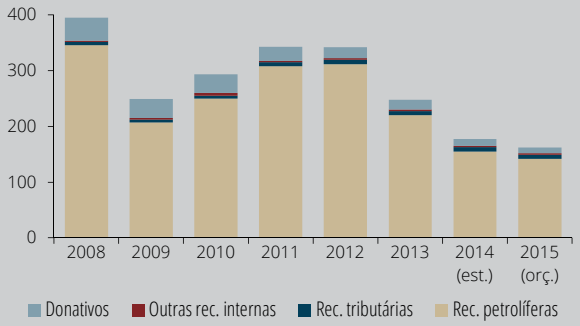
Origens em %, total em milhões USD



Após os anos de 2012 e 2013, em que as compras de bens de equipa-mento alteraram a estrutura das importações por país, em 2014 regressou-se a padrões mais próximos do habitual, o que não evitou que o valor total das compras ao exterior continuasse a subir.

Gráfico 71 • Receitas públicas

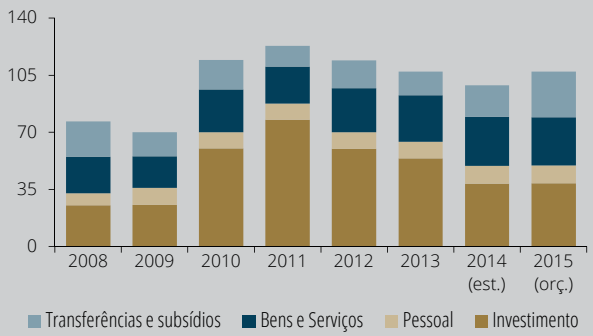
Em % do PIB



As receitas públicas continuaram a trajetória descendente iniciada a partir de 2012, fruto da redução do preço e dos níveis de exploração de petróleo. Esta tendência deve acentuar-se em 2015, dada a queda acentuada do preço dos bens energéticos.

Gráfico 72 • Despesa pública

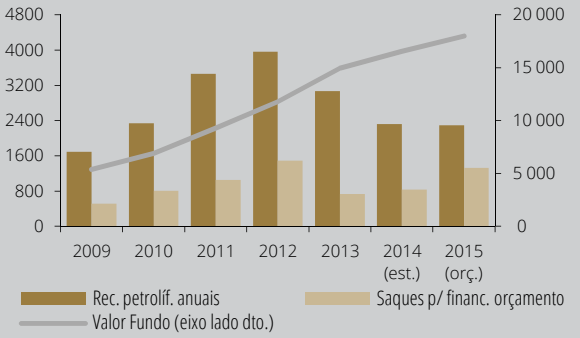
Em % do PIB



Após os anos de grandes investimentos públicos (2010 a 2012) seria de esperar que o nível de despesas públicas diminuísse significativamente. No entanto isso não se está a verificar, apesar das preocupações das autoridades timorenses.

Gráfico 73 • Fundo do petróleo

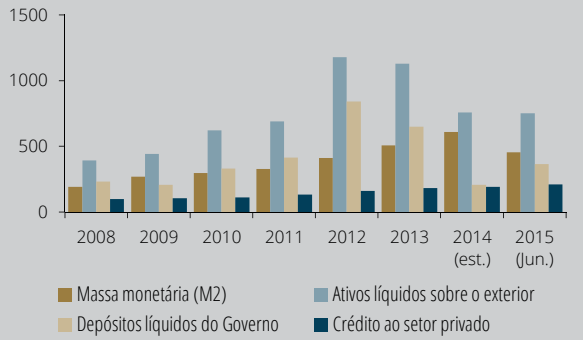
Em milhões de USD



A redução das receitas petrolíferas não tem sido acompanhada nos anos mais recentes por uma menor utilização do Fundo do Petróleo como fonte de cobertura das despesas públicas, pelo que o crescimento do valor deste Fundo está em clara desaceleração.

Gráfico 74 • Agregados monetários

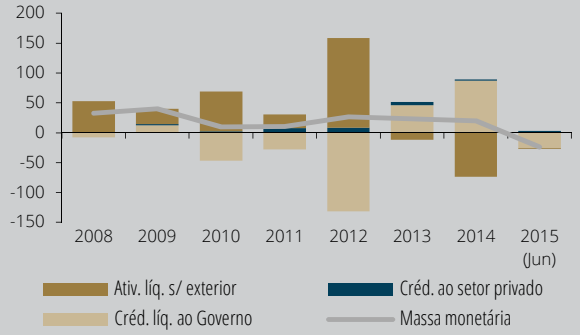
Em milhões de USD



O comportamento das variáveis monetárias é muito afetado pelas transações entre o Fundo do Petróleo e a conta do Tesouro, que condicionam indiretamente a oferta monetária. O crédito ao setor privado vem registando um crescimento regular.

Gráfico 75 • Fatores de variação da liquidez

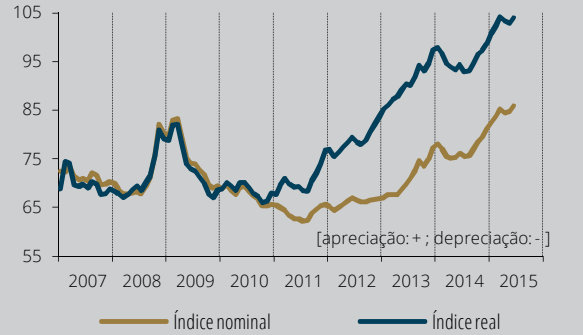
Variações em % do valor inicial da massa monetária



A diminuição dos depósitos do Tesouro no final de 2014 (pagamentos ao setor privado) deu origem a uma redução das disponibilidades sobre o exterior. Essa situação encontra-se parcialmente revertida a meio de 2015, que apresenta igualmente uma queda na massa monetária.

Gráfico 76 • Taxa de câmbio efetiva

Índices base 100: 2001, médias mensais



A apreciação do USD, iniciada em 2011, tem vindo a acentuar-se. Por outro lado a significativa queda da moeda da Indonésia (que se acentuou recentemente) deu novo impulso a esta dinâmica que prejudica ainda mais a potencial competitividade da economia timorense.

Quadro 67 • Indicadores económicos

		2009	2010	2011	2012	2013	2014 Est.	2015 Prev.
Produto e preços								
Rendim. nacional bruto	milhões de USD	2556	3295	4732	4690	4175	3721	3264
PIB total	milhões de USD	3298	4068	5727	5579	4641	4510	3956
	t. var. anual real	-6,7	-1,4	7,9	-10,4	-10,7	-2,8	-12,3
PIB não petrolífero	milhões de USD	818	935	1123	1270	1392	1499	1617
	t. var. anual real	12,9	9,4	14,7	7,8	5,4	6,6	6,8
Inflação	t. var. homóloga	1,8	9,2	17,4	11,7	4,0	-0,1	1,1 jul.
	t. var. média anual	0,7	6,8	13,5	11,8	8,1	0,5	0,4 jul.
Finanças públicas								
Receitas totais	% do PIB não-petr.	249	293	343	343	248	171	162
Receitas internas	% do PIB não-petr.	8,0	10	10	11	10	11	11
Receitas petrolíferas	% do PIB não-petr.	207	250	308	312	221	155	142
Outras receitas	% do PIB não-petr.	34	33	25	20	18	5	10
Despesas totais	% do PIB não-petr.	70	114	123	114	107	104	107
Despesas correntes	% do PIB não-petr.	27	54	45	54	53	65	68
Despesas de investimento	% do PIB não-petr.	43	60	78	60	54	39	39
Saldo global	% do PIB não-petr.	179	179	220	228	141	67	55
Fundo Petrolífero	% do PIB não-petr.	657	738	829	927	1074	1104	1113
Moeda e crédito								
Ativos externos líquidos[b]	milhões de USD	443	622	689	1179	1130	758	751 jun.
	taxa de variação[b]	15,7	40,4	10,8	71,1	-4,2	-33,0	-0,9 jun.
	meses de importaç.	4,8	5,9	4,6	8,5	11,1	7,4	7,3 jun.
Crédito à economia (s. priv.)	milhões de USD	104	110	133	160	182	192	209 jun.
	taxa de variação[b]	5,1	5,8	20,9	20,3	13,8	5,3	8,9 jun.
Depós. líq. setor público	milhões de USD	206	331	413	841	651	207	366 jun.
	taxa de variação[b]	-10,4	60,7	24,8	103,6	-22,6	-68,2	76,6 jun.
Massa monetária	milhões de USD	268	296	326	412	507	610	465 jun.
	taxa de variação[b]	40,3	10,4	10,1	26,4	23,1	20,2	-23,7 jun.
Balança de pagamentos								
Exportação de mercadorias[c]	milhões de USD	15	27	29	33	18	15	
Importações de mercadorias	milhões de USD	-337	-307	-402	-672	-696	-764	
Rendimentos petrolíferos[d]	milhões de USD	1660	2331	3461	3960	3325	2148	
Balança corrente	milhões de USD	1285	1678	2352	2668	2391	1096	
	% do PIB não-petr.	157	179	209	210	172	73	
Balança de cap. e financeira	milhões de USD	-1243	-1505	-2249	-2242	-2545	-1391	
	% do PIB não-petr.	-152	-161	-200	-177	-183	-93	
Balança global	milhões de USD	39	156	55	422	-197	-376	
	% do PIB não-petr.	4,8	16,7	4,9	33,2	-14,1	-25,1	
Taxas de câmbio								
USD / IDR (Indonésia)	taxa média	10 412	9085	8777	9384	10 463	11 913	13 302 jun.
USD / AUD (Austrália)	taxa média	1,3	1,1	1,0	1,0	1,0	1,1	1,3 jun.
ITCE nominal (base 100: 2001)[e]	taxa de variação[b]	-13,5	-5,3	-0,2	1,9	15,6	5,2	5,8 jun.
ITCE real (base 100: 2001)[e]	taxa de variação[b]	-13,3	-1,0	13,1	4,9	16,4	1,3	5,5 jun.

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Banco Indonésia, Banco de Reserva da Austrália, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal
Notas: (a) Não inclui os ativos do Fundo do Petróleo; (b) Taxa de variação face a dezembro anterior; (c) Não inclui as exportações de petróleo / gás; (d) Inclui os pagamentos ao Estado efetuado pelas empresas energéticas e os rendimentos das aplicações do Fundo do Petróleo; (e) Índice da taxa de câmbio efetiva calculado a partir das taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste (apreciação: +; depreciação: -).

Quadro 68 • Produto interno bruto

Preços constantes (2010), em milhões de USD

	2009	2010	2011	2012	2013	2014 Est.	2015 Prev.
Agricultura, pescas e silvicultura	196	191	153	189	190		
Indústria extrativa	3357	3135	3561	3736	3037		
dq: Extração de petróleo e gás natural	3355	3134	3559	3735	3036		
Indústria transformadora	12	11	10	9	9		
Construção	145	155	237	228	209		
Comércio e serviços	364	410	436	479	466		
Comércio (grosso e retalho)	179	187	204	208	201		
Informação e comunicações	32	45	60	72	73		
Atividade financeira	4	3	7	7	8		
Imobiliário	77	84	87	99	94		
Serviços profiss., cient., técnicos e administr.	7	25	28	31	30		
Outros serviços	73	66	64	63	60		
Administração Pública	155	175	197	222	246		
PIB não petrolífero (a custo de fatores)	827	929	1037	1100	1128		
PIB não petrolífero (a preços de mercado)	854	935	1023	1088	1118	1192	1273
PIB não petrolífero (preços correntes)	818	935	1123	1270	1392	1499	1617
PIB total (incl. produção petrolífera, preços constantes)	4209	4068	4582	4823	4154	3730	3603
PIB total (incl. produção petrolífera, preços correntes)	3298	4068	5727	5579	4641	4510	3956
Consumo	1316	1551	1541	1721	1529		
Consumo privado	521	637	685	797	826		
Consumo público	796	914	856	924	702		
Investimento bruto	505	550	759	685	476		
Formação bruta capital fixo	504	549	758	660	472		
Variação de existências	1	1	1	25	4		
Procura Interna	1821	2101	2300	2406	2005		
Exportações de bens e serviços (incl. bens energ.)	2641	3310	5293	4912	3840		
Procura Global	4462	5411	7593	7318	5845		
Importações de bens e serviços	1165	1343	1866	1739	1.204		
Para memória:							
PIB não-petrolífero (em percentagem do PIB total)	24,8	23,0	19,6	22,8	30,0	33,2	40,9
PIB não-petrolífero (variação real, em percentagem)	12,9	9,4	14,7	7,8	5,4	6,6	6,8

Fontes: Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste (Contas Nacionais 2000-2013), Banco Central de Timor-Leste, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 69 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]
2002	Dezembro	–	9,5	
2003	Dezembro	–	4,2	7,2
2004	Dezembro	–	1,8	3,2
2005	Dezembro	–	0,9	1,1
2006	Dezembro	–	7,3	3,9
2007	Dezembro	–	8,6	10,3
2008	Dezembro	–	7,5	9,0
2009	Dezembro	–	1,8	0,7
2010	Dezembro	–	9,2	6,8
2011	Dezembro	–	17,4	13,5
2012	Dezembro	–	11,7	11,8
2013	Dezembro	–	4,0	8,1
2014	Dezembro	–	-0,1	0,5
2013	Janeiro	1,4	9,1	11,3
	Fevereiro	0,6	8,3	11,3
	Março	0,6	9,7	11,4
	Abril	0,4	9,3	11,6
	Maio	0,7	9,2	11,7
	Junho	0,3	9,2	11,9
	Julho	-0,4	8,6	12,0
	Agosto	0,2	8,5	12,0
	Setembro	-0,1	8,0	11,9
	Outubro	0,3	7,1	11,8
	Novembro	0,1	6,1	11,4
	Dezembro	-0,1	4,0	8,1
2014	Janeiro	0,1	2,7	7,5
	Fevereiro	0,0	2,1	7,0
	Março	0,1	1,6	6,3
	Abril	0,1	1,3	5,6
	Maio	-0,8	-0,2	4,8
	Junho	-0,2	-0,7	4,0
	Julho	0,2	-0,1	3,3
	Agosto	0,1	-0,2	2,6
	Setembro	0,1	0,0	1,9
	Outubro	-0,1	-0,4	1,3
	Novembro	0,1	-0,4	0,8
	Dezembro	0,2	-0,1	0,5
2015	Janeiro	0,7	0,5	0,3
	Fevereiro	0,0	0,5	0,1
	Março	0,1	0,5	0,1
	Abril	-0,1	0,3	-0,0
	Maio	-0,1	1,0	0,1
	Junho	0,3	1,5	0,2
	Julho	-0,1	1,1	0,4

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste e cálculos do Banco de Portugal.
Notas:[1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 70 • Balança de pagamentos

Em milhões de USD

	2009	2010	2011	2012	2013	2014 Est.
Balança corrente	1285	1678	2352	2668	2391	1096
Balança comercial	-323	-280	-373	-638	-679	-749
Exportações[a]	15	27	29	33	18	15
dq: Café	8	17	12	19	10	8
Importações	-337	-307	-402	-672	-696	-764
dq: Bens de consumo e intermédios	-279	-257	-303	-506	-552	-606
Bens de capital	-56	-50	-99	-166	-144	-159
Balança de serviços	-776	-961	-1385	-998	-437	-388
Exportações	52	75	79	69	70	74
dq: Viagens	16	31	24	21	29	35
Importações	-828	-1036	-1464	-1068	-508	-462
Balança de rendimentos	1933	2435	3577	3873	3327	2149
dq: Rendimentos petrolíferos[b]	1660	2331	3461	3960	3325	2148
Balança de transferências correntes	451	484	533	432	180	84
dq: Donativos oficiais	444	445	457	395	165	81
Balança de capital e financeira	-1243	-1505	-2249	-2242	-2545	-1391
Balança de capitais	27	31	26	23	20	-3,3
Balança financeira	-1273	-1536	-2275	-2265	-2564	-1387
dq: Aplicação de poupanças petrolíferas	-1330	-1509	-2424	-2465	-2556	-1385
Investim. direto estrangeiro	50	55	14	31	37	21
Fluxos de dívida externa	0	0	0	22	17	21
Valores em trânsito, erros e omissões	-3	-17	-48	-4	-43	-81
Balança global	39	156	55	422	-197	-376
Financiamento	-39	-156	-55	-422	197	376
Variação ativos externos líq. (aumento: -)	-39	-156	-55	-422	197	376
Para memória:	(em percentagem do PIB não petrolífero)					
Rendimentos petrolíferos[b]	203	249	308	312	239	143
Balança corrente	157	179	209	210	172	73
Balança de capital e financeira	-152	-161	-200	-177	-183	-93
Balança global	5	17	5	33	-14	-25

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Não inclui o valor das receitas das exportações petrolíferas, o qual está contabilizado como rendimento proveniente do exterior.
(b) Inclui o rendimento das aplicações financeiras do Fundo do Petróleo.

Quadro 71 • Distribuição das exportações de mercadorias

Em percentagem do total

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
E.U.A.	26,2	33,8	43,2	23,3	26,1	36,3	9,8
Alemanha	26,3	27,9	25,3	45,1	25,4	48,0	60,9
Singapura	10,8	3,4	9,0	4,2	36,0	1,7	0,1
Indonésia	16,4	4,9	4,2	3,7	0,9	0,0	0,2
Portugal	6,3	8,9	4,3	0,9	0,6	0,9	9,1
Austrália	2,1	3,0	4,1	2,3	0,3	3,4	3,0
Japão	5,0	4,7	3,7	5,4	3,8	6,4	6,2
Outros	6,9	13,4	6,1	15,1	6,9	3,2	10,8
Valor das Exportações[(a)]	14,1	14,6	27,1	28,7	33,3	17,7	15,5

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Ministério das Finanças de Timor-Leste e cálculos do Banco de Portugal.
Nota: (a) Em milhões de USD.

Quadro 72 • Distribuição das importações de mercadorias

Em percentagem do total

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Indonésia	40,9	31,2	32,2	28,8	22,2	26,1	28,7
Singapura	16,4	18,1	15,1	6,3	6,8	9,0	22,6
China	2,0	3,9	7,2	17,6	6,5	5,7	7,5
Malásia	4,4	2,7	1,7	4,0	7,7	11,5	6,5
Vietname	6,7	11,7	4,7	2,2	4,6	5,9	6,1
Austrália	13,3	16,0	8,4	4,5	3,5	2,3	3,4
Japão	2,2	2,6	3,4	1,7	3,5	1,6	2,2
Portugal	1,2	3,2	2,4	1,4	1,6	1,8	5,7
Tailândia	2,0	1,1	1,1	2,4	1,7	1,0	3,7
Outros	11,0	9,3	23,8	30,9	41,9	35,2	13,5
Valor das Importações[(a)]	268,6	295,1	307,4	401,9	661,2	696,2	764,2

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Ministério das Finanças de Timor-Leste e cálculos do Banco de Portugal.
Nota: (a) Em milhões de USD.

Quadro 73 • Operações financeiras do Estado

Em milhões de USD

	2010	2011	2012	2013	2014			2015
					Orç.	Est.	g.e.[a]	Orç.
Receitas totais	2744	3854	4351	3455	2564	2560	100	2626
Receitas internas	96	109	138	140	166	160	97	170
Impostos diretos	18	28	37	40	45	44	98	46
Impostos indiretos	32	51	61	61	75	74	99	79
Outras receitas internas	46	30	39	39	46	42	91	45
Receitas petrolíferas[b]	2338	3461	3960	3070	2213	2319	105	2290
Receitas fiscais da exploração petrolíf.	2117	3240	3559	2693	1443	1817	126	1374
Rendim. aplicaç. do Fundo do Petróleo	221	221	401	377	770	502	65	916
Donativos (para projetos e infraestruturas)	309	284	254	245	185	81	44	166
Despesas totais	1070	1381	1451	1492	1685	1553	92	1736
Despesas correntes	506	509	691	739	993	974	98	1107
Despesas com o pessoal	92	112	131	142	177	162	92	178
Despesas em bens e serviços	246	254	342	395	480	449	93	475
Transferências correntes	169	143	219	203	336	292	87	455
Despesas de investimento[c]	564	872	760	753	692	579	84	629
Saldo global	1675	2473	2900	1963	879	1007	115	891
Saldo global (excl. receitas petrolíferas)	-664	-989	-1060	-1107	-1334	-1312	98	-1400
Financiamento	664	989	1060	1107	1334	1208	91	1400
Var. saldos do Tesouro (aumento: -)	-147	-70	-478	190	400	444	111	2
Saques s/ Fundo Petróleo (rend. sust.)	650	657	654	730	632	732	116	639
Saques s/ F. Petróleo (acima rend. sust.)	161	399	841	0	271	100	37	689
Endividamento (desembolsos)	0	0	22	43	31	0	0	70
Outros (inclui erros e omissões)	0	4	21	144	0	-68	–	0
Para memória:								
PIB não petrolífero (em milhões de USD)	935	1123	1270	1392	1609	1499	–	1617
Saldo global (em % do PIB não-petrolíf.)	179	220	228	141	55	67	–	55
Saldo global, excl. rec. petr. (em % do PIB np)	-71	-88	-83	-80	-83	-87	–	-87
Fundo do Petróleo (valor acumul. em milh. USD)	6904	9310	11 775	14 952	15 639	16 539	–	17 996
Fundo do Petróleo (em % do PIB não-petrolíf.)	738	829	927	1074	972	1103	–	1113

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Ministério das Finanças de Timor-Leste, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado, em percentagem; (b) Inclui receitas fiscais relacionadas com a atividade de exploração petrolífera e os rendimentos das aplicações financeiras do Fundo do Petróleo; (c) Inclui projetos de investimento em infraestruturas financiados por donativos de parceiros de desenvolvimento.

Quadro 74 • Síntese monetária

Em milhões de USD

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014 dez. / 2013 dez.		2015	2015 jun. / 2014 dez	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez	[1]	[2]	Jun.	[1]	[2]
Ativos externos líquidos	443	622	689	1179	1130	758	-33,0	-73,5	751	-0,9	-1,1
Disponibilidades sobre o exterior	469	650	756	1251	1148	832	-27,5	-62,2	840	0,9	1,3
Banco Central de Timor-Leste	250	406	498	884	687	311	-54,7	-74,1	282	-9,6	-4,9
Bancos comerciais	219	244	259	368	462	521	12,8	11,6	559	7,2	6,2
Responsabilidades perante o exterior	-26	-28	-68	-72	-18	-75	315,6	-11,2	-89	19,5	-2,4
Banco Central de Timor-Leste	-12	-12	-14	-12	-12	-11	-6,7	0,2	-11	-2,6	0,0
Bancos comerciais	-14	-16	-53	-60	-6,1	-64	942,6	-11,3	-79	23,4	-2,4
Ativos internos líquidos	-174	-327	-362	-767	-623	-148	-76,2	93,7	-286	93,4	-22,7
Crédito líquido ao Estado	-206	-331	-413	-841	-651	-207	-68,2	87,5	-366	76,6	-26,0
Crédito bruto	1	22	6	0	0	0			0		
Depósitos do Estado	-207	-353	-419	-841	-651	-207	-68,2	87,5	-366	76,6	-26,0
Crédito ao setor privado	104	110	133	160	182	192	5,3	1,9	209	8,9	2,8
Outros ativos (líquidos)	-72	-105	-83	-86	-155	-132	-14,5	4,4	-129	-2,6	0,6
Total do ativo	268	295	326	412	507	610	20,2		465	-23,7	
Massa monetária (M3)	268	295	326	412	507	610	20,2		465	-23,7	
Circulação monetária[a]	3	3	4	5	7	10	46,3		11	8,5	
Depósitos à ordem	155	138	163	206	279	343	22,9		253	-26,2	
Depósitos a prazo e outros depósitos	111	154	160	201	221	257	16,2		201	-21,7	
Para memória:											
Taxa de variação da Massa Monetária	40,3	10,1	10,5	26,4	23,1	20,2			-23,7		
Taxa de inflação (variação homóloga)	1,8	9,2	17,4	11,7	4,0	-0,1			1,1		
Ativos do F. do Petróleo (milhões USD)	5377	6904	9310	11 775	14 952	16 539			16 863		
Ativos externos líq. (meses importações)	4,8	5,9	4,6	8,5	11,1	7,4			7,3		

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: [1] Variação percentual face ao período anterior; [2] Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária (fatores de expansão / contração da liquidez).
(a) O agregado designado por Circulação inclui somente as moedas metálicas de centavos (sub-denominações do USD) emitidas pelo BCTL, excluindo-se as notas de USD dado que não correspondem a passivos do sistema bancário de Timor-Leste.

Quadro 75 • Taxas de câmbio

Taxas médias

		USD / AUD	USD / IDR	EUR / USD	ITCE[a] Nominal	ITCE[a] Real
2007		1,2	9140	1,4	71,3	70,0
2008		1,2	9690	1,5	71,4	71,2
2009		1,3	10 412	1,4	75,1	73,7
2010		1,1	9085	1,3	67,6	68,5
2011		1,0	8777	1,4	63,9	70,5
2012		1,0	9384	1,3	66,0	78,8
2013		1,0	10 463	1,3	71,0	90,6
2014		1,1	11 913	1,3	77,0	95,3
2013	Janeiro	1,0	9723	1,3	67,0	85,3
	Fevereiro	1,0	9684	1,3	67,7	86,2
	Março	1,0	9710	1,3	67,7	87,1
	Abril	1,0	9723	1,3	67,7	87,7
	Maio	1,0	9760	1,3	68,6	89,0
	Junho	1,1	9882	1,3	69,8	90,4
	Julho	1,1	10 073	1,3	70,9	90,1
	Agosto	1,1	10 589	1,3	72,6	91,9
	Setembro	1,1	11 346	1,3	74,5	94,3
	Outubro	1,1	11 367	1,4	73,5	93,0
	Novembro	1,1	11 613	1,3	75,0	94,8
	Dezembro	1,1	12 087	1,4	77,3	97,4
2014	Janeiro	1,2	12 710	1,3	78,1	97,9
	Fevereiro	1,1	11 952	1,4	77,1	96,7
	Março	1,1	11 422	1,4	75,4	94,5
	Abril	1,1	11 423	1,4	75,1	94,0
	Maio	1,1	11 537	1,4	75,2	93,2
	Junho	1,1	11 881	1,4	76,2	94,5
	Julho	1,1	11 692	1,4	75,4	92,9
	Agosto	1,1	11 709	1,3	75,7	93,1
	Setembro	1,1	11 883	1,3	77,0	94,5
	Outubro	1,1	12 148	1,3	78,5	96,6
	Novembro	1,2	12 162	1,2	79,4	97,2
	Dezembro	1,2	12 431	1,2	81,3	98,6
2015	Janeiro	1,2	12 574	1,2	82,4	100,7
	Fevereiro	1,3	12 754	1,1	83,7	102,4
	Março	1,3	13 064	1,1	85,2	104,2
	Abril	1,3	12 944	1,1	84,5	103,3
	Maio	1,3	13 122	1,1	84,7	102,9
	Junho	1,3	13 302	1,1	86,0	104,1

Fontes: Banco Central de Timor-Leste e cálculos do Banco de Portugal.
Notas:(a) Índice de Taxa de Câmbio Efetiva (ITCE) baseado nas taxas de câmbio das moedas dos principais parceiros comerciais de Timor--Leste (apreciação: +; depreciação: -). Base: 2001 = 100

RELAÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS DE PORTUGAL COM OS PALOP E TIMOR-LESTE

As relações comerciais e de investimento de Portugal com os PALOP e Timor-Leste demonstraram algum refreamento em 2014, sobretudo ao nível das importações (que caíram quase 40 por cento) e do investimento direto português naquele conjunto de países (que registou um desinvestimento líquido de EUR 411 milhões). A dívida oficial destes países a Portugal evidenciou também alguma redução, a qual foi potenciada pela valorização do dólar face ao euro, reduzindo assim os valores em dólares dos compromissos assumidos na moeda europeia.

Em 2014, Angola continuou como o principal parceiro de Portugal do conjunto dos seis, sendo claramente maioritário relativamente às exportações, importações, investimento direto e dívida oficial.

As relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste evoluíram de forma diferenciada em 2014, com **as exportações a manterem-se em crescimento e as importações a demonstrarem uma redução significativa**, quebrando a trajetória ascendente que evidenciavam desde 2010. Em 2014, os PALOP e Timor-Leste mantiveram a sua quota das exportações portuguesas absorvendo 8 por cento do total. No entanto, a diminuição das importações portuguesas destes países acarretou uma redução do seu peso no total dos produtos importados por Portugal para 2,8 por cento (4,7 por cento em 2013).

O total de bens **exportados** por Portugal para os seis países em análise aumentou 1,8 por cento em relação a 2013, conjugando maiores exportações para Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Em termos setoriais, o acréscimo de exportações verificou-se principalmente nos bens agrícolas, máquinas e aparelhos e instrumentos de ótica e precisão, na sua maioria destinados a Angola.

Por seu lado, as **importações** portuguesas de bens destes países reduziram-se em quase 40 por cento face 2013, decorrente sobretudo da diminuição relativamente a Angola mas também de Moçambique e de Cabo Verde. A descida das importações de combustíveis minerais de Angola (nomeadamente de petróleo, reflexo da redução do preço e do menor volume importado) foi o principal determinante daquele decréscimo, destacando-se ainda as menores importações de bens alimentares de Moçambique.

Angola mantém-se desde 2006 como o mercado mais significativo para as trocas comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste, representando 97 por cento das importações e 83 por cento das exportações portuguesas. A grande distância segue-se Moçambique (8 por cento das exportações e 2 por cento das importações) e Cabo Verde (cerca de 5 por cento das exportações).

A diminuição das importações repercutiu-se no aumento do excedente comercial de Portugal com este conjunto de países, para EUR 2304 milhões (mais 60 por cento que em 2013). Contando ainda com o reforço do saldo positivo da balança de serviços, o **saldo agregado das balanças correntes bilaterais** com os PALOP e Timor-Leste cresceu 9 por cento, para EUR 4017 milhões, apesar da diminuição das entradas relativas a rendimentos, em particular de investimentos. De registar a redução das remessas de emigrantes portugueses nestes países, invertendo a tendência ascendente que evidenciavam desde 2002, conjugando descidas sobretudo de Angola mas também dos restantes países, com exceção da Guiné-Bissau. As remessas de imigrantes em Portugal destes países denotaram também alguma quebra em 2014.

Invertendo a tendência registada nos quatro anos anteriores, Portugal registou em 2014 um valor negativo de investimento direto dirigido aos PALOP e Timor-Leste. Com base nos últimos valores apurados, no ano findo, **Portugal fez desinvestimentos líquidos de EUR 411 milhões no conjunto daqueles seis países**, após ter investido valores entre EUR 250 milhões e quase EUR 430 milhões, de 2010 a 2013. Note-se que no último triénio o investimento português nos PALOP e Timor-Leste tem andado em contraciclo com o total para Portugal face ao resto do mundo, tendo este assumido um valor positivo em 2014, após dois anos de desinvestimento líquido.

Em termos geográficos, no ano transato verificou-se o prolongamento da estrutura que tem marcado o investimento português no conjunto destes países desde 2002, com as **transações com Angola a determinarem o sentido e a magnitude do investimento**. Moçambique continua a assumir-se destacadamente como o segundo mercado mais importante para o investimento português, seguido a alguma distância de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe.

À manutenção da tendência de **desinvestimento português no setor da construção**, apenas interrompida em 2013, juntou-se no ano transato o **desinvestimento nos serviços**, nomeadamente nas atividades financeiras e de seguros, determinando assim o valor negativo do total relativamente ao conjunto dos países em análise. Apenas no setor das indústrias transformadoras se verificou um fluxo

de investimento positivo no ano findo para os PALOP e Timor-Leste, com a eletricidade, gás e água e o agregado dos restantes setores a apontarem também para desinvestimentos naquelas áreas.

Em 2014, o conjunto dos PALOP e Timor-Leste registou um reforço do seu investimento em Portugal, atingindo EUR 443 milhões. No seu conjunto, estes seis países representaram no ano passado quase 10 por cento do investimento do exterior em Portugal, reforçando o seu peso relativamente a 2013 (5,5 por cento).

Também neste tipo de transações, Angola assume um papel preponderante no agregado, tendo sido responsável por quase 99 por cento do total em 2014, destacando-se os investimentos nas atividades financeiras e de seguros. Dos restantes países, salientam-se Cabo Verde (com apenas EUR 5 milhões, construção e serviços) e Moçambique (EUR 718 mil, indústrias transformadoras), sendo praticamente nulos os investimentos da Guiné-Bissau, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste em Portugal.

Contrariando a trajetória anterior, a dívida oficial dos PALOP a Portugal registou uma redução em 2014. O agregado da dívida direta e garantida pelo Estado português contraída pelo conjunto daqueles países totalizou USD 3209 milhões no final do ano transato, o que corresponde a uma diminuição de 10 por cento relativamente a 2013. A redução da dívida oficial foi potenciada pela valorização do dólar face ao euro, diminuindo os valores em dólares dos compromissos assumidos na moeda europeia.

A descida do *stock* total de dívida oficial deste conjunto de países para com Portugal em 2014 derivou sobretudo da diminuição da dívida a médio e longo prazo garantida pelo Estado, quebrando o ciclo de crescimento que registava desde 2005. Evoluindo no mesmo sentido, a dívida direta prolongou e acentuou a tendência de redução iniciada em 2009 (apenas interrompida em 2012).

Esta diminuição foi transversal a quase todos os PALOP, com exceção de Cabo Verde. Ainda que em abrandamento relativamente aos anos anteriores, a dívida oficial daquele país a Portugal manteve-se em crescimento em 2014, prolongando a trajetória ascendente iniciada em 1998. Este aumento decorreu da utilização de linhas de crédito garantidas para projetos de infraestruturas portuárias e de habitação social, tendo a dívida direta decrescido, decorrente do serviço dos créditos vincendos.

Angola evidenciou a maior redução do *stock* de dívida oficial a Portugal, com a significativa diminuição dos créditos garantidos (em cerca de 25 por cento face a 2013) a adicionar-se à amortização contratualizada da sua dívida direta vincenda, como estipulado no acordo de reescalonamento assinado em 2004. Ainda que em clara descida, a dívida de Angola mantém-se como a mais significativa deste conjunto de países (37,5 por cento do total).

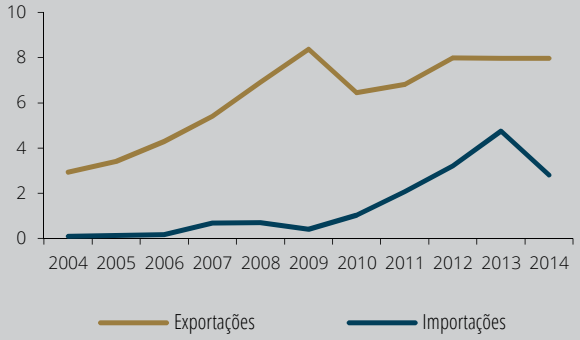
Apesar de registar igualmente um decréscimo importante, a dívida oficial de Moçambique a Portugal reforçou o seu peso no total dos PALOP, subindo a 35,2 por cento em 2014. A redução da dívida deste país refletiu sobretudo o menor volume de exportações garantidas e contou também com amortizações consecutivas da dívida direta na sequência do acordo de reestruturação e cancelamento progressivo assinado em julho de 2008, no âmbito da Iniciativa *HIPC* (*Heavily Indebted Poor Countries*).

À semelhança dos últimos anos, em 2014 não se registou qualquer movimento na dívida oficial da Guiné-Bissau a Portugal, tendo a valorização do dólar face ao euro sido a única responsável pela diminuição registada, uma vez que todos os créditos estão denominados em euro.

Também relativamente a São Tomé e Príncipe a evolução da moeda europeia foi a principal determinante da redução da dívida oficial a Portugal, face à inexistência de novos desembolsos da linha de crédito com Portugal.

Gráfico 77 • Relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

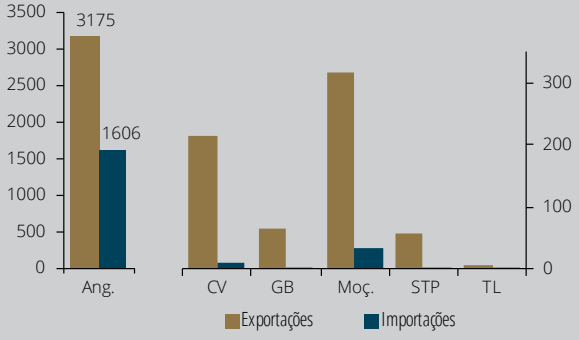
Em percentagem do total



Invertendo a tendência que se registava desde 2010, as importações portuguesas do conjunto dos PALOP e de Timor-Leste registaram uma redução em 2014, passando a representar 2,8 por cento das importações totais de Portugal (4,7 por cento em 2013).

Gráfico 78 • Relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

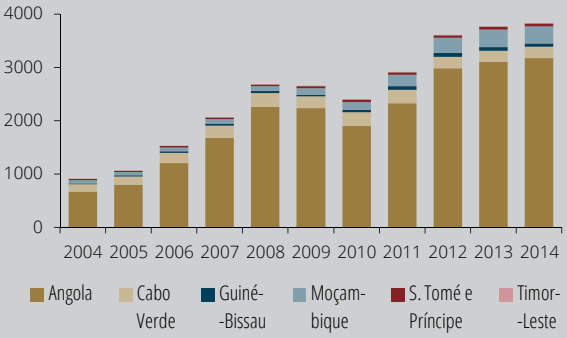
Em 2014, milhões de EUR



As relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste continuam dominadas pelas trocas efetuadas com Angola, seguidas, a grande distância pelos fluxos registados com Moçambique e com Cabo Verde (destacando-se em ambos sobretudo as exportações).

Gráfico 79 • Exportações para os PALOP e Timor-Leste

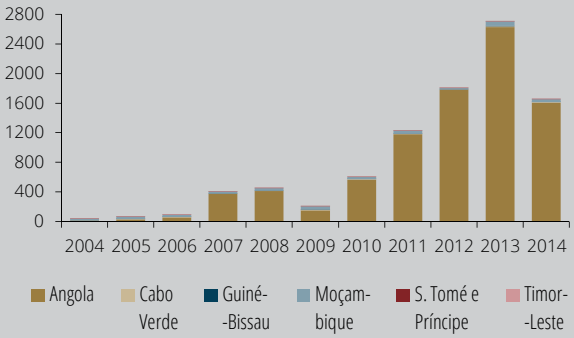
Por destinos, milhões de EUR



A evolução das exportações de Portugal para estes países é determinada pelo comportamento do mercado angolano, apresentando-se em crescimento desde 2010. É também patente a tendência para o aumento das exportações portuguesas para Moçambique.

Gráfico 80 • Importações dos PALOP e de Timor-Leste

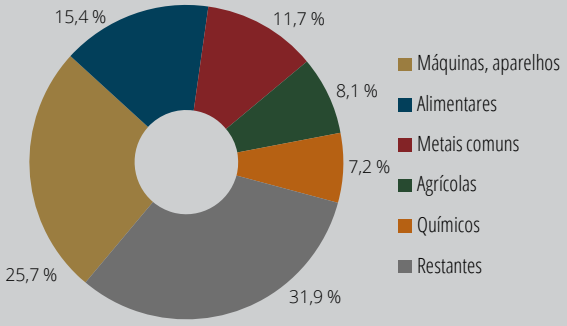
Por origens, milhões de EUR



Ainda mais vincado que relativamente às exportações, o peso de Angola no total das importações portuguesas dos PALOP e de Timor-Leste é claramente dominante. Apenas Moçambique, numa escala muito inferior, apresenta valores com algum significado.

Gráfico 81 • Exportações para os PALOP e Timor-Leste

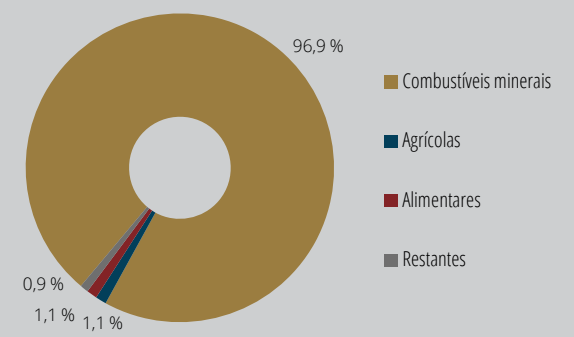
Em 2014, por grupos de produtos



A estrutura das exportações portuguesas dos PALOP e Timor-Leste revela a importância de três grupos de produtos (máquinas e aparelhos, bens alimentares e metais comuns), responsáveis por mais de metade do total.

Gráfico 82 • Importações dos PALOP e de Timor-Leste

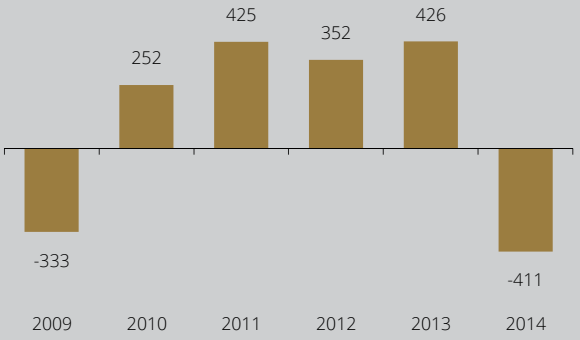
Em 2014, por grupos de produtos



As importações de combustíveis minerais angolanos (petróleo) concentram 96,9 por cento das importações de Portugal com origem nos PALOP e Timor-Leste. Seguem-se os produtos agrícolas e alimentares moçambicanos, cada um representando 1,1 por cento do total.

Gráfico 83 • Investimento português nos PALOP e em Timor-Leste

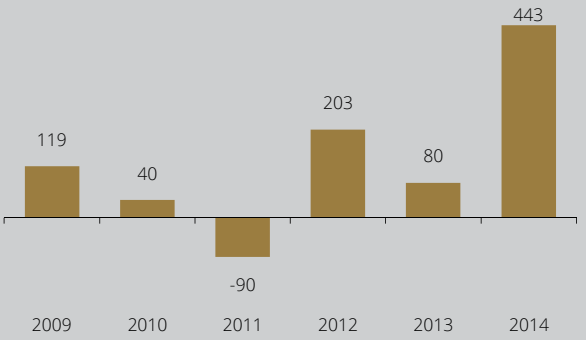
Total anual, em milhões de EUR



Invertendo a tendência dos anos mais recentes, em 2014 o investimento português no conjunto dos PALOP e Timor-Leste registou um valor negativo, correspondendo a um desinvestimento líquido de EUR 411 milhões.

Gráfico 84 • Investimento dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal

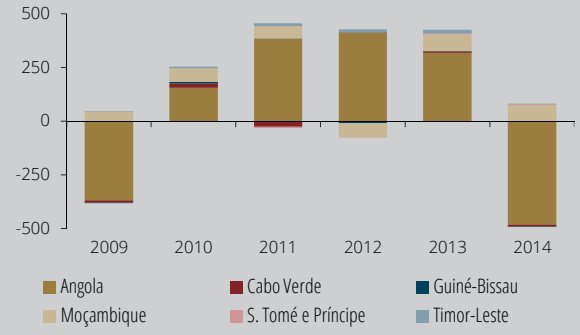
Total anual, em milhões de EUR



Em 2014, o investimento direto dos PALOP e Timor-Leste evidenciou um reforço considerável relativamente ao ano anterior, elevando-se a EUR 443 milhões, o que redundou num aumento do peso destes países no total para Portugal para quase 10 por cento.

Gráfico 85 • Investimento português nos PALOP e em Timor-Leste

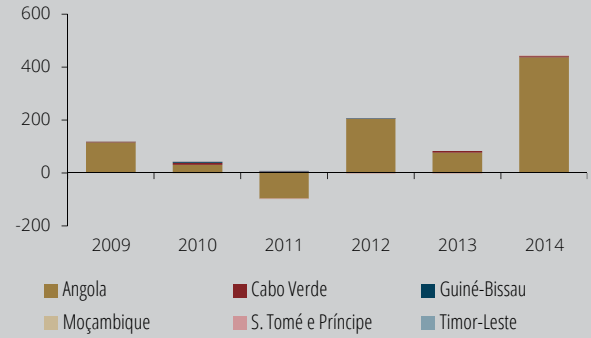
Por país, em milhões de EUR



Tal como sucede desde 2002, as transações com Angola determinaram o sentido e a magnitude do investimento português neste conjunto de países. O desinvestimento em Angola foi contudo parcialmente compensado pelo investimento sobretudo em Moçambique.

Gráfico 86 • Investimento dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal

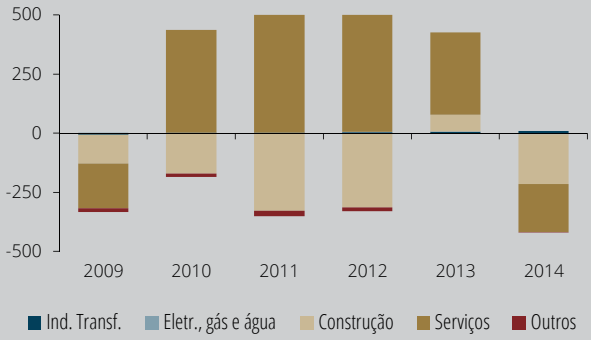
Por país, em milhões de EUR



Angola domina igualmente as transações relativamente ao investimento dos PALOP e Timor-Leste em Portugal, tendo sido responsável por cerca de 99 por cento do total em 2014. Adicionalmente, apenas Cabo Verde e Moçambique denotam investimentos em montantes com algum significado.

Gráfico 87 • Investimento português nos PALOP e em Timor-Leste

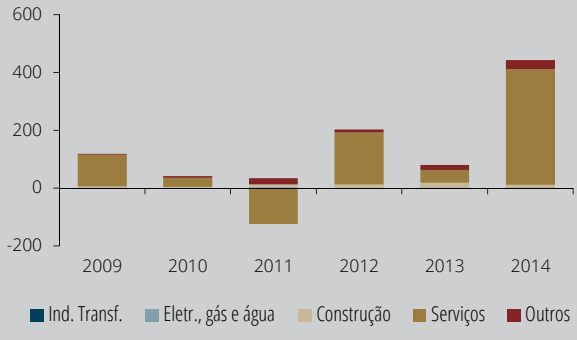
Por setor de atividade, em milhões de EUR



A evolução do investimento português no conjunto destes países em 2014 decorreu sobretudo de desinvestimentos nos setores da construção e de serviços, nomeadamente nas atividades financeiras e de seguros.

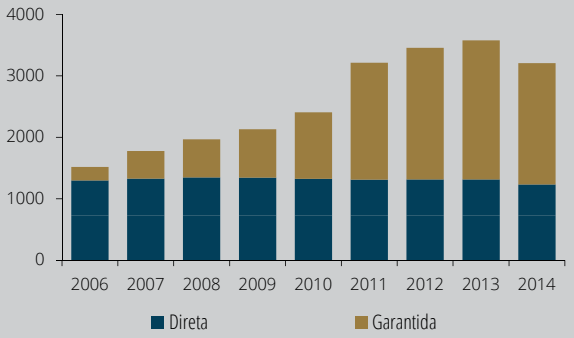
Gráfico 88 • Investimento dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal

Por setor de atividade, em milhões de EUR



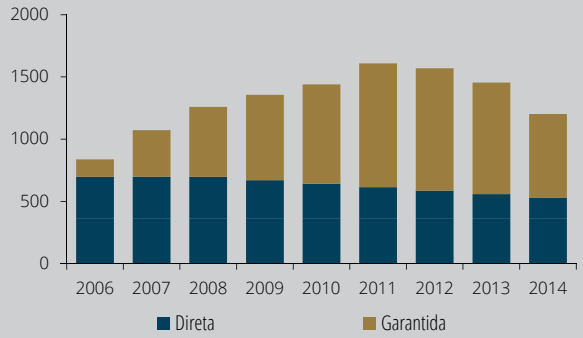
Tal como nos anos anteriores, o investimento dos PALOP e Timor-Leste em Portugal em 2014 foi sobretudo canalizado para o setor dos serviços, em particular para as atividades financeiras e de seguros.

Gráfico 89 • Dívida oficial dos PALOP a Portugal
Em milhões de USD



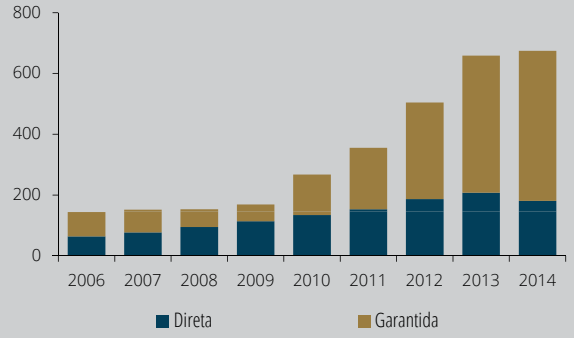
Invertendo a tendência ascendente que se vinha registando desde 2005, a dívida oficial do conjunto dos PALOP a Portugal registou uma diminuição em 2014. Esta descida decorreu sobretudo da redução da componente relativa à dívida garantida pelo Estado português.

Gráfico 90 • Dívida oficial de Angola a Portugal
Em milhões de USD



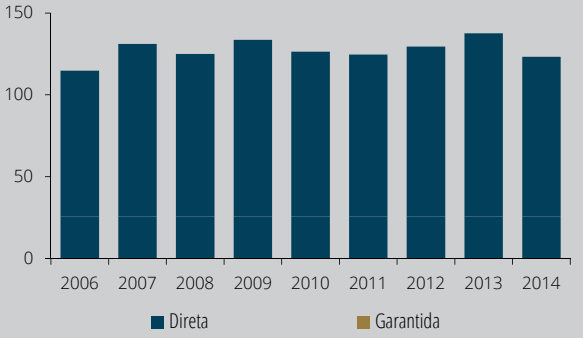
A dívida oficial de Angola a Portugal conheceu em 2014 uma aceleração do ritmo de descida que se vem registando desde 2011, aditando uma forte redução dos créditos garantidos à amortização contratualizada da dívida direta no acordo de reescalonamento assinado com Portugal.

Gráfico 91 • Dívida oficial de Cabo Verde a Portugal
Em milhões de USD



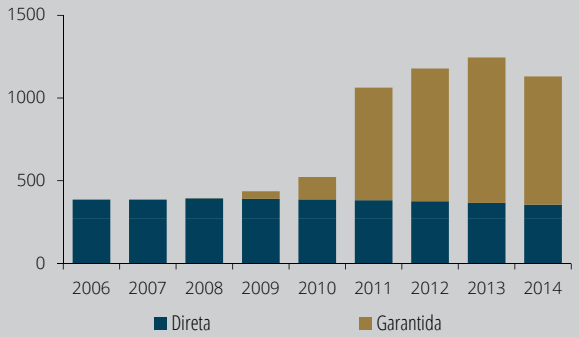
Prosseguiu em 2014 a tendência de aumento da dívida oficial de Cabo Verde a Portugal, iniciada em 1998, desta feita resultante apenas do crescimento da dívida garantida pelo Estado português, nomeadamente da utilização de linhas de crédito concessionais.

Gráfico 92 • Dívida oficial da Guiné-Bissau a Portugal
Em milhões de USD



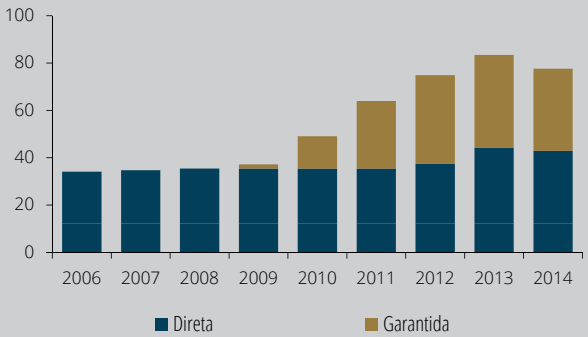
Tal como acontece há alguns anos, a dívida oficial da Guiné-Bissau a Portugal não registou qualquer movimento em 2014. Estando expressa em euros, as variações do *stock* de dívida resultam apenas do comportamento da moeda europeia relativamente ao dólar norte-americano.

Gráfico 93 • Dívida oficial de Moçambique a Portugal
Em milhões de USD



Em 2014 foi interrompida a trajetória de subida da dívida oficial de Moçambique a Portugal. Tal como no caso angolano, o menor volume de exportações garantidas juntou-se às amortizações consecutivas da dívida direta na sequência do acordo de reestruturação de 2008.

Gráfico 94 • Dívida oficial de São Tomé e Príncipe a Portugal
Em milhões de USD



A evolução da dívida oficial de São Tomé e Príncipe a Portugal em 2014 decorreu também sobretudo da valorização do dólar face ao euro, com os montantes em dívida a manterem praticamente inalterados os valores vincendos na moeda contratualizada (maioritariamente o euro).

Quadro 76 • Portugal / PALOP e Timor-Leste: Importação e exportação de mercadorias (ótica de Portugal)

Em milhões de EUR

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		Timor-Leste		Total	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1996	10	305	8	97	4	22	24	40	0	13			45	476
1997	39	394	9	109	2	25	27	43	0	13			79	584
1998	22	368	9	118	2	16	28	61	1	17			62	580
1999	10	277	10	138	0	17	39	67	4	19			64	517
2000	58	371	10	170	1	28	45	69	9	19			123	657
2001	127	504	9	135	3	23	40	63	3	21			182	745
2002	70	570	9	148	3	21	37	54	0	30	1	1	121	823
2003	2	652	9	137	2	17	38	54	0	25	1	5	52	890
2004	2	671	11	140	1	18	26	55	0	24	1	1	41	909
2005	25	803	7	149	1	24	32	65	0	22	1	1	67	1064
2006	53	1210	7	190	1	27	29	73	1	28	1	2	92	1530
2007	369	1682	7	228	1	35	26	89	0	33	0	1	403	2067
2008	408	2260	9	257	1	40	34	91	0	36	1	2	452	2687
2009	151	2236	7	223	1	33	43	120	0	36	1	9	204	2656
2010	563	1901	7	262	0	43	29	149	0	43	1	7	602	2404
2011	1178	2330	10	254	0	64	42	217	0	47	1	5	1231	2916
2012	1781	2989	9	216	0	72	16	287	0	46	0	8	1807	3617
2013	2632	3113	11	202	0	70	63	328	0	50	1	7	2707	3770
2014	1606	3175	11	215	0	65	35	318	0	57	1	7	1653	3837

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quadro 77 • Peso do comércio com os PALOP e Timor-Leste no comércio português

Em percentagem

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		Timor-Leste		Total	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1996	0,0	1,6	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1			0,2	2,5
1997	0,1	1,8	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1			0,3	2,7
1998	0,1	1,6	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1			0,2	2,5
1999	0,0	1,2	0,0	0,6	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1			0,2	2,2
2000	0,1	1,4	0,0	0,6	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1			0,3	2,4
2001	0,3	1,8	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1			0,4	2,7
2002	0,2	2,0	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,3	2,9
2003	0,0	2,2	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	3,0
2004	0,0	2,2	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	2,9
2005	0,0	2,6	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	3,4
2006	0,1	3,4	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2	4,3
2007	0,6	4,4	0,0	0,6	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,7	5,4
2008	0,6	5,8	0,0	0,7	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,7	6,9
2009	0,3	7,1	0,0	0,7	0,0	0,1	0,1	0,4	0,0	0,1	0,0	0,0	0,4	8,4
2010	1,0	5,1	0,0	0,7	0,0	0,1	0,0	0,4	0,0	0,1	0,0	0,0	1,0	6,5
2011	2,0	5,4	0,0	0,6	0,0	0,2	0,1	0,5	0,0	0,1	0,0	0,0	2,1	6,8
2012	3,2	6,6	0,0	0,5	0,0	0,2	0,0	0,6	0,0	0,1	0,0	0,0	3,2	8,0
2013	4,6	6,6	0,0	0,4	0,0	0,1	0,1	0,7	0,0	0,1	0,0	0,0	4,7	8,0
2014	2,7	6,6	0,0	0,4	0,0	0,1	0,1	0,7	0,0	0,1	0,0	0,0	2,8	8,0

Fontes: Instituto Nacional de Estatística – Portugal e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 78 • Portugal / PALOP e Timor-Leste: Exportações por grupos de produtos (ótica de Portugal)

Em milhões de EUR

	2013							2014						
	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S.Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S.Tomé	Timor-L.	Total
Agrícolas	217,6	31,5	3,2	9,8	10,3	0,8	273,2	252,0	32,3	3,6	10,9	11,0	0,6	310,3
Alimentares	509,1	29,1	12,5	25,4	12,1	1,6	589,9	508,3	27,3	15,0	25,8	14,0	1,7	592,2
Combustíveis minerais	30,0	2,2	31,7	2,2	0,8	–	66,9	23,9	1,5	26,0	3,4	0,9	0,0	55,7
Químicos	223,5	18,9	1,4	20,2	3,7	0,1	267,7	227,1	19,6	1,7	22,6	4,2	0,0	275,3
Plásticos, borracha	148,1	10,5	0,8	14,3	2,1	0,1	175,9	148,3	10,8	1,0	16,6	2,6	0,0	179,2
Peles, couros	11,3	2,9	0,0	1,0	0,1	0,1	15,3	12,0	2,3	0,0	1,3	0,1	0,0	15,7
Madeira, cortiça	34,1	4,2	0,2	3,6	0,2	0,0	42,2	36,8	5,1	0,2	3,8	0,2	0,0	46,2
Pastas celulósicas, papel	99,1	6,4	0,5	16,1	0,9	1,2	124,2	96,3	6,7	0,5	15,9	1,1	1,1	121,6
Matérias têxteis	41,8	3,3	0,6	3,3	0,5	0,0	49,6	42,6	4,0	0,3	3,4	0,6	0,1	51,0
Vestuário	47,5	2,0	0,2	4,0	0,4	0,0	54,1	55,0	2,4	0,5	4,2	1,4	0,0	63,4
Calçado	26,8	0,3	0,0	2,0	0,3	0,0	29,5	27,7	0,4	0,1	2,6	0,3	0,0	31,1
Minerais, minérios	116,7	17,3	5,9	9,5	2,5	0,1	152,0	110,8	18,8	5,6	14,8	2,8	0,1	152,9
Metais comuns	379,6	21,6	2,1	40,6	3,7	0,4	448,0	373,4	24,6	2,2	43,4	4,9	0,3	448,7
Máquinas, aparelhos	791,2	34,3	6,2	121,3	8,0	2,4	963,4	823,6	40,5	4,2	108,7	6,9	1,8	985,7
Veículos e outro material de transporte	140,7	5,5	2,0	28,2	2,3	0,0	178,9	120,8	6,1	2,3	17,2	2,6	0,2	149,1
Ótica, precisão	78,6	3,2	0,2	5,2	0,4	0,0	87,6	89,0	3,5	0,3	6,8	0,6	0,0	100,2
Outros produtos	216,8	9,0	2,2	21,0	1,9	0,5	251,4	227,4	9,2	1,5	17,1	2,4	0,9	258,6
Total	3112,7	202,0	69,8	327,8	50,3	7,2	3769,8	3174,8	215,1	65,1	318,4	56,6	7,0	3837,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quadro 79 • Portugal / PALOP e Timor-Leste: Importações por grupos de produtos (ótica de Portugal)

Em milhões de EUR

	2013							2014						
	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S.Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S.Tomé	Timor-L.	Total
Agrícolas	0,3	1,4	0,0	10,2	0,0	0,7	12,6	0,5	0,5	0,0	16,9	0,0	0,9	18,8
Alimentares	0,1	0,3	0,0	49,1	0,0	–	49,6	0,2	0,6	0,0	17,1	0,0	–	17,9
Combustíveis minerais	2627,2	0,0	–	0,0	–	–	2627,2	1601,5	0,1	0,0	0,0	–	–	1601,6
Químicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	–	0,0	0,0	0,0	–	0,0	–	–	0,0
Plásticos, borracha	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	–	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	–	0,0	0,1
Peles, couros	0,0	0,0	–	0,0	0,0	–	0,0	0,0	–	–	0,0	–	–	0,0
Madeira, cortiça	0,7	0,0	0,0	0,0	–	–	0,8	0,6	0,0	0,0	0,0	–	–	0,6
Pastas celulósicas, papel	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	–	0,0	0,0	0,0	–	0,0	–	0,0	0,0
Matérias têxteis	0,0	0,2	0,0	1,5	0,0	0,1	1,8	0,0	0,2	–	0,4	–	–	0,5
Vestuário	0,0	3,1	0,0	–	–	–	3,2	0,0	4,3	–	0,0	–	–	4,3
Calçado	0,0	4,0	0,0	–	–	–	4,0	0,0	4,3	–	–	–	0,0	4,3
Minerais, minérios	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	–	0,5	0,2	0,0	–	0,0	–	–	0,2
Metais comuns	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0	–	1,4	0,2	0,3	0,2	0,0	0,1	–	0,8
Máquinas, aparelhos	1,1	1,4	0,0	0,6	0,0	0,0	3,2	0,7	0,7	–	0,1	0,1	0,0	1,6
Veículos e outro material de transporte	0,6	0,4	0,0	0,0	–	–	1,0	0,8	0,3	0,0	0,2	–	–	1,2
Ótica, precisão	0,9	0,1	0,0	0,0	0,0	–	1,1	0,7	0,1	0,0	0,1	–	–	0,9
Outros produtos	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	–	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	–	0,0	0,2
Total	2631,7	11,4	0,2	62,7	0,0	0,8	2706,9	1605,7	11,2	0,2	34,9	0,1	0,9	1653,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quadro 80 • Balanças corrente e de capital com os PALOP e Timor-Leste (ótica de portugal)

Em milhões de EUR

		Balança Corrente										Balança de Capital
		Bens			Serviços		Rendim. primário	Rendimento secundário			Saldo	
		Exp	Imp.	Saldo	Total	dq: Viagens e turismo		Total	dq: Remessas de Emig.	dq: Remessas de Imig.		
Angola	2010	2013,1	523,3	1489,8	574,3	241,2	485,9	147,7	134,9	13,5	2697,6	-1,7
	2011	2486,3	1070,1	1416,2	1065,4	296,4	849,4	163,5	147,3	12,9	3494,4	5,6
	2012	3113,0	1631,9	1481,1	977,7	430,2	978,9	279,0	270,7	15,4	3716,6	6,9
	2013	3269,9	2390,9	879,0	1070,5	458,7	647,5	333,8	304,3	18,8	2930,9	2,7
	2014	3184,4	1479,4	1705,0	1240,7	544,1	168,1	180,3	248,0	13,8	3294,2	-0,5
Cabo Verde	2010	256,2	7,5	248,7	9,8	-14,8	22,5	-26,2	3,1	12,9	254,8	-1,4
	2011	247,9	9,7	238,2	8,3	-22,8	29,9	-6,5	2,8	13,3	269,9	-0,8
	2012	210,9	13,6	197,2	-4,6	-20,9	41,5	-10,2	2,4	14,1	223,8	3,0
	2013	199,2	15,3	183,9	-3,9	-16,5	23,3	-6,7	3,4	13,1	196,6	-0,0
	2014	212,8	13,4	199,4	9,9	-11,0	9,6	-13,7	3,0	12,0	205,2	0,4
Guiné-Bissau	2010	42,7	0,6	42,1	4,7	1,9	5,5	-5,5	0,3	4,8	46,9	-2,5
	2011	64,2	2,1	62,2	5,8	1,8	1,9	-5,3	0,2	4,3	64,5	-1,0
	2012	71,5	2,6	68,9	3,8	1,3	0,1	-3,9	0,2	2,5	68,8	-0,5
	2013	69,8	1,4	68,4	3,0	0,7	0,5	0,3	0,5	2,6	72,2	-0,0
	2014	65,1	0,3	64,8	-1,5	-0,5	-0,2	-3,3	1,6	3,4	59,8	-0,0
Moçambique	2010	150,6	31,2	119,4	35,2	-1,5	60,1	-4,0	2,7	4,5	210,7	-14,6
	2011	216,8	43,1	173,7	51,7	-2,9	68,6	0,0	4,7	5,7	294,1	-14,3
	2012	287,0	26,9	260,2	62,5	-2,7	103,4	5,3	5,0	8,8	431,3	-16,4
	2013	327,7	68,2	259,5	70,2	10,6	89,4	-3,8	7,6	10,0	415,3	-17,2
	2014	318,2	45,1	273,1	109,8	41,6	34,1	-14,0	4,6	9,5	403,1	-18,2
S. Tomé e Príncipe	2010	42,6	1,7	40,8	7,5	2,3	0,2	-1,3	0,1	1,3	47,2	-1,1
	2011	46,5	1,1	45,4	9,7	2,6	-0,1	-0,0	0,3	0,8	55,0	-1,1
	2012	46,1	1,7	44,4	7,4	2,9	-1,3	-1,3	0,3	1,3	49,3	-1,0
	2013	50,3	1,4	48,9	1,6	-1,7	-1,2	0,3	0,7	1,0	49,7	-0,9
	2014	56,6	1,3	55,2	1,2	-2,5	0,0	-1,6	0,3	1,2	54,9	-0,9
Timor- Leste	2010	6,7	0,9	5,8	-4,0	0,4	16,3	-0,0	0,3	0,1	18,0	-0,2
	2011	5,2	0,8	4,3	1,0	0,7	18,4	-5,0	0,4	0,1	18,8	-0,5
	2012	8,1	0,2	8,0	3,2	1,6	16,0	-5,5	0,8	0,1	21,6	-0,5
	2013	7,3	0,6	6,7	3,7	1,6	8,0	0,5	0,3	0,1	18,9	-0,0
	2014	7,0	0,7	6,3	6,7	-0,2	-3,1	-9,8	0,2	0,9	0,1	-0,1
Total PALOP e Timor-Leste	2010	2511,8	565,2	1946,6	627,6	229,6	590,5	110,6	141,5	37,1	3275,3	-21,6
	2011	3067,0	1127,0	1940,0	1141,9	275,9	968,2	146,7	155,8	37,0	4196,7	-12,1
	2012	3736,6	1676,9	2059,7	1050,0	412,4	1138,5	263,3	279,4	42,0	4511,6	-8,5
	2013	3924,2	2477,8	1446,4	1145,2	453,3	767,5	324,4	316,9	45,7	3683,5	-15,5
	2014	3844,0	1540,2	2303,8	1367,0	571,6	208,5	138,0	257,6	40,9	4017,2	-19,4

Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 81 • Investimento direto de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste

Por setor de atividade, em milhões de EUR

		2009	2010	2011	2012	2013	2014
Angola	Indústrias transformadoras	-7,7	-9,4	-12,0	-6,9	0,2	-0,7
	Eletricidade, gás e água	0,1	0,2	0,1	2,7	0,3	-4,8
	Construção	-106,7	-177,5	-266,0	-213,7	110,2	-208,8
	Serviços	-239,0	353,9	632,4	644,6	208,2	-265,9
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	-258,0	213,3	556,2	450,8	287,9	-268,5
	Outros	-15,2	-10,6	29,3	-13,9	-0,6	-0,4
	Total	**-368,5**	**156,7**	**383,7**	**412,8**	**318,2**	**-480,7**
Cabo Verde	Indústrias transformadoras	0,0	5,9	3,6	2,7	1,8	0,4
	Eletricidade, gás e água	–	–	–	0,0	0,0	0,0
	Construção	-14,2	-14,0	-44,4	-9,5	-14,2	-9,8
	Serviços	4,1	28,3	15,9	7,0	21,0	1,6
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	4,1	28,8	15,0	10,4	20,2	6,2
	Outros	0,2	0,2	-1,4	0,9	0,0	-1,8
	Total	**-9,9**	**20,4**	**-26,3**	**1,0**	**8,6**	**-9,7**
Guiné-Bissau	Indústrias transformadoras	0,0	2,3	1,6	0,5	0,4	-0,3
	Eletricidade, gás e água	–	–	–	–	–	–
	Construção	-1,7	–	–	-10,0	0,1	0,0
	Serviços	–	6,3	0,1	0,1	0,1	0,1
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	–	–	–	0,0	0,0	0,0
	Outros	-0,1	-1,0	0,0	-0,1	–	–
	Total	**-1,8**	**7,6**	**1,7**	**-9,5**	**0,6**	**-0,2**
Moçambique	Indústrias transformadoras	0,0	2,6	6,9	7,0	4,0	9,9
	Eletricidade, gás e água	–	0,7	1,4	0,0	0,0	0,0
	Construção	2,7	20,4	-13,6	-79,2	-28,1	7,0
	Serviços	42,4	38,2	112,9	11,9	101,2	59,7
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	125,8	30,3	108,0	32,1	80,5	56,9
	Outros	0,3	0,2	-49,7	-3,8	-0,3	-0,2
	Total	**45,4**	**61,9**	**57,9**	**-64,1**	**76,9**	**76,5**
São Tomé e Príncipe	Indústrias transformadoras	–	–	–	–	–	0,0
	Eletricidade, gás e água	–	-1,0	–	–	–	–
	Construção	-0,4	-0,7	-4,9	-1,2	3,0	1,7
	Serviços	0,6	0,7	0,6	-0,5	2,2	1,1
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	0,6	0,4	0,5	-0,3	0,5	1,1
	Outros	-0,2	-2,2	-0,4	0,0	–	–
	Total	**0,0**	**-3,2**	**-4,6**	**-1,7**	**5,1**	**2,8**
Timor-Leste	Indústrias transformadoras	–	–	–	–	–	0,0
	Eletricidade, gás e água	–	–	–	–	–	–
	Construção	–	–	0,0	–	0,0	0,0
	Serviços	1,7	8,6	12,1	13,7	16,9	0,6
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	1,0	7,9	11,4	13,4	16,7	0,4
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,2	–	–
	Total	**1,7**	**8,6**	**12,1**	**14,0**	**16,9**	**0,6**
Total PALOP e Timor-Leste		**-333,2**	**252,0**	**424,5**	**352,5**	**426,3**	**-410,8**

Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 82 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal

Por setor de atividade, em milhões de EUR

		2009	2010	2011	2012	2013	2014
Angola	Indústrias transformadoras	0,1	0,1	2,3	-0,4	0,0	0,9
	Eletricidade, gás e água	–	–	0,1	–	–	–
	Construção	4,5	-0,5	8,7	12,3	16,4	5,9
	Serviços	108,7	25,0	-129,6	181,4	41,9	398,7
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	46,8	6,5	-152,1	164,1	34,3	390,2
	Outros	2,2	5,3	21,1	10,7	18,3	31,4
	Total	**115,6**	**29,9**	**-97,4**	**204,0**	**76,6**	**436,9**
Cabo Verde	Indústrias transformadoras	–	–	–	–	–	–
	Eletricidade, gás e água	–	–	–	–	–	–
	Construção	0,1	4,5	1,4	0,4	4,9	3,8
	Serviços	0,1	3,6	3,7	1,3	2,3	1,2
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	0,1	0,0	0,4	0,2	-0,2	0,1
	Outros	1,3	0,2	0,7	0,0	–	–
	Total	**1,4**	**8,2**	**5,8**	**1,7**	**7,2**	**5,0**
Guiné-Bissau	Indústrias transformadoras	–	–	–	–	–	–
	Eletricidade, gás e água	–	–	–	–	–	–
	Construção	–	–	–	–	–	–
	Serviços	–	2,1	–	–	–	–
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	–	–	–	–	–	–
	Outros	0,0	0,4	0,0	0,1	–	–
	Total	**0,0**	**2,6**	**0,0**	**0,1**	**0,0**	**0,0**
Moçambique	Indústrias transformadoras	0,0	-1,5	0,0	0,0	0,4	0,7
	Eletricidade, gás e água	–	–	–	–	–	–
	Construção	–	–	-0,1	-0,5	-0,8	0,1
	Serviços	1,3	1,0	-0,9	-1,3	-0,6	-0,1
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	-0,1	-0,2	-1,0	-1,6	-0,5	-0,1
	Outros	0,0	-0,1	0,6	0,0	–	–
	Total	**1,3**	**-0,6**	**-0,5**	**-1,8**	**-1,0**	**0,7**
São Tomé e Príncipe	Indústrias transformadoras	0,0	0,1	-0,1	–	–	–
	Eletricidade, gás e água	–	–	–	–	–	–
	Construção	–	–	–	-0,1	-2,2	–
	Serviços	0,0	–	0,0	-0,9	-0,1	0,0
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	0,0	–	0,0	–	0,1	0,0
	Outros	0,3	0,1	-0,5	–	–	–
	Total	**0,3**	**0,1**	**-0,6**	**-1,1**	**-2,3**	**0,0**
Timor-Leste	Indústrias transformadoras	–	–	–	–	–	–
	Eletricidade, gás e água	–	–	–	–	–	–
	Construção	–	–	–	–	–	–
	Serviços	0,0	0,0	2,2	0,0	0,0	0,0
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	–	0,0	2,2	–	–	–
	Outros	–	0,0	0,0	0,0	–	–
	Total	**0,0**	**0,0**	**2,2**	**0,0**	**0,0**	**0,0**
Total PALOP e Timor-Leste		**118,6**	**40,3**	**-90,5**	**202,9**	**80,4**	**442,7**

Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 83 • Dívida oficial dos PALOP a Portugal

Em milhões de USD

		Dívida direta ao Estado (1)			Dívida a médio e longo prazos garantida pelo Estado (2)			Dívida oficial (1)+(2)		
		Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total
Angola	2010	642		642	799		799	1441		1441
	2011	614		614	994		994	1608		1608
	2012	586		586	984		984	1570		1570
	2013	558		558	897		897	1456		1456
	2014	530		530	672		672	1203		1203
Cabo Verde	2010	134		134	133		133	268		268
	2011	154		154	202		202	355		355
	2012	187		187	318		318	505		505
	2013	208		208	451		451	659		659
	2014	181		181	494		494	675		675
Guiné-Bissau	2010	74	53	126				74	53	126
	2011	70	55	125				70	55	125
	2012	70	60	129				70	60	129
	2013	71	66	138				71	66	138
	2014	61	62	123				61	62	123
Moçambique	2010	388		388	135		135	523		523
	2011	383		383	680		680	1063		1063
	2012	376		376	803		803	1178		1178
	2013	367		367	878		878	1245		1245
	2014	355		355	775		775	1131		1131
S. Tomé e Príncipe	2010	35		35	14		14	49		49
	2011	35		35	29		29	64		64
	2012	38		38	37		37	75		75
	2013	44		44	39		39	83		83
	2014	43		43	35		35	78		78
Total dos PALOP	2010	1273	53	1326	1081		1081	2354	53	2407
	2011	1256	55	1310	1905		1905	3161	55	3215
	2012	1256	60	1316	2142		2142	3398	60	3458
	2013	1248	66	1315	2265		2265	3514	66	3580
	2014	1171	62	1233	1976		1976	3147	62	3209

Fonte: Ministério das Finanças – GPEARI.